



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A FINANÇA CAPITALISTA E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA  
ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO DA COSAN S.A. (2005-2016)

Julio Cesar Pereira de Carvalho

Fevereiro de 2020



**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A FINANÇA CAPITALISTA E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA  
ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO DA COSAN S.A. (2005-2016)

Julio Cesar Pereira de Carvalho

Professora orientadora: Mayra Goulart da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Ciências Sociais.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Código de financiamento 001.*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – Finance Code 001*

Seropédica, RJ  
Fevereiro de 2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JULIO CESAR PEREIRA DE CARVALHO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Concentração em Ciências Sociais.

---

**MAYRA GOULART DA SILVA  
PPGCS-UFRRJ  
(ORIENTADORA)**

---

**FLAVIA BRAGA VIEIRA  
PPGCS – UFRRJ**

---

**JOÃO MÁRCIO MENDES PEREIRA  
PPGH – UFRRJ**

---

**JOÃO ROBERTO LOPES PINTO  
PPGCP - UNIRIO**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C331f Carvalho, Julio Cesar Pereira de, 1991-  
A finança capitalista e o agronegócio brasileiro:  
uma análise da estratégia de acumulação da Cosan S.A.  
(2005-2016) / Julio Cesar Pereira de Carvalho. -  
Seropédica, 2020.  
140 f.: il.

Orientadora: Mayra Goulart da Silva.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais, 2020.

1. Agronegócio brasileiro. 2. Cosan. 3. Partido dos  
Trabalhadores. 4. Patronato Rural. I. Silva, Mayra  
Goulart da, 1985-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais III. Título.

Mas Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que pretende criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o “dever ser”, não entendido evidentemente em sentido moralista. A questão, portanto, não deve ser posta nestes termos, é mais complexa: ou seja, trata-se de ver se o “dever ser” é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem. [o político em ato] toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? ... é aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar; significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la. Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política".

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 33.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos componentes da banca, profs. Flávia Braga, João Roberto L. Pinto e João Márcio, pelas sempre bem fundadas considerações que fortaleceram este estudo. Agradeço à Mayra Goulart, pela orientação, pelas risadas e parcerias de escrita ao longo desses cinco anos. Agradeço a toda assistência estudantil (alojamento/bandejão), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à universidade pública e gratuita, sem as quais dificilmente conseguiria seguir a trajetória acadêmica. Agradeço a todos os professores e funcionários, terceirizados/informais (aô, Padeiro!) ou não, que tornaram possível a reprodução da minha vida estudantil e privada ao longo desses anos.

Agradeço especialmente à minha família, Rejane, Edson e Carol, por sempre me apoiarem em todos esses anos. Nos agradecimentos da monografia pedi desculpas pela ausência, pedido este que, infelizmente, continua. Saibam que, no final, tudo valerá a pena.

Agradeço a todos os colegas do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais (NECAP/UFRRJ), em especial ao já mencionado prof. João Márcio e o prof. Pedro Campos. Não poderia me esquecer do querido coletivo dos Marxistas da Rural (MAR/UFRRJ), em especial ao camarada Utanaan, parceiro de temática, e o professor Pablo Bielschowsky, que nos deu regra e compasso nas leituras semanais do Capital. Agradeço ao E.C. Riachuelo do Jd. Brasil, que, mesmo que seus membros não percebam, fomenta laços de união e solidariedade na periferia da maior e mais solitária cidade do país (São Paulo). Agradeço também ao Casarão Cultural e à Livraria Canto Geral (também conhecida como oásis de Seropédica) e seus agregados (Pollyana, Pablo, Anna, Luana, Bárbara, Maurício, Daniel, Paulinha, Stephanie, todos os outros). Agradeço a todos os colegas do alojamento (masculino e feminino), que fazem com que seja menos atribulado o processo solitário da pesquisa acadêmica; sentirei saudades.

Agradeço aos amigos Alexandre Oliveira, o irmão que a Rural me deu. Ao Luiz Paulo Magalhães, pela camaradagem, pelo papo sempre aguçado e pelas feijoadas/vacas atoladas/lasanhas arrebatadores. Ao Junior Aleixo, pela camaradagem e apoio com os materiais sobre agronegócio. À Marília Carolina de Souza, pela primeira orientação de pesquisa. Ao Alexandre Souza pelos papos cotidianos que nos ajudam a espairar e caminhar. À Jéssica Medeiros Mota e Caroline Soares, amigas mais aguerridas à esquerda de SP. Ao Gabriel dorminhoco, pelas percepções sempre pertinentes. E a todos os amigos de RJ e SP que tornaram tudo isso possível.

Não poderia esquecer do finado (será) Quarteto a Três. Ao artista com sensibilidade ímpar João Chrysóstomo, ainda que ausente, sempre está em nossas lembranças. João Paulo, futuro mestre especialista em segurança pública do Rio e que faz a melhor caipirinha da Rural. E, em especial, Pollyana Faria Lopes, sem a qual a vida perderia alguns tons de simpatia; obrigado pela parceria, em todos os sentidos possíveis.

Aos trabalhadores e trabalhadoras desse mundo, essa também é para vocês. Em especial àqueles que sobrevivem da produção rural.

## Resumo

Esta dissertação tem o objetivo central de deslindar a dinâmica e estratégia de acumulação da empresa Cosan S.A., entre 2005 e 2016. A corporação é uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do mundo, detendo, até 2016, 23 usinas e quatro grandes subsidiárias que atuam, além do processamento da cana-de-açúcar e distribuição de combustíveis (Raízen), nos ramos de fornecimento de gás natural (Comgás), logística (Rumo Logística) e produção/distribuição de lubrificantes (Moove). Visa-se observar, com maior profundidade, as especificidades e contradições do crescimento da companhia, de modo a fornecer aportes para corroborar a hipótese central da dissertação: a de que o capital estrangeiro, as *finanças*, além dos recursos estatais, conformaram quesitos elementares para o desenvolvimento do grupo no período em questão. As relações entre Estado e sociedade, bem como o fracionamento da classe dominante, são os principais tensionadores da hipótese. Neste sentido, o estudo objetiva, de forma secundária, gerar subsídios, a partir dessa análise empírica específica, para aferir os pressupostos teórico-interpretativos de alguns dos autores que se dedicaram a efetuar reflexões acerca destas temáticas. O capítulo inicial realça seu arcabouço teórico mais amplo através da historicização da abordagem marxiana sobre a circulação das mercadorias, realizada por Gérard Duménil e Dominique Lévy, Michel Husson e François Chesnais. Tais quesitos são conjugados a um breve histórico do neoliberalismo e ao entendimento gramsciano de Estado integral. O segundo capítulo se dedica à apresentação do arcabouço interpretativo sobre Estado e sociedade, que concederá centralidade às principais categorias dos estudos de Armando Boito Jr., André Singer, Virgínia Fontes e Sérgio Lazzarini. O terceiro capítulo instituirá um panorama do desenvolvimento do agronegócio no Brasil com ênfase no setor sucroenergético, para, posteriormente, efetuar análise detida do processo de centralização e concentração de capitais da Cosan S.A. Nas considerações finais, será realizada a estimação entre o estudo de caso (capítulo 3) e os aparatos teórico-interpretativos (capítulo 2). Os objetivos e perscrutação das hipóteses aqui realçados foram efetuados através de análise sistemática dos relatórios e documentos oficiais da Cosan, informações no portal de consulta virtual do BNDES, bem como na bibliografia especializada.

Palavras-chave: Agronegócio brasileiro. Cosan. Partido dos Trabalhadores. Patronato Rural.



## **Abstract**

This study has the central objective of unraveling the dynamics and accumulation strategy of the company Cosan Corporation, between 2005 and 2016. The corporation is one of the largest producers of sugar and ethanol in the world, holding, until 2016, 23 plants and four large subsidiaries that in addition to sugarcane processing and fuel distribution (Raízen), in the fields of natural gas supply (Comgás), logistics (Rumo Logística) and production / distribution of lubricants (Moove). The work aims to observe, more specifically, the specifics and contradictions of the company's growth, in order to provide contributions to corroborate the central hypothesis of the dissertation: that foreign capital, finance, in addition to state resources, formed elementary requirements for the group development in the period in question. The relations between State and society, as well as the division of the dominant class, are the main tensioners of the hypothesis. In this sense, the study aims, in a secondary way, to generate subsidies, from this specific empirical analysis, to gauge the theoretical-interpretative assumptions of some of the authors who dedicated themselves to reflecting on these themes. The opening chapter highlights its broader theoretical framework through the historicization of the Marxian approach to the circulation of goods, carried out by Gérard Duménil and Dominique Lévy, Michel Husson and François Chesnais. Such questions are combined with a brief history of neoliberalism and the Gramscian understanding of the integral state. The second chapter is dedicated to the presentation of the interpretative framework about the State and society, which will grant centrality to the main categories of studies by Armando Boito Jr., André Singer, Virgínia Fontes and Sérgio Lazzarini. The third chapter will provide an overview of the development of agribusiness in Brazil with an emphasis on the sugar-energy sector, to subsequently carry out a detailed analysis of the centralization and concentration of capital at Cosan Corporation. In the final considerations, the estimation between the case study (chapter 3) and the theoretical-interpretative apparatus (chapter 2) will be performed. The objectives and examination of the hypotheses highlighted here were carried out through systematic analysis of Cosan's official reports and documents, information on the BNDES 'virtual consultation portal, as well as in the specialized bibliography.

**Keywords:** Brazilian agribusiness. Cosan Corporation. Workers' Party. Rural Patronage.

## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - As finanças no capitalismo contemporâneo: aspectos históricos e teóricos.....	8
<b>1.1.</b> Dissolução do compromisso keynesiano e processo de neoliberalização .....	9
<b>1.2</b> – Finança capitalista e Estado ampliado: para uma abordagem marxista do capitalismo sob a égide da financeirização. ....	17
<b>1.3</b> – Notas sobre o processo de neoliberalização brasileiro pelo viés macroeconômico ....	26
Capítulo 2 – Interpretações sobre a conformação das classes dominantes brasileiras no século XXI.....	31
<b>2.1</b> – Um breve balanço na literatura sobre os empresários e a política no Brasil republicano .....	32
<b>2.2</b> – Redes de propriedade, capital-imperialismo e o neodesenvolvimentismo: interpretações sobre Estado e sociedade no Brasil contemporâneo. ....	36
Capítulo 3 – Agronegócio e o segmento sucroalcooleiro: uma análise da estratégia de acumulação da Cosan Sociedade Anônima (2007-2016).....	51
<b>3.1</b> – A estrutura de desenvolvimento do setor agrário brasileiro: da modernização conservadora à economia do agronegócio.....	52
<b>3.2</b> – Estratégia de acumulação da Cosan Sociedade Anônima: financeirização e vínculo com o capital estrangeiro.....	69
<b>3.2.1</b> – Consolidação e ampliação da Cosan S.A.: o processo de expansão horizontal lastreado pelas finanças .....	72
<b>3.2.2</b> – Centralização de capitais, mais uma etapa de fortalecimento dos elos com o capital multinacional.....	80
<b>3.2.3</b> – Notas sobre endividamento, crédito estatal e exploração da força de trabalho: o preço do crescimento .....	90
Considerações finais.....	103
Anexos.....	110
Referências bibliográficas .....	117

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Forma do capital, origem e sede das 30 maiores empresas brasileiras em 2018 ....	21
Tabela 2 - Produção brasileira de cana-de-açúcar, açúcar e etanol (2000-2019).....	67
Tabela 3 - Usinas de moagem da Cosan – modalidade de produção e capacidade instalada (em ordem de ano de aquisição). .....	76
Tabela 4 - Proposta de <i>Joint Venture</i> entre Cosan e Shell, em agosto de 2010 .....	84
Tabela 5 - Receita Operacional Líquida Raízen (Energia e Combustíveis), Rumo Logística, Cosan Lubrificantes (Moove), Comgás e Radar Propriedades (R\$ milhões).....	91
Tabela 6 - Empréstimos e financiamentos Cosan S.A. – 2007-2016 (em R\$ milhares) .....	93
Tabela 7 - Principais modalidades de crédito direcionadas à Cosan S.A. entre 2007 e 2016 – crédito externo/crédito estatal (R\$ milhares).....	96
Tabela 8 - Valor total contratado e valor desembolsado pelo BNDES na Raízen, Rumo e Comgás (R\$).....	97

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da produção nacional de etanol – 1965-2018 (m <sup>3</sup> ) .....	56
Gráfico 2 - Evolução dos recursos do SNCR – 1969-2011 (valores constantes em reais*) ....	61
Gráfico 3 - Desembolsos do BNDES – 2003-2016 (valores nominais) .....	63
Gráfico 4 - – Evolução das exportações brasileiras por fator agregado – 1964-2014 (participação, %).....	65
Gráfico 5 - Receita operacional líquida, lucro líquido, dívida bruta e dívida líquida da Cosan S.A. entre 2007 e 2010 (em R\$ milhões) .....	92

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio  
ABDIB - Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base  
ALL - América Latina Logística  
AS-COA – Americas Society and Council of the Americas  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CBP - Companhia Brasileira de Poliuretano  
CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social  
CED – Council for Economic Development  
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
CFP - Comissão de Financiamento da Produção  
CFR – Council on Foreign Relations  
CNA - Confederação Nacional da Agricultura  
COMGÁS - Companhia de Gás de São Paulo  
CONSECANA - Conselho de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo  
COPENE – Petroquímica do Nordeste S.A.  
CPC – Companhia Petroquímica de Camaçari  
CQR – Companhia Química do Recôncavo  
CREF - College Retirement Equities Fund  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CTRIN - Centro do Trigo Nacional  
CVM - Comissão de Valores Mobiliários  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
DTRIN - Departamento do Trigo Nacional da Superintendência Nacional do Abastecimento  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FED – Federal Reserve  
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial  
FINEP - da Financiadora de Estudos e Projetos

FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GBM – Grupo Banco Mundial  
Ha - Hectare  
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool  
IBC - Instituto Brasileiro do Café  
IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial  
IFC - International Finance Corporation  
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados  
MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
OCD - Organização Cooperativa Brasileira  
ONG - Organizações Não Governamentais  
OPA - Oferta Pública de Aquisição de Ações  
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IDE - Investimentos Diretos Estrangeiros  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPES - Instituto de Pesquisa Econômica e Social  
LTDA – Sociedade de Responsabilidade Limitada  
PETROQUISA - Petrobras Química S.A  
PETROS - Fundação **Petrobras** de Seguridade Social  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PREVI - Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil  
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool  
PT - Partido dos Trabalhadores  
SNA - Sociedade Nacional da Agricultura  
SNCR - Sistema Nacional para o Crédito Rural  
SRB - Sociedade Rural Brasileira  
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito  
TAM - Táxi Aéreo Marília  
TEAS - Terminal de Exportação de Alcool Santos  
TEQUIMAR - Terminal Químico do Porto de Santos  
TIAA - Teachers Insurance Annuity Association

TIW - Telesystem International Wireless

UNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

## Introdução

Rubens Ometto Silveira Mello, presidente vitalício do Conselho de Administração e acionista majoritário da Cosan, figurou em 42º lugar na lista dos 200 maiores bilionários brasileiros, organizada pela Forbes, em 2019. Com patrimônio equivalendo a R\$ 7,66 bilhões, o empresário está na frente de magnatas como Benjamin Steinbruch (R\$ 6,68 milhões), Paulo Setúbal Neto (R\$ 4,69 bilhões), Blairo Maggi (4,05 bilhões), Jorge Gerdau e família (R\$ 3,20 bilhões), dentre outros<sup>1</sup>.

Rubens Ometto foi um dos componentes do grande empresariado que apoiou, manifestamente, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. Em 30 de outubro de 2018, dois dias após o término do segundo turno, em entrevista ao Valor Econômico, argumentou que a privatização dos negócios da Petrobras “é saudável para o país” e para a estatal. Nesta ocasião, o empresário também demonstrou interesse em adquirir parte das atividades de refino da empresa, cuja intenção de venda já havia sido anunciada pela equipe do governo<sup>2</sup>.

No dia 6 de fevereiro de 2020, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) efetuou a maior oferta do mercado brasileiro através da venda de suas ações ordinárias com direito a voto da Petrobras. Com a operação, a entidade captou R\$ 22 bilhões, com seus papéis sendo ofertados também no mercado estadunidense<sup>3</sup>.

Esse processo de privatização da petroleira brasileira, denominado de *desinvestimento* pelos canais oficiais, tem sido acirrado nos últimos anos. Em novembro de 2016, foi aprovado o projeto de lei de autoria do então ministro das Relações Exteriores e senador licenciado, José Serra, que desobrigava a Petrobras de ser a operadora única do pré-

---

<sup>1</sup> Forbes Brasil. Lista Forbes bilionários brasileiros. Edição 71, 2019.

<sup>2</sup> RAMOS, Camila Souza. “Bolsonaro é uma pessoa pragmática”, diz Rubens Ometto. Valor Econômico, 30/10/2018. Disponível em: <http://twixar.me/OKHT>. Acesso em 15/04/2020.

<sup>3</sup> FILGUEIRAS, Maria Luíza. BNDES capta R\$ 22 bi com venda de ações da Petrobras. Valor Econômico, 06/02/2020. Disponível em: <http://twixar.me/XCBT>. Acesso em 10/02/2020.



sal<sup>4</sup>. Em novembro de 2019, a petrolífera iniciou a venda de suas refinarias. Em uma das etapas da privatização, selecionou, dentre outras empresas, a Raízen para a rodada de negociações, em processo que ainda está em trâmite<sup>5</sup>.

A Raízen é a segunda maior distribuidora de combustíveis do Brasil, atrás apenas da BR Distribuidora, nascida da parceria entre a anglo-holandesa Shell International Petroleum Company e a Cosan Sociedade Anônima. A Cosan, objeto central desta dissertação, possui, atualmente, 23 usinas de moagem de cana-de-açúcar e concentra sua atuação, fundamentalmente, em quatro grandes subsidiárias. Estas operam nos ramos de produção de açúcar e etanol/distribuição de combustíveis (Raízen), distribuição de gás natural (Comgás), produção e distribuição de lubrificantes (Moove) e logística (Rumo Logística).

Ainda que o porte da corporação tenha sido de destaque desde a primeira metade do século XX, a Cosan passou quase 70 anos sendo uma Sociedade Limitada (LTDA) do ramo sucroalcooleiro<sup>6</sup>, concentrando suas atividades, sobretudo, na produção de açúcar e etanol. A partir do período de realocação do agronegócio no centro da política econômica, no início dos anos 2000, a Cosan acirrou seu processo de expansão. Em 2005, a companhia abriu seus capitais na Bolsa de Valores e, deste ano até 2009, adquiriu dez usinas, sendo quase todas bem consolidadas no mercado, com pelo menos trinta anos de funcionamento. Com a maior parte de seus negócios situada no estado de São Paulo, as 23 usinas do grupo obtinham, em 2016, uma capacidade de produção diária de 502 mil sacos de açúcar, 3.780 m<sup>3</sup> de etanol e moagem de 310.900 toneladas de cana-de-açúcar<sup>7</sup>. Foi também a partir da segunda metade da década de 2000 que a corporação intensificou sua expansão de modo vertical, conformando, até 2011, a estrutura de subsidiárias elencada no parágrafo anterior. Em 2019, a Cosan foi

---

<sup>4</sup> Câmara dos Deputados. Câmara desobriga Petrobras de operação exclusiva do pré-sal. 09/11/2020. Disponível em: <http://twixar.me/VCBT>.

<sup>5</sup> Estadão. Petrobras seleciona empresas para a 2ª fase do processo de venda de refinarias. 29/11/2019. Disponível em: <http://twixar.me/sCBT>. Acesso em: 10/02/2020.

<sup>6</sup> Sua fundação foi em 1936, pela família Ometto, e a conformação da empresa como Sociedade Anônima se deu em 2000.

<sup>7</sup> Dados presentes na tabela 3 do capítulo 3.2.

listada, mais uma vez, entre os 10 maiores grupos econômicos do país, segundo levantamento do Valor Econômico<sup>8</sup>.

O setor agroindustrial canavieiro figura como um dos principais componentes do agronegócio brasileiro, sendo a Raízen, junto com a Copersucar e Biosev, as maiores empresas do ramo. No período aqui priorizado (2005-2016), o país liderou o ranking de maior produtor de açúcar do mundo, ao passo que figurou em segundo lugar na lista dos que mais produziram etanol, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2010, a agroindústria canavieira foi responsável por empregar, formalmente, 1.181.846 trabalhadores no país<sup>9</sup>.

O objetivo principal desta dissertação é averiguar a dinâmica e estratégia de acumulação da Cosan S.A., desde a abertura de seus capitais no mercado acionário (2005), até o ano do golpe que destituiu Dilma Rousseff (2016). Visa-se observar, com maior profundidade, as especificidades e contradições desse crescimento, de modo a fornecer aportes para corroborar a hipótese central da dissertação: a de que o capital estrangeiro, as *finanças*, além dos recursos estatais, conformaram quesitos elementares para o desenvolvimento do grupo no período em questão.

Duas problemáticas giram em torno dessa hipótese. A primeira delas está relacionada ao fato de diversas análises acerca do comportamento político da burguesia se pautar, basicamente, nos documentos oficiais e análises dos discursos dos empresários e de suas entidades organizativas<sup>10</sup>. Isso significa que há certa marginalização dos elementos econômicos mais específicos que afeioam a acumulação do empresariado e de seus segmentos. Estes componentes, em um cariz marxista, são decisivos para compreender a

---

<sup>8</sup> Valor Econômico. As 1000 maiores empresas brasileiras de 2019. Disponível em: <http://twixar.me/n2BT>. Acesso em: 10/02/2020.

<sup>9</sup> BARROS, G. S. C. et al. Especial temático mercado de trabalho do agronegócio: a dinâmica dos empregos formais na agroindústria sucroenergética de 2000 a 2016. Centro de Estudos em Economia Aplicada da ESALQ/USP (CEPEA – ESALQ/USP). Piracicaba: USP, 2018. p. 5. Disponível em: <http://twixar.me/t5pT>.

<sup>10</sup> Nesse sentido, ver: PERRIN, Fernanda F. O voo do pato: a atuação política da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016). VII Seminário de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, mai. 2018; ABONIZIO, Gustavo Pereira. Burguesia interna e Estado burguês no Brasil: a atuação da CNI na formulação de políticas públicas à dinamização do mercado de trabalho (2006-2010). Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Londrina: UEL, 2015; FARIA, Cristina Elsner de. O papel da Confederação Nacional da Indústria na Política Industrial Brasileira (1938-2014). Tese de doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Brasília: UNB, 2016.

atuação política da burguesia, embora os fatores do jogo político se inter-relacionem de forma orgânica e mais ou menos dialética com o campo econômico.

A segunda problemática está relacionada às perspectivas teórico-interpretativas acerca da interface sobre o Estado e a sociedade no Brasil contemporâneo, sobretudo àquelas que instituem o fracionamento das classes dominantes. Dentro do campo marxista, talvez a abordagem mais difundida acerca de tais temáticas seja aquela atinente à assim chamada “Escola poulantziana de Campinas”, sendo esta a razão de ser um dos principais tensionadores da hipótese em tela. Armando Boito Jr.<sup>11</sup>, Décio Saes<sup>12</sup>, Tatiana Berringer<sup>13</sup>, Danilo Martuscelli<sup>14</sup>, Caio Bugiato<sup>15</sup>, Alfredo Saad-Filho<sup>16</sup> e muitos de seus respectivos orientandos são alguns dos autores que compactuam e/ou pertencem a esse campo.

Lastreados nos pressupostos teóricos do livro “Poder político e classes sociais”<sup>17</sup>, de Nicos Poulantzas, os adeptos dessa Escola instituem uma interpretação acerca do fracionamento das classes sociais a partir de tal obra e a enquadram na estrutura do capitalismo brasileiro. Um de seus autores mais reconhecidos, Armando Boito Jr.<sup>18</sup>, defende, em linhas gerais, que a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao executivo nacional teve como base social aquilo que ele denomina como frente neodesenvolvimentista. Esta, que agregou diversos segmentos das camadas populares, como movimentos sindicais e de luta pela terra/moradia, foi capitaneada pela burguesia interna, que abarca, dentre outras frações, as empresas exportadoras do agronegócio<sup>19</sup>, como a Cosan. A burguesia interna

---

<sup>11</sup> BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018.

<sup>12</sup> SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, M. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>13</sup> BERRINGER, Tatiana. *Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula*. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2014.

<sup>14</sup> MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro*. *Crítica Marxista*, n. 47, 2018.

<sup>15</sup> BUGIATO, Caio. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2016.

<sup>16</sup> SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

<sup>17</sup> POULANTZAS, Nicos. *O poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.

<sup>18</sup> BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil...* op. cit.

<sup>19</sup> BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, 2013. p. 31.

contrasta com a burguesia multinacional e associada, que rege outra frente, digressiva à neodesenvolvimentista, a neoliberal ortodoxa.

Desse modo, através de análise detalhada de um dos maiores grupos econômicos do agronegócio, a Cosan S.A., visamos averiguar aspectos identificados por essa matriz como sendo atinentes a distintas frações da burguesia, a saber, a dinâmica relacionada à financeirização e o capital estrangeiro. A hipótese, então, vai ao sentido de realçar que, no caso da Cosan, essas diferentes interfaces não estiveram apartadas ou cingiram uniões eventuais, mas fizeram parte orgânica do *modus operandi* e da constituição do capital da corporação.

Se faz necessário realçar que o foco dessa dissertação não é efetuar uma revisão teórico-interpretativa do Brasil contemporâneo ou deixar em xeque o arcabouço analítico sobre Estado e sociedade aqui destacado. Ou seja, este não é um trabalho da seara da teoria política propriamente dita. De forma distinta, o intuito primário é oferecer, através de um estudo de caso específico, fatores que auxiliam a compreender as linhas estratégicas e contradições da Cosan S.A, entre 2005 e 2016. Por outro lado, os fatores relacionados às interpretações sobre política e economia no país são importantes para tensionar a hipótese aqui escrutinada, permitindo à dissertação, por conseguinte, instituir uma espécie de teste empírico importante, ainda que insuficiente. Assim, como objetivo secundário da dissertação, buscaremos aferir os principais preceitos dos asseclas do neodesenvolvimentismo e das demais abordagens referenciadas no segundo capítulo, tendo como eixo basilar a análise da Cosan S.A. aqui referida.

Em suma, essa dissertação tem o objetivo central de deslindar a estratégia de acumulação da Cosan S.A., realçando seus pontos principais e contradições fundamentais. Estas antinomias são identificadas: (I) na *finança capitalista*, a partir do endividamento do grupo com entidades nacionais e internacionais e, sobretudo, por sua inserção no mercado financeiro; (II) em sua galvanização particular via recursos públicos concentrados no BNDES; (III) e em seu vínculo estrito com o capital multinacional e associado através de distintos empreendimentos. De forma secundária, visa-se conferir subsídios para aferir as análises teórico-interpretativas sobre a interface entre economia e política na atualidade.

A hipótese central, que versa sobre o caráter essencial do capital estrangeiro e das finanças para a sustentação do capital da Cosan, será perscrutada a partir de análise sistemática dos relatórios e documentos oficiais da Cosan S.A. Nesse sentido, destacam-se suas relatorias anuais, que resumem os principais empreendimentos e balancete da corporação<sup>20</sup>, assim como suas demonstrações financeiras<sup>21</sup>. Junto a isso, serão utilizadas as informações sobre os desembolsos do BNDES para as subsidiárias da Cosan, presentes no portal de consulta a operações do Banco. Ademais, serão utilizadas matérias de revistas voltadas para os assuntos econômicos, como o Valor Econômico e revista Exame, além de pesquisas, artigos, teses e dissertações voltados à temática.

Em termos teóricos mais gerais, este estudo está calcado na abordagem alcunhada como *finança capitalista*, presente nos estudos de parte do campo marxista francês atual. Autores como Gérard Duménil e Dominique Lévy, Michel Husson e François Chesnais, efetuaram, em obra originalmente publicada em 2006, um resgate às análises marxianas sobre a circulação de mercadorias presentes do livro três do Capital, de modo a historicizar tais entendimentos para a contemporaneidade<sup>22</sup>. A compreensão de finanças, que se acirra no bojo da ascensão da feição neoliberal do capitalismo na década de 1970, aborda a centralidade auferida pelos *investidores institucionais* e os mercados financeiros para a reprodução do capitalismo. Esse processo, que, inclusive, remodelou as estruturas de propriedade do grande empresariado, é essencialmente baseado na exploração da força de trabalho e necessita do Estado para a sua fluidez. Este, por sua vez, é aqui considerado em sua forma ampliada a partir das considerações de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Esses elementos, conjugado a um breve histórico do neoliberalismo, são os aspectos abordados no primeiro capítulo desta dissertação.

O segundo capítulo versa sobre algumas das abordagens teórico-interpretativas proeminentes acerca da caracterização das classes dominantes brasileiras. Na primeira parte, será efetuado um sucinto resgate de autores clássicos, como Nelson Werneck Sodré, Caio

---

<sup>20</sup> Os relatórios encontram-se disponíveis no sítio da entidade: <http://ri.cosan.com.br/ptb/central-de-downloads/2020>. Acesso em: 21/04/2020.

<sup>21</sup> As demonstrações financeiras encontram-se disponíveis no sítio da entidade: <http://ri.cosan.com.br/ptb/central-de-resultados#2019>. Acesso em: 21/04/2020

<sup>22</sup> Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso, René Armand Dreifuss, dentre outros. Em seguida, serão apresentadas as concepções de Sérgio Lazzarini, André Singer, Armando Boito Jr. e Virgínia Fontes sobre Estado e sociedade. O objetivo principal é sedimentar um arcabouço interpretativo para, após a análise da estratégia de acumulação da Cosan, verificar qual das abordagens mais bem se enquadra nesse processo.

Por fim, o último capítulo será dedicado à análise da estratégia e dinâmica de acumulação da Cosan S.A. Tendo seu protagonismo solidificado, substancialmente, no agronegócio, a primeira parte se concentra em realçar um breve histórico acerca da estruturação desse ramo produtivo, com ênfase na indústria sucroalcooleira. Em seguida, é explicitada a análise da Cosan, de modo a realçar, em um primeiro momento, seu processo de concentração e centralização de capitais. Em seguida, será exposto aquilo que consideramos ser o preço do intenso crescimento da corporação, calcado no endividamento com entidades internacionais, necessidade de recursos do Estado e intensificação da exploração da força de trabalho, temática esta abordada de modo lateral, mas que é aqui considerada como fundamental. Na parte conclusiva, serão levantadas as principais conclusões acerca do estudo de caso (capítulo 3), assim como a estimação desses resultados com os aparatos teórico-interpretativos retratados (capítulo 2).

## **Capítulo 1 - As finanças no capitalismo contemporâneo: aspectos históricos e teóricos**

Este capítulo visa instituir os pressupostos históricos e teóricos que embasarão a dissertação. Tendo como ponto de partida a remodulação do capitalismo no pós-II Guerra Mundial, a abordagem se amparará nas análises de autores marxistas para elencar o processo de emergência do neoliberalismo. Ademais, serão destacadas algumas das principais categorias para compreender o paradigma corrente de propriedade e de acumulação do empresariado na contemporaneidade. Tendo como aparato basilar a historicização do capital portador de juro de K. Marx a partir da concepção de *finança capitalista*, será concedido enfoque à centralidade das instituições financeiras e dos *investidores institucionais* para a reprodução do capitalismo na atualidade.

Resgatando as considerações de autores como Gérard Duménil e Dominique Lévy, Michel Husson e François Chesnais, será realçado o caráter fundamental das relações de produção na fase neoliberal do capitalismo, na qual impera a aparente valorização autônoma do capital na esfera da circulação. Junta-se a isso, a importância vital do Estado como mantenedor dessa lógica, condensando as fricções e anseios materiais e valorativos dos diferentes segmentos sociais, que será aqui compreendido a partir das categorias de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas.

A escolha desse ferramental teórico é importante devido ao fato de a Cosan S.A., estudo de caso desta dissertação, ter instituído sua estratégia de acumulação fundamentalmente calcada nos créditos estatais e no capital monetário internacional. A temática do Estado e seu vínculo com a sociedade, concomitante aos elementos característicos da finança capitalista que serão expostos, são temáticas que perpassam, dentro de suas especificidades, tanto as interpretações proeminentes acerca das classes dominantes brasileiras (capítulo 2), quanto a estruturação do agronegócio no Brasil (capítulo 3).

Objetiva-se obter embasamento teórico suficiente para estabelecer a análise da estratégia de acumulação da Cosan, que será efetuada no capítulo final, de modo a fornecer

aportes para corroborar a hipótese central desta dissertação. Esta, por sua vez, consiste na afirmativa de que as finanças, os recursos estatais e o capital multinacional se conformaram como elementos fundamentais para a conformação da estratégia de acumulação da corporação.

### 1.1. Dissolução do compromisso keynesiano e processo de neoliberalização

O pós-II Guerra Mundial (II-GM) demarcou uma reconfiguração nas relações capitalistas. Os Estados Unidos consolidaram sua proeminência não apenas em termos militares, uma vez que saiu do conflito dominando e retendo a tecnologia atômica, mas também pela conformação de sua hegemonia via instituições oriundas do acordo de Bretton Woods. Estas, como destaca Ellen Wood<sup>23</sup>, foram formuladas para estabilizar a economia mundial e padronizar a moeda conversível sob a égide do dólar. A finalidade era abrir outras economias para a inserção dos capitais ocidentais, além de tornar o desenvolvimento dos países periféricos dependente das condições impostas pelos Estados Unidos<sup>24</sup>.

A sedimentação das bases dessa hegemonia se deu em um contexto em que os países centrais do Ocidente tentavam evitar o acirramento dos desequilíbrios sociais e o retorno do desemprego em massa, característicos da crise da década de 1930. Além disso, no cenário de polarização do mundo que demarcou a Guerra Fria, a União Soviética demonstrava resultados positivos no tocante ao seu crescimento através da forte participação do Estado na economia. Esse panorama induziu os países capitalistas a se afastarem da desregulamentação econômica que permeara o período anterior à Grande Depressão.

As políticas traçadas pelas instituições de Bretton Woods - Fundo Monetário Internacional (FMI) e Grupo Banco Mundial (GBM) - e introjetadas pelos países centrais foram marcadamente influenciadas pelo ideário keynesiano. A anuência a tais práticas econômicas, que passaram a ser proeminentes já na década de 1930, se conformava pela concepção de que o Estado era um pré-requisito tanto para afiançar os investimentos que

---

<sup>23</sup> WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>24</sup> WOOD, Ellen. *O império do capital*. *op. cit.* p. 101.



assegurariam a estabilidade da demanda, quanto para adequar a classe trabalhadora às novas condições de trabalho<sup>25</sup>.

A conformação desse *compromisso keynesiano*, orientado para a garantia do pleno emprego via estímulo da demanda agregada, foi associada à ampliação dos direitos sociais, em uma conformação política reconhecida como *welfare state* (Estado de bem-estar social). A configuração do capitalismo nesses termos vigorou nos países da OCDE<sup>26</sup> do período pós-II GM até meados da década de 1970. Em suma, as características dessa formação política foram demarcadas pela conjugação de forte crescimento econômico, baixa inflação, expansão do consumo de massas e ampliação dos gastos governamentais em áreas sociais, como saúde e educação<sup>27</sup>.

Gérard Duménil e Dominique Lévy<sup>28</sup> realçam que um dos principais elementos que corporificou esse período foi a contenção dos interesses das classes atreladas às finanças. Sobre esse quesito, os autores explanam três fatores que o ajustaram, quais sejam: (I) um setor financeiro orientado principalmente para o estímulo da economia real; (II) uma baixa contemplação dos ganhos dos acionistas, devido, sobretudo, aos níveis rebaixados das taxas de juros reais, concomitante a um “mercado de ações de baixo desempenho”; e (III) a possível redução dos lucros devido ao aumento dos custos com a mão de obra<sup>29</sup>.

As crises dos anos de 1970 foram decisivas para a dissolução dessa etapa do capitalismo. A quebra na paridade dólar/ouro, acarretando o fim da estabilidade cambial das principais moedas nacionais, conjugado ao aumento brusco do valor do petróleo entre 1974 e 1979 implicou na desestabilização dos principais índices econômicos. Esses fenômenos desencadearam a contração dos investimentos, a elevação expressiva do desemprego, bem

---

<sup>25</sup> BARUCO, Grasiela. *Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington*. Dissertação de mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2005. p. 18-19.

<sup>26</sup> A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma entidade multilateral, criada em 1961, por iniciativa do Canadá e Estados Unidos junto aos países da Europa Ocidental. A instituição reúne países do centro do capitalismo, que possuem elevado índice de crescimento (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e tem como objetivo principal deliberar diretrizes para fomentar a democracia liberal e a economia de mercado pelo mundo. Atualmente, a Organização conta com 64 países-membro.

<sup>27</sup> BRAGA, Ruy. A economia política da contestação [prefácio à edição brasileira]. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 7-18.

<sup>28</sup> DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>29</sup> DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo... op. cit.* p. 26.

como a multiplicação das falências, o que abriu os caminhos para a concretização dos processos de neoliberalização<sup>30</sup>.

Afinado à perspectiva de David Harvey<sup>31</sup>, o neoliberalismo é aqui compreendido como um conjunto de ideias e práticas que serviram, sobretudo, para *restaurar* o poder da classe dominante. Apesar de ter sido marginalizado durante boa parte do século XX, seu ideário já havia adquirido suas primeiras conceituações entre os anos de 1920 e 1940.

A necessidade prática de intervenção governamental na economia acarretada pela Grande Depressão eclodiu a crise interna do pensamento liberal. O arcabouço epistemológico do liberalismo já apresentava consideráveis fricções desde meados do século XIX, sendo seu campo cindido entre duas vertentes de pensamento: aqueles que defendiam uma linha mais inclinada às reformas sociais, na defesa de políticas orientadas para o bem comum e, por outro lado, havia os partidários da liberdade individual como fim absoluto<sup>32</sup>.

Um dos teóricos que instituiu uma grande virada no pensamento liberal foi Herbert Spencer. Embora os autores neoliberais tenham “se esquecido” de citá-lo em seus escritos, o autor foi responsável por transferir a centralidade da divisão do trabalho para o princípio da concorrência, que passou a ser vista como necessidade vital. Interpretando Charles Darwin à sua maneira, H. Spencer embasou seus pressupostos de modo a conceber as relações sociais a partir do conceito de *seleção natural*. Como observam Pierre Dardot e Christian Laval:

Convém sublinhar a virada que o pensamento de Spencer representa na história do liberalismo. O ponto decisivo que permite a passagem da lei da evolução biológica para suas consequências políticas é a prevalência na vida social da luta pela sobrevivência. Sem dúvida, a referência a Malthus ainda é muito importante em Spencer: nem todos os homens são convidados para o grande “banquete da natureza”. À essa influência, porém, somou-se a ideia de que a competição entre os indivíduos constituía para a espécie humana, que nisso é assimilável às outras espécies, o próprio princípio do progresso da humanidade. Daí a assimilação da concorrência econômica a uma luta vital geral, que é preciso deixar que se desenvolva para que a evolução não seja interrompida; daí as principais consequências que examinamos antes, em especial as que condenavam a ajuda aos mais necessitados, que deveriam ser abandonados à

---

<sup>30</sup> BARUCO, Grasiela. *Do Consenso... op. cit.* p. 40.

<sup>31</sup> HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2011.

<sup>32</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37.

própria sorte<sup>33</sup>.

O neoliberalismo emergiu, então, alocando a concorrência como quesito fundamental da vida social e individual. Porém, em oposição à repulsa ao Estado encontrada nos escritos de Spencer, seus teóricos concebem necessária sua atuação para garantir as boas condições concorrenciais. A ordem de mercado passou a não ser mais percebida como um quesito natural e espontâneo, mas como elemento artificial de uma construção política<sup>34</sup>.

No que concerne à fundação ideológica e intelectual, o neoliberalismo teve dois eventos que demarcaram sua organização de forma sistematizada. O primeiro deles consistiu na reunião de seu nascimento, no Colóquio Walter Lippmann, em Paris, em agosto de 1938. O encontro contou com a participação de autores como Friedrich Hayek, Jacques Huet, Raymond Aron, Wilhelm Röpke e Alexander von Rüstow<sup>35</sup>. O objetivo do Colóquio foi instituir uma refundação intelectual do liberalismo, contrapondo o keynesianismo, o fascismo e o socialismo, bem como toda a sorte de princípios coletivistas e de redistribuição social. Apesar das perspectivas distintas entre os intelectuais presentes na ocasião, a análise proeminente foi aquela proferida pelo filósofo Louis Rougier. Em consonância com o pensamento de Walter Lippman, Rougier cindiu o atrelamento do liberalismo com o *laissez-faire*, ressaltando a imprescindibilidade do intervencionismo jurídico do Estado para a garantia do regime de propriedade, dos contratos, das patentes, etc<sup>36</sup>.

Outro acontecimento que reforçou as bases ideológicas do neoliberalismo foi a Sociedade de Mont Pèlerin (Mont Pèlerin Society), ocorrida em um *spa* na Suíça, em 1947, sendo uma espécie de prolongamento do Colóquio Walter Lippman. O evento coadunou os preceitos, ainda que não de forma monolítica, das três grandes frentes intelectuais do neoliberalismo, quais sejam: a Escola Austríaca, representada por economistas como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises; a Escola de Chicago, com Milton Friedman, Henry

---

<sup>33</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo... op. cit.* p. 52-53.

<sup>34</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo... op. cit.* p. 69-70.

<sup>35</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo... op. cit.* p. 71.

<sup>36</sup> Embora essa tenha sido a tônica do Colóquio Walter Lippman, é importante destacar que economistas de destaque, como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, não comungavam com o princípio da intervenção do Estado nos termos propostos por Louis Rougier. Para uma abordagem detida da história intelectual do neoliberalismo, ver: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo... op. cit.* Especialmente a parte 1.

Simons e Gary Becker; e os ordoliberalistas alemães, dos quais pode-se destacar Wilhelm Röpke, Franz Böhm, Alexander Rüstow, dentre outros<sup>37</sup>.

Empenhados em combater o planejamento estatal, os membros da Sociedade identificavam as diretrizes neste sentido como um elemento fadado a ser instrumentalizado politicamente pelos grupos de interesse envolvidos, como sindicatos, ambientalistas, grupos corporativos, etc. Os partícipes da Sociedade estavam empenhados em reverter a ampliação da atuação do Estado realizada nos países socialistas e naqueles em que vigorava o *welfare state*. O preceito fundante de suas denúncias ia no sentido de deturpar o suposto declínio da propriedade privada e dos mercados competitivos ocasionado por aqueles países, que, segundo eles, firmavam um conjunto de medidas que “solapavam a posição do indivíduo na sociedade”<sup>38</sup>.

As doutrinas oriundas do Colóquio Walter Lippman e da Sociedade de Mont Pèlerin se prolongaram para o meio acadêmico, organizações de caráter internacional e para uma miríade de *think tanks*. Nesse sentido, pode-se destacar a Comissão Trilateral, o Fórum Econômico de Davos, bem como o Instituto de Altos Estudos Internacionais, criado em 1927, em Genebra, pela London School of Economics e pela Escola de Chicago<sup>39</sup>.

É válido destacar, em relação ao período do pós-II Guerra Mundial, a intensificação da atuação de entidades organizativas das classes dominantes em nível transnacional. Instituições como a Trilateral Commission, Council on Foreign Relations (CFR), Council for Economic Development (CED) e o Council for Americas<sup>40</sup> (AS-COA) atuaram ativamente no sentido de fazerem diplomacia privada e de se articular com o empresariado de diversos países para delinear estratégias de mobilização e planejamento político em nível internacional. Tendo suas composições constituídas por representantes do grande empresariado financeiro e industrial, como David Rockefeller e J. P. Morgan, tais entidades

---

<sup>37</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo... op. cit.*

<sup>38</sup> HARVEY, David. *Neoliberalismo... op. cit.* p. 29-30.

<sup>39</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo... op. cit.* p. 72.

<sup>40</sup> Para uma apresentação do Conselho das Américas, sua mobilização por meio da diplomacia privada, composição e organização do empresariado em nível transnacional, ver: HOEVELER, Rejane Carolina. Imperialismo e neoliberalismo nas Américas: o caso do Council of the Americas. In: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*. v. 1. p. 1-17.

foram fundamentais no assentamento da estabilização dos países europeus a partir de 1945, assim como na desestabilização de governos na América Latina, patrocinando golpes de Estado e induzindo a orientação do processo de modernização conservadora<sup>41</sup>.

Tais *think tanks* e institutos acadêmicos, inclusive, lastrearam, em grande medida, a ascensão dos governos neoliberais pelo mundo. Tendo como “grande laboratório” o caso do Chile de Pinochet em 1973, que teve sua política econômica delineada pela Escola de Chicago, a ascensão de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1981, e de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, em 1979, teve como um de seus corolários a atuação de tais entidades<sup>42</sup>.

Além disso, é pertinente destacar que, além do Chile, outras ditaduras na América Latina também figuraram como precursoras do receituário econômico ortodoxo nos anos de 1970. Foram os casos do Uruguai, em 1974, e da Argentina, em 1976, conformando, então, junto às demais experiências neoliberais acima mencionadas, o primado da transposição deste ideário em políticas concretas.

No que concerne à América Latina, as instabilidades econômicas decorrentes dos choques do petróleo abalaram profundamente o balanço de pagamento dos países da região, sendo esta volubilidade conjugada à disparada da inflação e do endividamento externo. A solução perpetrada pelos países centrais foi assentada nas teses monetaristas de contenção ao consumo e, principalmente, no refreamento do déficit fiscal. O conjunto de medidas que, para as entidades multilaterais e países desenvolvidos, estaria mais adequado para superar a crise e garantir a retomada dos investimentos na periferia foi corporificado no Consenso de Washington.

Em 1989, o economista inglês John Williamson redigiu um texto elencando uma série de medidas pelas quais os países em desenvolvimento deveriam se submeter para

---

<sup>41</sup> Sobre a atuação e organização transnacional do empresariado através dessas e de outras entidades, ver: DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: Estratégias de desenvolvimento e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

<sup>42</sup> Para uma história do processo de neoliberalização na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, com destaque para a construção do consentimento entre as classes sociais a partir de entidades da sociedade civil, ver: HARVEY, David. *Neoliberalismo... op. cit.* Especialmente capítulo 2. Sobre a América Latina, ver: DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista... op. cit.*

garantir seu crescimento e capacidade de atrair apoio financeiro. Essas diretrizes, que viriam a ser incorporadas no Consenso de Washington, consistiam em dez pontos centrais: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; liberalização comercial; investimento estrangeiro direto; privatização das estatais; desregulamentação; e direito à propriedade intelectual<sup>43</sup>. Estas passaram a ser os principais aparatos coativos emanadas desde os atores internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, para com os países da periferia.

A despeito das idiossincrasias que caracterizaram os processos de neoliberalização em cada país, a concretização desses projetos implicou, em boa parte dos casos, na consecução de seu principal objetivo, a queda inflacionária. Medidas como o aumento exorbitante das taxas de juros, a liberalização econômica e o amplo programa de privatizações foram subsídios elementares neste sentido. Por outro lado, o receituário recrudescer a supressão aos movimentos sociais/sindicais, acentuou as desigualdades sociais, elevou as taxas de desemprego, comprimiu os salários e implicou em poucos resultados em relação aos índices de crescimento<sup>44</sup>.

O resultado amargo desse receituário nos países periféricos desencadeou uma espécie de renovação intelectual dos autores que endossavam a ortodoxia neoliberal, implicando em uma tentativa de aprimoramento ou correção do Consenso de Washington. Em linhas gerais, esse novo paradigma de pensamento realçava a necessidade de uma maior atuação do Estado em questões sociais, de modo a impulsionar o crescimento e o *desenvolvimento social*. Para isso, além de certa reabilitação das características mais gerais do Consenso, essa nova roupagem visou incluir uma série de reformas na administração pública, bem como instituir parcerias público-privadas, sob a rubrica da “boa governança”<sup>45</sup>.

O próprio John Williamson, aqui já mencionado, em texto publicado junto ao economista peruano Pedro Pablo Kuczynski, destacava a imprescindibilidade de políticas de combate à pobreza e à desigualdade. Entretanto, tais autores seguiram defendendo a disciplina

---

<sup>43</sup> SYMONIAK, Jason D. The Washington Consensus. *New Voices in public policy*, vol. V, 2011.

<sup>44</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

<sup>45</sup> ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, maio-agosto 2012. p. 287.

macroeconômica, as privatizações, a liberalização comercial e financeira. Eles sustentavam, ainda, que o mau desempenho das políticas neoliberais se deu pelo fato de as reformas não terem sido levadas adiante o bastante<sup>46</sup>.

As desestabilizações econômicas locais a partir da década de 1990<sup>47</sup> implicaram em um movimento do capital monetário que viria a ocasionar o maior choque do capitalismo desde 1929. A crise que acometeu os países asiáticos a partir de 1997 tornou a economia dos Estados Unidos atrativa para os capitais que até então se concentravam nos “tigres asiáticos”<sup>48</sup>. Os *investidores institucionais*, cuja definição será realçada na próxima subseção, direcionaram alta gama de recursos na captação dos papéis norte americanos, o que culminou na bolha de ativos e na crise das bolsas estadunidenses em 2000/2001. Essa instabilidade, contudo, foi contida através do aumento da liquidez, quando Alan Greenspan, então presidente do Federal Reserve (banco central dos EUA), reduziu os juros de 6% para 1,75% ao longo de 2001<sup>49</sup>.

A estratégia de contenção da crise vingou, acarretando o gradual crescimento dos Estados Unidos entre 2001 e 2004<sup>50</sup>. Entretanto, o preço de tal estabilização foi a formação de bolha em outro tipo de ativo, agora direcionada ao mercado imobiliário. A centralidade da securitização dos ativos escalonou a inflação de seus valores. Isto ocorreu em decorrência da disponibilização, nos mercados, de títulos lastreados em dívidas hipotecárias, cujo nível de risco não era expresso de forma fidedigna. Nem mesmo a tentativa de atenuar a inflação e controlar os fluxos especulativos pela via do aumento dos juros pelo FED - que passou de 2,25%, em 2005, para 5,25%, em 2007 -, foi capaz de conter o crescimento da bolha financeira. Em 2007, portanto, a eclosão em série das inadimplências se mostrou irreversível. Este fenômeno realçou a fragilidade do sistema de acumulação financeira e do complexo

---

<sup>46</sup> WILLIAMSON, John; KUCZINSKI, Pedro Pablo. *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. apud BARUCO, Grasiela. *Do Consenso... op. cit.* p. 60-61.

<sup>47</sup> O período foi demarcado por crises em diversos países: México (1994), países asiáticos (1997), Rússia (1998), Brasil (1999) e Argentina (2001).

<sup>48</sup> Alusão aos quatro países asiáticos que, a partir da década de 1970, apresentaram um quadro de acelerado processo de industrialização, quais sejam: Cingapura, Honk Kong, Coreia do Sul e Taiwan.

<sup>49</sup> PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, 2009. p. 32.

<sup>50</sup> O PIB dos EUA neste período foi de 0,8% em 2001, 1,6% em 2002, 2,4% em 2003 e 3,6% em 2004. Ver: PAULANI, Leda. A crise do regime de acumulação... *op. cit.* p. 33.

bancário estadunidense, desencadeando um processo de falências e contração produtiva, com desdobramentos a níveis mundiais<sup>51</sup>.

O processo de salvação econômica da crise, em parte majoritária dos casos, se deu via resgate estatal aos bancos e instituições financeiras, conformando um quadro em que os responsáveis pela hecatombe reabilitaram sua estrutura de funcionamento aas expensas do erário público. Apesar disso, o receituário básico do neoliberalismo parece ainda não ter se deparado com um modelo substituto. Entretanto, autores como Gérard Duménil e Dominique Lévy<sup>52</sup> sustentam que, a partir da crise imobiliária de 2007, o neoliberalismo se encontra submerso em um período de crise. Elementos centrais desta dinâmica do capitalismo se encontram, até os tempos atuais, sem demonstrar indícios de estabilidade. Acumulação, financeirização, globalização e desequilíbrios são fatores neste sentido. Além do mais, os autores realçam que a configuração atual do neoliberalismo pós-crise do subprime é antitética à manutenção dos Estados Unidos como potência hegemônica conforme realçado no início deste subcapítulo.

Na próxima parte desta seção, buscaremos realçar as categorias centrais que regerão este estudo. A partir do breve panorama histórico do capitalismo pós-II Guerra aqui realçado, será concedida centralidade à conformação das classes sociais desde este período, enfatizando a preeminência das *finanças capitalistas*. Além disso, também serão definidas as concepções acerca do Estado no capitalismo contemporâneo, sendo este considerado como ente fundamental para a manutenção da reprodução das altas classes e, por conseguinte, do capitalismo.

## 1.2 – Finança capitalista e Estado ampliado: para uma abordagem marxista do capitalismo sob a égide da financeirização.

A crise do compromisso keynesiano e conseqüente ascensão do neoliberalismo a nível mundial reatualizaram o aparente poderio da esfera da circulação de conceder valor às

---

<sup>51</sup> PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação... *op. cit.* p. 33.

<sup>52</sup> DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo...* *op. cit.*



mercadorias. Como ressalta Paul Sweezy<sup>53</sup>, diferentemente das grandes crises anteriores (décadas de 1870 e 1930), as vicissitudes oriundas do choque do petróleo implicaram no fato de que a estagnação intensificou a rentabilidade das atividades financeiras. A superestrutura financeira emergiu, nesse sentido, de modo a firmar sua expansão em descompasso com a economia real, acarretando o constrangimento da atuação ou, então, a inserção das grandes corporações nessa lógica, além de centralizar esse nexos acumulativo nos poderes político e econômico<sup>54</sup>.

A estratégia de contenção inflacionária norte-americana instituída pelo Federal Reserve (FED), em 1979, abalizada pelo drástico aumento das taxas de juros, foi um dos marcos para o robustecimento das dinâmicas de acumulação atreladas ao rentismo. As implicações dessa medida, além de terem desestruturado grande parte das economias dos países subdesenvolvidos, instituíram o alicerce para a retomada das finanças em nível mundial. Esse processo consistiu na liberalização das instituições vinculadas à aplicação dos fundos mútuos de investimento e dos fundos de pensão. Isso abriu espaço para a transferência de parte dos recursos do tesouro nacional para o mercado financeiro, mais especificamente através da compra de títulos da dívida pública securitizada e, posteriormente, em ações na bolsa de valores<sup>55</sup>.

François Chesnais realça que um dos principais fenômenos característicos do capitalismo contemporâneo está relacionado ao aumento extraordinário de títulos, que são apresentados como capitais, em um processo que escamoteia a forma como essas ações e obrigações foram produzidas<sup>56</sup>. Resgatando e buscando atualizar os preceitos do Livro III do Capital de K. Marx, o autor expõe que a concepção de “finança” é então designada como um conjunto de instituições especializadas na centralização do dinheiro “inativo”, que mobiliza este em empréstimos ou títulos através dos fundos de pensão, *mutual funds*, fundos de *hedge*, das empresas de seguro e dos maiores bancos. Como elemento central nesta dinâmica, estão

---

<sup>53</sup> SWEEZY, P. The triumph of financial capital. *Monthly Review*, Nova York, v. 46, n. 2, jun. 1994. p. 8.

<sup>54</sup> SWEEZY, P. The triumph of financial capital. *op. cit.* p. 8-9.

<sup>55</sup> CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de; et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 97-103.

<sup>56</sup> CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”... *op. cit.* p. 97-98.

os mercados de títulos, que valorizam o dinheiro via juros, dividendos ou ganhos na Bolsa. Chesnais expressa que essa acepção de finança seria então compreendida como uma espécie de historicização da concepção de “capital portador de juro” de Marx para a atualidade<sup>57</sup>.

Gérard Duménil e Dominique Lévy, também revisitando a obra de Marx, imprimem em sua concepção de *finança* uma maior ênfase às relações capitalistas. Para os autores, *finança* seria “a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras, encarnações e agentes de seu poder”<sup>58</sup>. Ou seja, esta definição concede especial destaque a uma fração da classe dominante que se constitui e se reproduz a partir de relações orgânicas com um conjunto de instituições, como os bancos, banco central, entidades não bancárias, fundos, dentre outros<sup>59</sup>.

A concepção aqui empreendida de *fração financeira* do capital, baseada em Chesnais<sup>60</sup> e principalmente em Duménil e Lévy<sup>61</sup>, abarca não apenas o setor financeiro, como os bancos, ou a fusão deste com o industrial, como já realçavam os autores marxistas no início do século XX<sup>62</sup>. A finança capitalista, sobretudo após a crise do compromisso keynesiano, passou a conceder maior centralidade a um campo mais vasto de instituições, como fundos de aplicações, mercados de câmbio e bancos centrais<sup>63</sup>. Nesse processo, os capitais bancário e transnacional não necessariamente se fundem, mas enlaçam uma relação de dependência, conformando operações em que os rendimentos muitas vezes se valorizam sem lastro direto na esfera da produção.

Portanto, a composição majoritária das finanças capitalistas está relacionada às atividades oriundas das dinâmicas fictícias de acumulação, que geralmente incrementam sua lucratividade através das expectativas de valorização dos títulos em mercados futuros ou com

---

<sup>57</sup> CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”... *op. cit.* p. 100.

<sup>58</sup> DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 187.

<sup>59</sup> DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista. *op. cit.* p. 187.

<sup>60</sup> CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”... *op. cit.*

<sup>61</sup> DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista. *op. cit.*

<sup>62</sup> HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985; LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: UNICAMP, 2011.

<sup>63</sup> DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista. *op. cit.*

a elevação das taxas de juros. Assim, a função central da finança é reduzir as barreiras dos espaços de valorização, contribuindo, inclusive, para a constituição de um mercado mundial.

É pertinente destacar, no entanto, que tal movimento de valorização fictícia não pode se retroalimentar de forma indefinida, pois é fundamentalmente lastreado na produção, mais especificamente, na exploração da força de trabalho. Portanto, a dissociação entre esfera produtiva e esfera financeira ocorre apenas de forma aparente, representando uma reprodução fetichizada do capitalismo. Como ressalta Michel Husson:

Tudo que se pode dizer é que o juro varia dentro de certos limites: ele pode se reduzir a pouca coisa, mas não pode exceder o total do lucro. [...] O juro não é o “preço do capital” que seria determinado pelo valor de uma mercadoria particular, como pode ser o caso do salário para a força de trabalho. Essa partilha não é somente quantitativa, ela leva a uma distinção qualitativa entre capital financeiro e capital industrial no sentido que essas duas categorias *aparecem* como se obedecessem a princípios diferentes<sup>64</sup>.

Para além da atuação desses *investidores institucionais*, que atuam na lógica financeira via fundos, esse período de emergência das finanças como grande componente balizador das relações capitalistas teve como elemento basilar a reconfiguração das relações entre as classes sociais, concomitante ao reordenamento das estruturas empresariais. No que concerne às composições de gerência e investimento das empresas produtivas, a partir dos processos de neoliberalização as Bolsas de Valores tornaram-se o centro de aplicações financeiras, sendo a distribuição dos dividendos um dos principais mecanismos de extração de mais-valor. Com a intensificação dessa forma de acumulação, os proprietários, que são os detentores das ações dessas empresas, passaram a gerir seus negócios por meio desta lógica, se separando, gradativamente, da gestão, sendo esta cada vez mais pressionada a obter resultados em curto prazo.

No caso brasileiro, é possível perceber a pertinência dessa lógica de separação entre gerência e proprietários na reprodução do capitalismo ao analisar-se a forma do capital do grande empresariado. A maior parte das empresas juridicamente produtivas brasileiras se enquadra na forma de Sociedades Limitadas (LTDA), que, em linhas gerais, são empresas nas quais seus sócios têm responsabilidades limitadas de acordo com a cota de investimento que

---

<sup>64</sup> HUSSON, Michel. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 309. Grifo nosso.

cada um possui no capital social (investimento inicial) da entidade. Ou seja, a obrigação dos sócios se restringe a preencher o capital inicial que foi declarado para a fluidez do negócio e, a partir disso, a responsabilidade pelos prejuízos da atividade social é da pessoa jurídica.

Entretanto, parte majoritária das maiores empresas, em termos de receita líquida e lucro líquido, se caracteriza como Sociedade Anônima de capital aberto. Isso significa que essas entidades têm autorização de negociar qualquer um dos seus cinco valores mobiliários (ações, debêntures, partes beneficiárias, *commercial papers* e bônus de subscrição) em qualquer uma das entidades do mercado de valores (mercado de balcão ou Bolsa de Valores).

Tabela 1 - Forma do capital, origem e sede das 30 maiores empresas brasileiras em 2018

<b>Empresa</b>	<b>Capital aberto (CA)/capital fechado ou limitado (CF)</b>	<b>Capital de origem: nacional/estrangeiro</b>	<b>Sede</b>
Petrobras	CA	Nacional	RJ
JBS	CA	Nacional	SP
Vale	CA	Nacional	RJ
Raízen	CF	Nacional	SP
Ultrapar	CA	Nacional	SP
Atacadão/Carrefour	CA	Estrangeiro	SP
Cosan	CA	Nacional	SP
Braskem	CA	Nacional	BA
Cervejaria Ambev	CA	Nacional	SP
GPA	CA	Nacional	SP
Telefônica Brasil	CA	Estrangeiro	SP
Bunge Alimentos	CA	Estrangeiro	SC
Eletrobras	CA	Nacional (estatal)	DF
Gerdau	CA	Nacional	SP
Cargill	CF	Estrangeiro	SP
BRF	CA	Nacional	SP
Claro Telecom	CA	Estrangeiro	SP
Isucar	CA	Nacional	SP
CPFL Energia	CA	Nacional	SP

Via Varejo	CA	Nacional	SP
Walmart	CA	Estrangeiro	SP
Oi	CA	Nacional	RJ
Fiat Chrysler	CA	Estrangeiro	MG
Cemig	CA	Nacional	MG
Neoenergia	CA	Nacional	RJ
Arcelormittal Brasil	CA	Nacional	MG
Samsung	CA	Estrangeiro	AM
Embraer	CA	Nacional (estatal)	SP
Marfrig	CA	Nacional	SP
CSN	CA	Nacional	SP

Fonte: As 1000 maiores empresas brasileiras de 2018. Valor Econômico. Elaboração própria. Disponível em: <http://twixar.me/2xBT>

No que tange às maiores corporações, o *locus* mais dinâmico de atuação é a Bolsa de Valores, sendo seus capitais divididos em ações, e a responsabilidade dos acionistas limitada ao preço destas no mercado financeiro<sup>65</sup>. A fluidez dessas atividades tende a conduzir os proprietários das empresas S.A. a pressionarem suas administrações com vistas a fomentar sua produção e angariar rendimentos às ações em curto prazo. A valorização de seus rendimentos, portanto, se alimenta da especulação em torno do comportamento futuro do preço das ações no mercado<sup>66</sup>.

Como expõe a tabela 1, das 30 maiores empresas de 2018, 28 se caracterizavam como Sociedades Anônimas de capital aberto. Isso indica que as maiores empresas brasileiras juridicamente produtivas têm maior inserção nas atividades de cunho financeiro, o que influencia, inclusive, seu comportamento político, conforme aparato teórico elencado a seguir. É válido destacar, ainda, a concentração geográfica do grande empresariado brasileiro, visto que estão aglutinados no Sudeste, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo (tabela 1).

Todos esses fatores aqui elencados, que realça a valorização em termos fictícios na escala da circulação, concomitante à separação entre os papéis de proprietários e gerentes das corporações, não é algo novo. O próprio K. Marx evidenciou, de forma metódica, essa interface do capitalismo no *Capital*, em especial no livro III<sup>67</sup>. O ineditismo da atual etapa,

<sup>65</sup> MONTEIRO, José C. B. “As principais diferenças entre LTDA e S.A”. Portal Contábeis, 29 set., 2014.

<sup>66</sup> BRAGA, Ruy. A economia política da contestação. *op. cit.* p. 7-18.

<sup>67</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

como destaca Leda Maria Paulani, é o protagonismo assumido tanto pelo rentismo e pela propriedade, quanto pelo “alojamento dessa posição de exterioridade à produção no seio da própria produção”. Assim, a contradição entre capital e trabalho, inerente ao capitalismo, é conjugada às antinomias da centralidade da finança, que se valoriza de forma insaciável em descompasso com a economia real<sup>68</sup>.

Portanto, concomitante aos quesitos aqui já realçados, pode-se destacar, de maneira sintética, conforme os autores presentes na obra *A Finança Capitalista*<sup>69</sup>, que as finanças estão: (I) corporificadas na atuação dos bancos, no sentido de direcionar seus capitais às empresas para além das operações de crédito. (II) Por trás dessas finanças há sempre uma relação de classe, uma vez que os mecanismos financeiros não criam valor, pois este só se concretiza na escala real da produção. (III) Houve uma reconfiguração na fluidez internacional de capitais, demarcada pela intensificação das trocas e maior atuação das transnacionais. (IV) o neoliberalismo é um processo que atua reconhecido como um amplificador dessas finanças; e, por fim, (V) O Estado cumpre papel fundamental nesses processos.

O último ponto é particularmente importante para embasar os objetivos desta dissertação. Como será elencado no capítulo final, o protagonismo estatal cumpriu função primordial para a estruturação do agronegócio no Brasil, fator que evidencia a necessidade de tecer algumas considerações acerca de sua conceituação.

Para compreender a interação entre os grupos empresariais rurais, sua estruturação societária e a consecução de recursos públicos para o seu revestimento em um contexto de financeirização, é necessário alçar o Estado e a política como categorias analíticas preferenciais. Na obra *O Estado, o poder e o socialismo*, Poulantzas<sup>70</sup> ilustra o poder do Estado como uma condensação produzida formalmente a partir do equilíbrio de forças na disputa política. Essa concepção implica em um afastamento do entendimento do Estado como uma estrutura apartada do campo das práticas de classe, ou, ainda, como uma entidade

---

<sup>68</sup> PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação... *op. cit.* p. 27.

<sup>69</sup> BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>70</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. p. 145-161. p. 147-148.

que tem os seus ditames direta e linearmente definidos pela burguesia.

Esse ambiente contraditório, no qual diferentes classes e frações se mantêm em constante processo de disputa, aproximação e afastamento, é estabilizado através da capacidade de uma fração de classe exercer uma liderança material e valorativa sobre os demais atores deste sistema. Esses fatores levam a uma maior consistência dos interesses da fração hegemônica frente aos demais setores do Estado, que são centros de resistência de outras frações do bloco no poder<sup>71</sup>.

Poulantzas realça que há uma série de contradições entre distintos segmentos da classe dominante, que disputam entre si no sentido de ampliar suas parcelas no processo de acumulação de capital. Como destaca o autor, na obra *O poder político e classes sociais*<sup>72</sup>, “o Estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, torna possível, na sua relação com o campo da luta política de classe – relação esta concebida como fixação de limites -, a constituição do bloco no poder”.

O bloco no poder é uma unidade complexa e contraditória que concentra as fricções entre classes ou frações das classes dominantes, que coexistem no nível da dominação política. A classe que possui a capacidade de liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das outras frações de classes do bloco no poder detém um papel dominante, o qual pode ser caracterizado como papel hegemônico<sup>73</sup>.

Além de comentar sobre os processos hegemônicos entre as frações da burguesia, Poulantzas<sup>74</sup> observa a existência de concessões materiais estatais a favor das classes dominadas, que são fundamentais para a construção do consentimento e, conseqüentemente, para a instauração da hegemonia de uma classe sobre as demais. Nessa medida, o Estado não representa apenas os interesses da fração proeminente da classe dominante, uma vez que, dentro dele, se replicam as relações de disputa entre estas e as demais classes e frações de classe. A contribuição de Antonio Gramsci é essencial no entendimento destas fricções.

---

<sup>71</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo... op. cit.* p. 145.

<sup>72</sup> POULANTZAS, Nicos. *O poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977. p. 225.

<sup>73</sup> POULANTZAS, Nicos. *O poder político e classes sociais... op. cit.* p. 137.

<sup>74</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo... op. cit.* p. 35-40.

Para o autor, o avançado desenvolvimento das entidades da sociedade civil, característica das democracias modernas - como grandes sindicatos e partidos políticos -, configura um ajuste social em que uma determinada classe mantém seu domínio não somente por meio do uso da força, mas também exercendo uma liderança no plano valorativo. É nesse sentido que é construída a hegemonia, em um arranjo em que o *moderno príncipe*<sup>75</sup> se conforma como o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva.

O Estado, pela abordagem de Antonio Gramsci, é pensado em sua forma integral, ou seja, ele é caracterizado pela coadunação entre sociedade política e sociedade civil, sendo ambas organicamente embrenhadas, ainda que de forma complexa e contraditória. Nas palavras do autor, “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’<sup>76</sup> de hegemonia ou sociedade civil”<sup>77</sup>, afirmação esta que expressa uma contraposição às perspectivas que concebem as dinâmicas entre organismos privados (como as empresas e suas organizações) e as instituições formais do Estado como relações estanques, distantes ou apartadas.

Embora não seja o objetivo desta dissertação analisar o comportamento político da Cosan e do restante do patronato rural, esse ponto de congruência entre Gramsci e Poulantzas é pertinente para embasar a análise acerca do direcionamento estatal de recursos para essa fração da classe dominante. As concepções de Estado e hegemonia nesses autores nos leva a pensar em ferramentas teóricas capazes de observar como a ascendência material se traduz em ascendência valorativa e política, mediante um processo de universalização de

---

<sup>75</sup> Se referindo à obra de Maquiavel, Gramsci, no Caderno 13 (p. 11-109), argui que a fundação de um novo tipo de Estado, na modernidade, não é possível ficar a cargo de um novo príncipe, um herói individual. Para o autor, essa transmutação social se concentra no partido político, responsável por equilibrar interesses de diversos grupos, de modo a construir consensos e conformar a hegemonia. No Caderno 17 (§ 37, p. 347-349), Gramsci expõe uma compreensão estendida de partido, sendo este não apenas reconhecido como uma organização institucional deliberadamente formada para a ação política, mas também como entidades que não pertencem oficialmente a nenhuma fração de classe, “mas operam como se fossem uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes conhecidos como tal pelo público” (p. 348), como as revistas, jornais e seus agrupamentos, por exemplo. Ver: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>76</sup> O caráter “privado” desses aparelhos significa que a adesão dos agentes que o integram é voluntária. Ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. Marx e Marxismo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jan-jul. 2014. p. 35.

<sup>77</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. *op. cit.* vol. 3. p. 254-255.



interesses e visões de mundo originalmente oriundos e particulares ao segmento hegemônico.

Esta subseção buscou evidenciar os pressupostos teóricos que embasarão a dissertação. A partir de uma contextualização histórica acerca da emergência do neoliberalismo, efetuada no primeiro subcapítulo, foi possível enquadrar esse arcabouço conceituoso às categorias de *Estado*, *hegemonia* e *finança capitalista*. A etapa final deste capítulo irá estabelecer um breve relato acerca do processo de neoliberalização brasileiro, a partir de 1990.

### 1.3 – Notas sobre o processo de neoliberalização brasileiro pelo viés macroeconômico

Nos anos de 1990, o capitalismo brasileiro passou a lapidar o primado de seus moldes neoliberais. Influenciadas pelas diretrizes do Consenso de Washington, as medidas adotadas no período que abrange as gestões de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso (1990-2002) foram demarcadas pela transformação do ideário neoliberal em programa de governo<sup>78</sup>.

As políticas de privatizações foram um dos principais corolários desse projeto, se constituindo como um dos elementos fundamentais para a garantia dos resultados do Plano Real<sup>79</sup>. Instituídas sobre a retórica de restringir os gastos do Estado e atenuar as disparidades da dívida pública, foram vendidas, de 1991 a 2002, 165 empresas estatais, sendo o maior número das vendas efetuadas durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso<sup>80</sup>.

Juntamente com alguns governos estaduais, nas gestões FHC foram desestatizadas diversas companhias, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), Light Serviços de Eletricidade S.A, Eletropaulo, privatização do setor petroquímico com a transferência das participações acionárias da Petroquina na

---

<sup>78</sup> ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFF, 2010. p. 34.

<sup>79</sup> ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil... op. cit.* p. 301.

<sup>80</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)*. Tese de doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2013. p. 240.

Petroquímica do Nordeste S.A. (Copene), Salgema Indústrias Químicas S.A., Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), Companhia Química do Recôncavo (CQR), Pronor Petroquímica S.A., Nitrocarbobo S.A., Companhia Brasileira de poliuretano (CBP), a Petrobras Química S.A. (Petroquisa), dentre muitas outras<sup>81</sup>. Um dos casos mais emblemáticos foi a venda da Companhia Vale do Rio Doce; com patrimônio de US\$ 8,5 bilhões, a empresa foi vendida por US\$ 3,3 bilhões para o Consórcio Brasil, liderada pela já privatizada Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do banqueiro Benjamin Steinbruch<sup>82</sup>.

Algumas dessas empresas apresentavam lucros consideráveis, diferentemente do que realçava os discursos governamentais, que explanavam a suposta ineficiência das estatais. Foram os casos, por exemplo, da Vale do Rio Doce, que, na época de sua privatização, em 1997, era a maior exportadora mundial de minério de ferro e faturava US\$ 2 bilhões anualmente; ou, ainda, do Grupo Telebrás, que um ano antes de sua venda, em 1997, teve lucro de R\$ 4,2 bilhões<sup>83</sup>.

Outro aspecto relevante a ser realçado é a inflexão ocorrida nas estruturas de propriedade das empresas desestatizadas. As privatizações da década de 1990 ampliaram a quantidade de corporações configuradas como Sociedades Anônimas (S.A's) de capital aberto. As antigas estatais passaram a obter, a despeito da dimensão da atuação de cada componente, participações acionárias oriundas do capital privado local e estrangeiro, de bancos privados, do BNDES, bem como de fundos de investimento e de pensão, com destaque para os fundos atrelados às estatais, como a Funcef (Caixa Econômica Federal), Petros (Petrobras) e Previ (Banco do Brasil).

Entretanto, as privatizações não foram os únicos fenômenos que fundamentaram as políticas macroeconômicas dos governos FHC. A retórica da contenção inflacionária e estabilização monetária em torno do Plano Real escamoteou o seu propósito de conceder às frações financeiras uma posição privilegiada em relação aos demais atores econômicos.

---

<sup>81</sup> ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil... op. cit.* p. 333.

<sup>82</sup> JURUÁ, Ceci; ARRUDA, Marcos. Desfazendo mentiras sobre a Vale. In: *Massa Crítica* (PACS), Rio de Janeiro, n. 27, 2007.

<sup>83</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil... op. cit.* p. 241.

A assunção de FHC à presidência foi demarcada por uma inflexão nas políticas econômicas devido à percepção governamental de que as restrições ao crédito externo haviam desaparecido. Optou-se, então, por abandonar a política de geração de saldos comerciais positivos, marginalizando os incentivos públicos aos setores primário-exportadores. Em seu lugar, foi instituído um modelo de liberalização pautado na sobrevalorização cambial e na contração de dívida externa para cobrir o déficit em conta corrente, tendo o Plano Real como ponto nodal dessa estratégia. Essa maior abertura econômica acarretou na derrocada dos índices de exportação, estimulou o declínio dos preços agrícolas e desvalorizou a renda fundiária devido à queda no preço da terra<sup>84</sup>.

No que tange, mais especificamente, à política econômica do período, é pertinente destacar a instituição das altas taxas básicas de juros. Essa configuração contracionista do regime monetário não apenas conteve a inflação, mas angariou reservas internacionais com aplicadores estrangeiros, que serviram como sustentáculo da afixação da sobrevalorização cambial. Essa feição monetária ortodoxa, junto à elevação dos juros da dívida externa, implicou em sucessivos déficits fiscais e um agravamento do endividamento dos setores públicos<sup>85</sup>.

Jorge Varaschin<sup>86</sup> ressalta que, a partir dos anos de 1990, passou haver uma mobilização discursiva, por parte dos adeptos à teoria neoclássica, no sentido de afirmar que a alocação do combate à inflação no âmago das políticas monetárias consistia em um fator estritamente técnico. O autor realça que a tentativa de negar a ideologia que conforma esse tipo de prática, de modo a reivindicar uma autonomia às dinâmicas de contenção geral de preços, foi uma forma de conceder legitimidade à dominância das classes rentistas<sup>87</sup>.

A partir de 1999, houve o recrudescimento da desestabilização cambial brasileira devido à declaração da moratória anunciada pela Rússia, em agosto do ano anterior. Essa crise implicou em uma maior desconfiança em relação à solvência financeira dos países da periferia

---

<sup>84</sup> DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 84. As consequências da flexibilização dos pilares da modernização conservadora nos setores rurais, e, mais especificamente, no sucroalcooleiro, é abordado de forma mais detida no capítulo 3.1.

<sup>85</sup> FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 179-180.

<sup>86</sup> VARASCHIN, Jorge A. A. Ideologia em estado puro: juros e inflação para além da aparência neoclássica. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 38, n. 1 (150), jan-mar. 2018.

<sup>87</sup> VARASCHIN, Jorge A. A. Ideologia em estado puro... *op. cit.*

e consequente fuga dos capitais especulativos da economia brasileira, o que tornou insustentável a manutenção da fixação cambial. Assim, o governo instituiu o tripé macroeconômico<sup>88</sup> e alterou a política de comércio exterior, de forma a resgatar a estratégia de gerar saldos comerciais para suprir o déficit em conta corrente<sup>89</sup>.

Com a ascensão de Lula da Silva à presidência, em 2003, a conformação macroeconômica realçada por Varaschin<sup>90</sup> como corolário de sustentação à proeminência dos segmentos financeiros, foi mantida. As rígidas políticas de contenção fiscal, metas inflacionárias e câmbio flexível continuaram sendo consagradas nos ditames das instituições estatais, sendo, inclusive, alocados ou mantidos agentes de feições ortodoxas em postos como o corpo diretivo do Banco Central, Ministério da Fazenda, dentre outros<sup>91</sup>.

Além disso, a estratégia adotada pelo governo FHC de suprir o déficit do balanço de pagamentos via incentivo aos setores exportadores não foi apenas mantido, mas aprofundado após a ascensão de Lula. Nesse bojo, os setores agropecuários<sup>92</sup>, da mineração, da indústria de transformação e as instituições financeiras obtiveram primazia nesse processo. Os grandes projetos e programas de incentivo à produção conformados durante as gestões do Partido dos Trabalhadores expressaram essa nova configuração, edificada desde o período FHC, a despeito de suas nuances. A consagração da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, como superação da Política de Incentivo à Tecnologia e Comércio Exterior (PITCE), dos programas de incentivo ao biocombustível, bem como o Plano Brasil Maior (2011), foram políticas que expressaram a proeminência desses setores no bloco de poder capitalista brasileiro.

Esta primeira seção buscou estabelecer o arcabouço histórico e teórico que embasará a dissertação. Na primeira parte, foi elencada, de forma condensada, a emergência concreta e ideológica do neoliberalismo, nos países centrais e na América Latina.

---

<sup>88</sup> O “tripé” macroeconômico consiste em uma configuração que conjuga rígidas políticas de contenção fiscal, metas inflacionárias e câmbio flexível.

<sup>89</sup> FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real... *op. cit.* p. 186-187.

<sup>90</sup> VARASCHIN, Jorge A. A. Ideologia em estado puro... *op. cit.*

<sup>91</sup> NOVELLI, José. A questão da continuidade da política macroeconômica entre os governos Cardoso e Lula (1995-2006). *Revista de Economia e Política*, v. 18, n. 26, jun. 2010.

<sup>92</sup> Na seção 3.1 é elencado um panorama acerca do desenvolvimento agrário brasileiro, com enfoque no agronegócio e na indústria sucroalcooleira.

Na segunda subseção buscou-se categorizar o entendimento de *finança capitalista*. A partir deste conceito, buscou-se evidenciar a nova fase do capitalismo, caracterizada pelo especial protagonismo assumido pela propriedade e pelo rentismo, em uma lógica de separação entre gerência e proprietários, em um processo incessante de valorização das finanças. Esse processo, por sua vez, tem como alguns de seus sustentáculos fundamentais o acirramento da exploração da força de trabalho, bem como o amparo das instituições estatais. O Estado, também categorizado nesta subseção, foi apresentado pela abordagem gramsciana, de forma a concebê-lo como a coadunação orgânica entre Estado e sociedade.

Por fim, o capítulo 1.3 estabeleceu uma sucinta abordagem do processo de neoliberalização brasileiro, com ênfase nos aspectos macroeconômicos. As políticas de privatização e a galvanização das classes atreladas às finanças, corporificadas no Plano Real e, posteriormente, no tripé macroeconômico -, foram considerados como quesitos fundamentais, tendo suas bases mantidas pós ascensão do PT. O neoliberalismo no Brasil, ademais, foi responsável por reconfigurar a estrutura de propriedade das grandes empresas, conformando verdadeiras *redes de propriedade*<sup>93</sup>.

A próxima seção será dedicada a explanar algumas das análises teórico-interpretativas proeminentes acerca da caracterização das classes dominantes brasileiras no século XXI. A partir da explanação dessas abordagens, visa-se obter aportes no sentido de averiguar sua confluência com a análise expendida na última seção, que frisarà a estratégia de acumulação da Cosan S.A.

---

<sup>93</sup> O termo é de Sérgio Lazzarini. Ver capítulo 2.2.

## Capítulo 2 – Interpretações sobre a conformação das classes dominantes brasileiras no século XXI

O capítulo anterior buscou explicitar os principais pressupostos históricos e teóricos que embasarão este estudo, de modo a categorizar o neoliberalismo, assim como os conceitos de Estado e *finança capitalista*, por um cariz marxista. Como ficou evidente, a complexificação das relações capitalistas após a queda do compromisso keynesiano induziu modificações nas estruturas empresariais e sua forma de acumulação. Demarcada por um processo que conferiu especial centralidade aos rendimentos dos ativos e remuneração dos *investidores institucionais*, a proeminência do capital monetário tem como um de seus sustentáculos basilares as políticas e instituições do Estado.

Este capítulo tem o intuito principal de explanar algumas das perspectivas centrais que trataram da relação entre política e economia nas Ciências Sociais. A ilustração dessas concepções se justifica por duas razões fundamentais. A primeira delas consiste em realçar a pertinência do debate entre Estado e sociedade para a compreensão da configuração econômica e política do Brasil republicano. A segunda, por sua vez, está relacionada à explanação de algumas das perspectivas teórico-interpretativas paradigmáticas acerca da conformação das relações capitalistas no Brasil recente. A partir destas análises, visamos obter aportes suficientes para tratar, no capítulo final, do desenvolvimento das frações agrárias da burguesia e, de forma mais específica, da estratégia de acumulação da Cosan S.A. no século XXI.

Na primeira parte, será elencado, a fins de introdução, um breve balanço das interpretações gerais acerca do interesse e mobilização dos empresários pelos assuntos atinentes à política no Brasil republicano, realçando abordagens que abrangem desde clássicos das Ciências Sociais, até autores mais contemporâneos. A segunda parte, por sua vez, se concentrará na análise das categorias de *redes de propriedade*, *capital-imperialismo* e *neodesenvolvimentismo*, com destaque para seus enfoques direcionados às classes empresariais no Brasil recente.

## 2.1 – Um breve balanço na literatura sobre os empresários e a política no Brasil republicano

Em sua obra denominada “Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento”, a historiadora Sonia Regina de Mendonça realça que a constituição do capitalismo brasileiro foi marcadamente caracterizada pela interferência do Estado em seu processo<sup>94</sup>. Embora esse aspecto, definitivamente, não seja uma exclusividade do Brasil, são diversas as fases da história republicana em que as instituições e políticas estatais se colocaram como eixo fundamental para o desenvolvimento capitalista do país.

Contenção das classes trabalhadoras e mobilização de recursos dos segmentos agroexportadores para o desenvolvimento industrial na era varguista; estabelecimento das regras de mediação entre os capitais estatal, multinacional e privado local, concomitante ao rearranjo das funções produtivas e financeiras que demarcaram a égide do capital estrangeiro nos anos 1950; bem como a construção do primado do modelo dependente-associado após a massiva desmobilização da classe trabalhadora e fomento ao capital monopolista com o golpe de 1964. Todos esses fenômenos foram fundamentalmente regidos pelo Estado, que definiu e redefiniu suas funções de modo a promover o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sendo esse um atributo incontestado em parte majoritária da historiografia sobre a República<sup>95</sup>.

As questões atinentes ao comportamento político dos empresários, no entanto, não são tão consensuais assim. Sendo este um abrolhado debate nas ciências sociais brasileiras pelo menos desde a década de 1950, as interpretações abarcam desde aqueles que arguem haver um descompromisso dos empresários frente aos assuntos estatais, até aqueles que consideram indissociável a relação entre Estado e classes sociais no capitalismo.

Na década de 1950, pode-se destacar a obra do historiador Nelson Werneck Sodré que, em linhas gerais, defendia que 1930 representou uma verdadeira revolução burguesa no Brasil, processo que alçou as classes industriais ao aparelho do Estado. Logo, o empresariado industrial nacionalista é visto pelo autor como um grupo forte, capaz de se aliar aos

---

<sup>94</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

<sup>95</sup> 95 MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil... *op. cit.*

trabalhadores para superar as forças tradicionais pertencentes ao setor agrário-exportador, consolidando, assim, a modernização brasileira<sup>96</sup>.

Essa concepção conciliatória foi retomada, dentro outros autores, por Caio Prado Jr.<sup>97</sup>, em 1966. Além de identificar a ação estatal como aparato de manutenção e expansão da classe dominante, ele rebate a existência de um caráter nacionalista da burguesia atuante no país. Caio Prado Jr. ressalta que inexistiu uma burguesia anti-imperialista, sendo essa retórica uma espécie de instrumento político para angariar o apoio das massas a um mítico capitalismo progressista<sup>98</sup>.

Em obra redigida nos anos iniciais da década de 1960, Fernando Henrique Cardoso ressaltou que a burguesia industrial brasileira era provida de uma ideologia tradicional, atrelada aos setores agrários, o que a impedia de agir efetivamente como classe. De modo geral, isso se deu devido a três fatores. O primeiro deles estaria relacionado à rapidez da formação dessa classe, que se efetivou enquanto tal a partir do término da II Guerra Mundial, momento em que o país instituiu um contínuo processo de industrialização. O segundo elemento está relacionado ao incremento real dos salários, o que desestimulou políticas operárias agressivas e a consequente ação coordenada de defesa por parte da burguesia. E, por fim, FHC argumentava que os industriais continuaram tendo altos índices de remuneração mesmo quando aceitavam as práticas tradicionais e atuavam interligados aos setores agrário-exportadores. Esses fatores, segundo o autor, obstaram a conformação de uma consciência de classe e impediram que os industriais instituíssem ações comuns de modo a obterem ascendência política<sup>99</sup>.

Por uma chave interpretativa distinta, o cientista político René Armand Dreifuss<sup>100</sup> identificou uma alta organicidade política da burguesia, analisando, de forma sistemática, sua mobilização em torno do complexo Instituto de Pesquisa Econômica e Social/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD). O IPES era composto por frações empresariais

---

<sup>96</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

<sup>97</sup> PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

<sup>98</sup> PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira...* op. cit. p. 121.

<sup>99</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1972.

<sup>100</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.



vinculadas aos capitais multinacional e associado e exerceu papel fundamental tanto na desestabilização de João Goulart, quanto no estímulo à candidatura de Castelo Branco<sup>101</sup>. Com a conflagração do golpe de 1964, muitos de seus membros ocuparam cargos-chave no governo<sup>102</sup>.

Nessa mesma linha, Sebastião Velasco e Cruz<sup>103</sup> e Carlos Lessa<sup>104</sup>, cada qual à sua maneira, identificaram uma profícua organização empresarial em torno da delineação e fluidez das políticas de Ernesto Geisel. O empresariado local, com destaque para a indústria de bens de capital concentrada na Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), obteve grande inserção na estratégia econômica do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Os industriais foram tanto a base social de sustentação às políticas de Geisel, quanto um dos eixos elementares para a desestabilização do regime em momento posterior, tendo como um dos marcos a elaboração do “Manifesto dos Oito”. Este documento, datado de agosto de 1977, não só criticava as medidas governamentais, como a insubordinação das estatais às políticas industriais ou a inserção do capital estrangeiro no país, mas, também, desaprovava o próprio regime político vigente, defendendo a democracia e o sistema de livre iniciativa.

No tocante à conformação dos empresários no período neoliberal, pode-se destacar a perspectiva de Wagner Mancuso, que identifica uma forte mobilização dessa classe nos anos de 1990 em torno do chamado “Custo Brasil”. Este é uma agenda com diversas reivindicações que giram em torno de fatores como os altos encargos tributários e o suposto excesso de leis trabalhistas que, segundo os empresários, comprometeriam o nível de competitividade brasileiro frente aos demais países<sup>105</sup>.

---

<sup>101</sup> Uma das principais formas de atuação do Instituto foi por meio do financiamento, elaboração e propagação de filmes e documentários pelo país.

<sup>102</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>103</sup> CRUZ, Sebastião Velasco e. Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Fapesp, 1995.

<sup>104</sup> LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso. Brasília: FUNCEP, 1988.

<sup>105</sup> MANCUSO, Wagner. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. Revista Sociologia Política, Curitiba, 28, p. 131-146, jun. 2007.

Em relação aos períodos mais recentes, é válido destacar a pesquisa de André Guiot<sup>106</sup>, que analisou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os governos Lula. Criado para ser um órgão consultivo e de assessoramento à presidência, composto por ministros e representantes da sociedade civil, o autor realçou a forte mobilização empresarial na entidade. Sua composição foi demarcada pela heterogeneidade, abrangendo desde segmentos atrelados aos trabalhadores e movimentos sociais, como o MST, a CUT e a UNE, até as entidades organizativas da burguesia, como a ABQUIM, ABIMAQ e FEBRABAN. A ocupação das cadeiras no Conselho, no entanto, era desproporcional. Com exceção de 2007 - ano em que houve 45% de alteração na composição da plenária do CDES – , o segmento dos conselheiros-empresários foi superior a todas as demais parcelas do Conselho juntas. Entre 2003 e 2010, cerca de 50% a 60% dos conselheiros pertenciam ao segmento empresarial<sup>107</sup>.

Como ficou evidente no capítulo inicial da dissertação, o Estado e a política são elementos aqui considerados centrais para a instituição da análise das estratégias de acumulação do empresariado brasileiro. Logo, embora não tenhamos desdobrado maiores considerações acerca das especificidades dos argumentos dos distintos autores aqui elencados, é patente nossa anuência às perspectivas que consideram a burguesia enquanto uma classe ativa, organizada e fortemente mobilizada em termos políticos.

Este subcapítulo buscou instituir um balanço conciso e introdutório sobre a temática do comportamento político dos empresários no Brasil. O esforço de realçar a inter-relação entre burguesia e Estado se torna fundamental para a problemática desta pesquisa, uma vez que as políticas e incentivos públicos foram parte estruturante tanto para o desenvolvimento do setor agroindustrial, quanto para a estratégia de acumulação da Cosan, que será abordada no terceiro capítulo.

A próxima subseção elencará algumas das abordagens paradigmáticas acerca da interação entre empresários e Estado no período dos governos do Partido dos Trabalhadores. O objetivo principal é obter subsídios teórico-interpretativos suficientes para alocar o

---

<sup>106</sup> GUIOT, André. Estado e sociedade civil no Conselho Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010. Tese de doutorado em história. Niterói: UFF, 2015.

<sup>107</sup> GUIOT, André. Estado e sociedade... op. cit.

agronegócio no debate, de modo a verificar, ao final, a forma pela qual essas perspectivas podem ser enquadradas no estudo de caso que será efetuado no próximo capítulo.

## 2.2 – Redes de propriedade, capital-imperialismo e o neodesenvolvimentismo: interpretações sobre Estado e sociedade no Brasil contemporâneo.

Embora as abordagens sobre a conformação do Estado e das classes sociais no Brasil durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) sejam diversas e, muitas vezes, antagônicas, há certo consenso na literatura no sentido de diferenciar tal período daquele conhecido como *desenvolvimentismo clássico*. Retomando a definição de um de seus maiores entusiastas no Brasil, a ideologia que permeia o projeto econômico *desenvolvimentista* pode ser caracterizada pelo reconhecimento de que a industrialização é a principal via de superação do subdesenvolvimento, sendo esse intento fomentado, necessariamente, pelo Estado, que planejará as áreas e os instrumentos de financiamento, investindo onde a iniciativa privada seja insuficiente<sup>108</sup>.

De forma diversa, a política econômica brasileira a partir de 2003, ainda que, em certos momentos, tenha sido permeada por medidas de caráter desenvolvimentista, não buscou superar ou se desvencilhar do modelo neoliberal que balizou a economia no período anterior. Um dos componentes fundamentais nesse sentido pode ser observado a partir dos instrumentos de retenção ao incremento da demanda agregada corporificados no afamado *tripé macroeconômico*. Este consiste em uma configuração que conjuga rígidas políticas de contenção fiscal, metas inflacionárias e câmbio flexível. A partir da ascensão do PT<sup>109</sup> ao poder, esses paradigmas continuaram sendo consagrados nos ditames econômicos das instituições estatais, sendo, inclusive, alocados ou mantidos agentes de feições ortodoxas em

---

<sup>108</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995, p. 7.

<sup>109</sup> Embora consideremos relevante reputar as nuances e características específicas relacionadas à governança entre os distintos partidos que ocuparam o Executivo nacional nas últimas décadas, cremos ser pertinente não adentrar com maior profundidade em tais peculiaridades por conta das limitações da própria proposta desta dissertação. Além disso, julgamos que a relação complexa e dialética entre Estado e classes sociais usualmente determina boa parte da formatação política característica de um determinado governo. Assim, as referências que indicam o período dos governos do PT são utilizadas, sobretudo, para indicar o tempo histórico que conformou as relações sociais brasileiras no período entre 2003-2016.

postos como o corpo diretivo do Banco Central e Ministério da Fazenda<sup>110</sup>. Esses fatores, no entanto, não podem ser considerados sem lançar luz à conformação da classe dominante no período aqui escrutinado, intuito central desta subseção.

A proposta deste subcapítulo, então, não é instituir um balanço sistemático acerca das acepções em torno do desenvolvimentismo e suas novas abordagens a partir das interpretações do capitalismo brasileiro no século XXI. Tampouco buscamos analisar as especificidades dos aspectos políticos e econômicos dos governos do PT frente ao período FHC. Com o objetivo menos audacioso, esta subseção visa, sobretudo, elencar algumas das perspectivas paradigmáticas sobre a conformação do capitalismo brasileiro a partir de 2003, com especial enfoque às considerações acerca da interação entre Estado e classes dominantes. Buscamos, assim, obter aportes suficientes para, ao final da dissertação – e, portanto, após ter abordado o agronegócio e estabelecido análise sistemática dos relatórios da Cosan – verificar a forma pela qual a estratégia de acumulação deste, que é um dos maiores grupos econômicos do Brasil, pode ser alocada em tais propostas teórico-interpretativas.

São múltiplas e distintas as concepções sobre a interação entre Estado e sociedade brasileira no século XXI. Os autores aqui abordados foram selecionados devido ao fato de suas categorias terem gerado grande ressonância no meio acadêmico e até mesmo midiático. Isso pode ser auferido tanto por suas inserções em veículos de comunicação de considerável reverberação<sup>111</sup>, quanto pelo alto número de citações que esses autores possuem<sup>112</sup> ou, ainda, pela miríade de trabalhos que aloca esses conceitos como pressupostos interpretativos e teóricos no centro de suas análises.

Desse modo, a averiguação aqui empreendida parte da abordagem liberal de Sérgio Lazzarini<sup>113</sup> acerca de seu entendimento sobre redes de propriedade e o capitalismo de laços. Em seguida, aborda enfoques de perspectivas mais críticas ao capitalismo, abrangendo

---

<sup>110</sup> NOVELLI, José Marcos Nayme. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 227-240, jun. 2010.

<sup>111</sup> André Singer, por exemplo, teve uma coluna na Folha de São Paulo por mais de seis anos.

<sup>112</sup> Todos os autores tratados nesta subseção possuem, pelo menos, três mil citações, segundo o Google Acadêmico.

<sup>113</sup> LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões*. São Paulo: Elsevier Editora, 2011.

algumas características do capital-imperialismo de Virgínia Fontes<sup>114</sup>, do neodesenvolvimentismo de Armando Boito Jr.<sup>115</sup>, bem como do “ensaio desenvolvimentista” de André Singer<sup>116</sup>. O enfoque principal é analisar a configuração do empresariado no Brasil recente e quais as principais contradições sociais identificadas pelos autores.

A partir de um viés liberal, Sérgio Lazzarini analisou as redes de propriedade de mais de 800 conglomerados econômicos brasileiros. A partir desta pesquisa, o autor argumenta que, diferentemente das perspectivas recorrentes, o processo de privatização dos anos de 1990 amplificou a importância das entidades estatais nos grupos econômicos, em um processo em que o capital estrangeiro não obteve proeminência, em termos absolutos. A intensificação da conformação dos aglomerados, sobretudo a partir de 1996, configurou um movimento de redes de propriedade que reforçou aquilo que o autor denomina capitalismo de laços<sup>117</sup>.

Para realizar a análise acerca da interligação entre o Estado e os diferentes acionistas e controladores dos grupos verificados, Lazzarini realça a emergência, a partir dos anos de 1990, de *redes de propriedade*, sendo estas definidas pelos “laços<sup>118</sup> de participação societária entre donos e firmas, e pelas correspondentes conexões projetadas entre donos que compartilham do capital de empresas comuns”<sup>119</sup>. Essa atuação de proprietários com participações nas mesmas firmas conforma as *aglomerações*. Estas, por sua vez, são conectadas pelos *atores de ligação*, que são os proprietários de mais de uma firma que agregam indiretamente aglomerações e proprietários distintos. Tais junções são denominadas como *mundos pequenos*, caracterizados pela conectividade estabelecida entre os diferentes

---

<sup>114</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

<sup>115</sup> BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018.

<sup>116</sup> SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Novos Estudos CEBRAP, Rio de Janeiro, ed. 102, jul. 2015.

<sup>117</sup> LAZZARINI, Sérgio G. Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões. São Paulo: Elsevier Editora, 2011.

<sup>118</sup> “Laços” não significa o estabelecimento de relações íntimas ou próximas entre os proprietários e demais agentes públicos e privados, mas sim relações valiosas, como contatos pessoais estabelecidos para fins econômicos. Ver: LAZZARINI, Sérgio. Capitalismo de Laços *op. cit.*

<sup>119</sup> LAZZARINI, Sérgio. Capitalismo de Laços *op. cit.* p. 9.

proprietários (públicos ou privados) através dos atores de ligação. Essas concepções consagram o primado do capitalismo de laços<sup>120</sup>.

O fortalecimento do capitalismo de laços ocorreu em 1996, sendo orientado por dois quesitos. O primeiro deles concerne à intensificação das aglomerações oriundas dos processos de privatização. Este fenômeno implicou na proliferação de proprietários atuando em conjunto na participação acionária de diversas firmas, contando, inclusive, com forte atuação do Estado. O segundo fator está relacionado ao surgimento de atores de ligação, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil Participações e fundos de pensão vinculados às empresas estatais, como a Previ (BB), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal), dentre outros. Estes foram os principais conectores entre os aglomerados a partir de meados dos anos de 1990, tendo o Estado, segundo Lazzarini, aumentado sua importância nas redes de propriedade, diferentemente da retórica governamental<sup>121</sup>.

Após análise profunda das redes de propriedade dos grupos selecionados, verificando a interligação entre os grupos econômicos e entre estes e o Estado, o autor conclui que essa aglomeração de proprietários tem como aspecto positivo a possibilidade dessas corporações obterem recursos complementares para instituírem projetos em larga escala, uma vez que o Brasil é desprovido de uma estrutura de crédito ampla e vantajosa. Além disso, a inserção de agentes públicos nas aglomerações pode prover capital de longo prazo a juros menores, como aquele advindo do BNDES.

Por outro lado, como característica adversa do capitalismo de laços, Lazzarini expõe que o entrelaçamento entre múltiplos grupos pode implicar em práticas anticompetitivas, devido à possibilidade dos distintos proprietários se coordenarem de modo a dividir os mercados. Ademais, o autor realça que o direcionamento deliberado de recursos do Estado via participação acionária nas firmas compromete um maior incremento governamental em áreas sociais e de infraestrutura. Por fim, ainda que balanceie os prós e contras do capitalismo de laços, Lazzarini explana que o Estado não deve ter maior inserção nos grupos domésticos e

---

<sup>120</sup> LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de Laços op. cit.* p. 1-17.

<sup>121</sup> LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de Laços op. cit.*

aglomerados privados, uma vez que já é expressiva a presença do setor público na economia<sup>122</sup>.

Ainda sobre o capitalismo de laços, é pertinente ressaltar três elementos que permeiam a obra: (I) a consideração de características inatas que balizam as relações socioculturais brasileiras, (II) a separação orgânica entre Estado e empresários, bem como (III) a condescendência do autor em relação à inserção de capital estrangeiro no Brasil. No tocante ao primeiro fator, o autor se alinha às premissas do “Homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda para defender que, devido à herança colonial portuguesa, a sociedade brasileira não é exatamente propensa a travar relações formais. De modo contrário, a herança lusitana consolidou aspectos que fizeram com que o capitalismo brasileiro fosse munido de anomalias que subjugam a formalidade aos laços pessoais, de modo a desencadear uma estreita associação entre a sociabilidade pública e privada<sup>123</sup>.

Fato corriqueiro nos estudos liberais, o segundo aspecto é algo que atravessa toda a análise do autor na obra aqui discutida. A separação orgânica entre Estado e economia, ainda que os atores desses níveis entrem fortes relações através das redes de propriedade, pode ser percebida na própria definição do autor sobre *capitalismo de laços*:

Esse emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos é o que eu denomino *capitalismo de laços*. Trata-se de um modelo assentado no uso de *relações* para explorar oportunidades de mercado ou para influenciar determinadas decisões de interesse<sup>124</sup>.

Ou seja, os atores de conexão conseguem apenas enlaçar relações de *influência* ou *alianças* com os agentes e entidades governamentais, o que pressupõe certo apartamento entre sociedade política e sociedade civil, algo rechaçado pelos autores de matriz marxista, como elencado no primeiro capítulo.

No que concerne ao último ponto, sobre a condescendência com o capital estrangeiro, o autor dedica um capítulo para contrapor as teorias do imperialismo e da dependência. Nesta seção, Lazzarini expõe como exemplo paradigmático o insucesso da inserção da empresa canadense Telesystem International Wireless (TIW) em um consórcio

---

<sup>122</sup> LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de Laços op. cit.* p. 111-114.

<sup>123</sup> LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de Laços op. cit.* p. 12.

<sup>124</sup> LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de Laços op. cit.* p. 3-4, grifo do autor.

com os fundos de pensão e o Banco Opportunity, de Daniel Dantas, para adquirir a Telemig. Após a consolidação deste negócio, estes dois últimos atores formaram uma nova entidade para obter capital majoritário no grupo, à revelia e a contragosto da empresa estrangeira. Ele argumenta que, por não obter familiaridade com as regras e ambiente de negócios brasileiros, o capital estrangeiro possui desvantagem frente ao local. O empresariado internacional, então, só logra inserção no país quando consegue se posicionar no eixo das redes de propriedade, que são fundamentalmente compostas pelo governo, grupos locais e sistema político<sup>125</sup>. Em suas prospecções conclusivas, Lazzarini ainda tece contrapontos às práticas protecionistas brasileiras, realçando que estas podem rechaçar o capital estrangeiro com potencial de gerar concorrência<sup>126</sup>.

A despeito do salutar trato com os dados, é importante destacar tais aspectos do capitalismo de laços, pois, além de serem elementos que fundamentam a obra, se constituem como quesitos que são naturalmente retorquidos pelas perspectivas críticas, sobretudo as de cariz marxista. Como será possível notar, as perspectivas de Armando Boito Jr.<sup>127</sup> e Virgínia Fontes<sup>128</sup>, por exemplo, vão, direta e indiretamente, de encontro aos pressupostos de Lazzarini por conta das próprias divergências teórico-metodológicas dentre os autores.

A perspectiva de Lênin segundo a qual a virada do século XIX para o XX encetou inflexões nas relações de produção, de modo a converter o capitalismo concorrencial em capital monopolista, é um dos pontos de partida de Virgínia Fontes. Em “O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história” a autora historiciza as perspectivas deste autor através da construção da categoria do capital-imperialismo. Esta categoria, por sua vez, é caracterizada, em linhas gerais, pelo avanço do capitalismo a partir de uma gradativa intensificação dos processos de concentração e centralização de capitais. No âmago deste movimento, nota-se a

---

<sup>125</sup> LAZZARINI, Sérgio. Capitalismo de Laços *op. cit.* p. 90.

<sup>126</sup> LAZZARINI, Sérgio. Capitalismo de Laços *op. cit.* p. 117.

<sup>127</sup> BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018.

<sup>128</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.



centralidade do capital monetário<sup>129</sup>, caracterizando, dentre outros fatores, um predomínio do controle da propriedade por grupos que comandam as atividades de múltiplos setores, em uma relação de distanciamento entre gestores e proprietários. No decurso do século XX, a reprodução do capitalismo via capital-imperialismo foi pautada por novas e permanentes formas de expansão via expropriação de direitos, terras e do meio ambiente, caracterizando um sistema que passou a afetar todos os níveis da vida societal<sup>130</sup>.

Amparada nas categorias acerca do Estado e sociedade civil em Antonio Gramsci, Virgínia Fontes concede especial centralidade aos *aparelhos privados de hegemonia* (APHs) enquanto organizadores das classes sociais. Se configurando como espaços de articulação das vontades coletivas, tais entidades se conformam enquanto eixos fundamentais para a consagração do convencimento social. Junto às distintas formas estatais de exercício coercitivo, o consenso se conforma enquanto componente fundamental para a construção da hegemonia, em um sistema em que tais aparelhos são partes organicamente constituintes do Estado, sendo este considerado em sua forma ampliada<sup>131</sup>.

Esse caráter pedagógico dos aparelhos privados de hegemonia transcende a escala dos Estados nacionais. Sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, houve a proliferação de organizações conduzidas a fim de garantir a inserção e reprodução dos interesses capitalistas dos países centrais mundo afora<sup>132</sup>. Virgínia Fontes chama a atenção para as instituições oriundas do pacto de Bretton Woods, sobretudo para o Grupo Banco Mundial<sup>133</sup>, frisando o fato de tais entidades terem estabelecido uma forma de dominação política e ideológica de

---

<sup>129</sup> No capítulo inicial de sua obra, Virgínia Fontes remonta aos preceitos da teoria do valor em Karl Marx para elencar a composição do capital monetário. Por fugir dos objetivos do capítulo, optamos por suprimir as análises da autora neste sentido, mas, de qualquer forma, suas conclusões se assemelham às de M. Husson, expostas no primeiro capítulo da dissertação, no sentido de considerar a esfera da produção como lastro central para a expansão dos elementos pertencentes à escala da circulação (capital monetário). Ver. FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. p. 22-39.

<sup>130</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 145-204.

<sup>131</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 99-145. Para maiores explanações acerca das concepções de Estado e hegemonia em Gramsci, ver capítulo 1.2.

<sup>132</sup> Sobre a ação e organização do empresariado transnacional e a inserção de suas pautas nas entidades multilaterais e nos países periféricos, ver: DREIFUSS, René Armand. A internacional capitalista: Estratégias de desenvolvimento e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

<sup>133</sup> Sobre o Grupo Banco Mundial, as relações de interesse em seu entorno e sua atuação enquanto ator político, financeiro e intelectual, ver: PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2009.

novo tipo. Esse poder de novo tipo é pautado pela disseminação dos preceitos de tais agências através dos intelectuais orgânicos dos países clientes<sup>134</sup>.

Em relação ao Brasil, Fontes realça que o país se converteu em capital-imperialista já no início da ditadura civil-militar, dada a monopolização da economia e a consolidação de um sistema financeiro, a partir da substituição da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) pelo Banco Central, em 1964. Como destaca a autora,

A expansão capital-imperialista ocorreu na medida em que o país reunia algumas de suas condições econômicas fundamentais: um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; formas razoavelmente estáveis de contenção das reivindicações igualitárias populares<sup>135</sup>.

No que concerne à burguesia no Brasil, a autora chama atenção para dois aspectos. O primeiro deles é que, historicamente, pelo menos desde os anos iniciais do século XX, a classe dominante conta com alto teor de organicidade. Fontes resgata os estudos de Sonia Regina de Mendonça para explicitar que o empresariado rural, concentrado na Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), agia com destreza no sentido de universalizar os intentos particulares deste segmento e acoplá-los nas instâncias do Estado já nos primórdios do século XX. Além disso, a autora ressalta a forte organização empresarial em torno do golpe civil-militar de 1964 através do IPES, bem como as diversas associações que atuaram em torno do processo Constituinte de 1988<sup>136</sup>.

O segundo fator concerne à sua contraposição ao caráter *nacional* da burguesia. Virgínia Fontes rechaça a perspectiva de que a atuação da burguesia em todo o território a converteria em uma classe nacional, da qual “se esperava um processo revolucionário [...] fortemente anti-imperialista, [sendo ela] disposta a enfrentar a grande propriedade rural e a

---

<sup>134</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 170-176.

<sup>135</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 307.

<sup>136</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 309-311.

dirigir um processo de incorporação republicana dos setores subalternos”<sup>137</sup>. A autora reivindica, então, a alcunha de burguesia *brasileira*, sendo esta integrada de forma heterogênea no sentido do capital nativo ter de se articular constantemente ao capital-imperialismo, e portanto aos países centrais, para a manutenção de sua dominação<sup>138</sup>.

É importante destacar, ainda, a centralidade que a autora concede ao gradativo papel na dominação de classes exercido pelas entidades empresariais sem fins lucrativos. Para Virgínia Fontes, tais organizações conseguem difundir formas mais amplas de pensar e agir quando comparadas às corporações tradicionais, submetidas às legislações que normatizam as atividades de cunho econômico. Assim, Organizações Não Governamentais (ONGs), Fundações, think tanks, dentre outros, atuam como aportes aos aparelhos privados de hegemonia, implicando em uma consolidação mais efetiva da dominância por parte das classes a elas vinculadas<sup>139</sup>.

Diferentemente de Sérgio Lazzarini, Virgínia Fontes realça que, historicamente, a burguesia brasileira se configurou enquanto uma classe demarcada por uma expressiva relação de dependência econômica. Esse fator, no entanto, não significa afirmar que essa relação se deu via obediência automática frente ao capital dos países centrais. A autora ressalta que há segmentos internos que exportam capitais, assim como os capitais externos contam com segmentos da burguesia brasileira para a garantia de sua reprodução, em uma conjunção organizada para defender a expansão do conjunto do capital<sup>140</sup>. Esse vínculo de dependência foi impelido a partir da década de 1990, destaca Fontes, a partir da massiva entrada de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs), estabelecendo a perpetuação do padrão de associação entre capitais brasileiros e estrangeiros<sup>141</sup>.

Em suma, Fontes realça que o capital-imperialismo brasileiro é configurado pelo encadeamento gradativo de centralização e concentração de capitais, com predominância do capital monopolista. Esse processo ocorre concomitante à expansão e sofisticação de APHs e organizações sem fins lucrativos, em um cenário de forte dependência econômica brasileira

---

<sup>137</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 311.

<sup>138</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 312.

<sup>139</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 174.

<sup>140</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* p. 367.

<sup>141</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo... *op. cit.* 328-329.

frente aos países centrais. Essa conjugação de fatores é fundamentalmente lastreada por um processo permanente de expropriação e acentuação da exploração da força de trabalho, bem como pela degradação do meio ambiente, permanecendo central a contradição entre trabalho e capital.

As instabilidades no cenário político e econômico que culminaram no alijamento de Dilma Rousseff foram mote para que alguns autores se dedicassem a buscar as razões da crise considerando a disposição e interação entre as instituições e os diversos segmentos sociais inseridos nesse processo. Junto às tentativas de compreensão, alguns dos autores investiram em caracterizar as bases sociais e as principais contradições de classe que fundamentaram o período dos governos do PT.

Foi o caso de André Singer, que, na tentativa de verificar as causas da dissolução da base social de Dilma Rousseff, analisou a interação das forças sociais em torno do que denomina “ensaio desenvolvimentista”, tipificado pelo ativismo estatal na tentativa de fomentar a reindustrialização brasileira<sup>142</sup>. O autor identifica as camadas sociais através de duas coalizões, uma delas sendo a produtivista, composta pelo empresariado industrial vinculado aos segmentos organizados da classe trabalhadora; e a outra é caracterizada pela coalizão rentista, que reúne o capital financeiro e a classe média tradicional. Os governos de Lula da Silva estabeleceram uma relação de arbitragem entre tais coalizões, de modo a manter o equilíbrio entre os distintos segmentos<sup>143</sup>.

Em linhas gerais, a coalizão rentista tem afeição ao receituário neoliberal, buscando políticas de cunho ortodoxo e maior aproximação com os Estados Unidos. A coalizão produtivista, por sua vez, reivindica a ação do Estado para fomentar o crescimento econômico via incentivo à indústria, inclusive com vistas a estimular a distribuição de renda<sup>144</sup>.

Os apontamentos de Singer destacam que o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) foi demarcado por uma série de medidas a fim de fomentar a coalizão produtivista em detrimento da rentista, postura que se distinguiu daquela adotada por seu antecessor. Nesse sentido, o governo buscou atender boa parte das reivindicações do

---

<sup>142</sup> SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CEBRAP*, Rio de Janeiro, ed. 102, jul. 2015. p. 46.

<sup>143</sup> SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas... *op. cit.* p. 58.

<sup>144</sup> SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas... *op. cit.*

empresariado à época, que via como algumas das principais causas do desaquecimento da economia, a partir de 2011, as altas taxas de juros, a restrição ao crédito e a elevada carga tributária.

Essa confluência entre as políticas econômicas e os interesses do empresariado industrial pode ser notada a partir de diversas medidas adotadas após 2011. Dentre elas, pode-se destacar o considerável aumento dos desembolsos do BNDES para incentivo às empresas privadas; a instituição do Plano Brasil Maior, que estabeleceu diversas medidas para garantir crescimento econômico, das quais, é válido destacar, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para segmentos considerados estratégicos; desoneração na folha de pagamento para diversos setores; e, principalmente, a redução da taxa básica de juros<sup>145</sup>.

Após realçar as diversas reivindicações da coalizão produtivista que foram atendidas pelas medidas governamentais, André Singer indica alguns fenômenos que condicionaram a desagregação da burguesia industrial da base social de Dilma Rousseff, dos quais cabe destacar: a diminuição dos índices de desemprego, a maior inclinação por uma aproximação aos Estados Unidos por parte de alguns segmentos produtivos e, por fim, a financeirização do empresariado industrial. No tocante ao primeiro ponto, com a expansão dos postos de trabalho formais, decorrentes das políticas de estímulo à produção, o empresariado perdeu um forte instrumento para delinear a política econômica. Junto a isso, o aumento real do salário mínimo, entre 2011 e 2013, acarretou em maior oneração dos empresários, uma vez que tiveram que despendar maior parcela de seu faturamento na remuneração do trabalho. Além disso, o aumento nos índices de empregabilidade fortaleceu os sindicatos, o que implicou em uma elevação no número de greves<sup>146</sup>.

No tocante às relações internacionais, Singer explicita a (re)orientação de setores, agentes e entidades empresariais, bem como membros da equipe governamental, em direção a uma maior aproximação com países centrais a partir de 2008. Foram os casos, por exemplo, das manifestações do ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Pedro Passos, em 2014; de Roberto Mangabeira Unger e Armando Monteiro, em 2015,

---

<sup>145</sup> SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas... *op. cit.* p. 47-49.

<sup>146</sup> Este também é um ponto central para PINTO, Eduardo Costa et al. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 54, set-dez 2019.

que na ocasião assumiam, respectivamente, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o Ministério do Desenvolvimento; ou, ainda, do Robson Andrade, então presidente da CNI, no final de 2013. Em linhas gerais, todos esses agentes defenderam uma maior aproximação com os países centrais, seja através de críticas ao Mercosul, seja defendendo a integração brasileira em acordos de livre comércio entre os países do centro, como a Parceria Transatlântica sobre Comércio e Investimento (TTIP<sup>147</sup>).

Por fim, o autor ressalta que uma das causas principais da ruptura entre o governo e a coalizão produtivista está relacionada ao caráter sincrético de acumulação do empresariado industrial. Para o autor, a financeirização do capitalismo implicou na confluência entre atividades produtivas e rentistas, comprometendo a durabilidade de políticas que demandem expansão dos investimentos em produção e maior inserção de trabalho formal nas indústrias. Logo, o rebaixamento das taxas básicas de juros comprometeu parte dos empreendimentos dos setores industriais vinculados a grupos econômicos e ativos financeiros<sup>148</sup>.

Já para Armando Boito Jr., a contradição social fundamental não se deu entre uma coalizão industrial e outra rentista, mas sim entre uma frente neoliberal ortodoxa e outra neodesenvolvimentista, sendo as gestões do PT representantes desta última. Ele justifica a mobilização do termo *desenvolvimentismo* pelo fato de o período ter sido caracterizado, dentre outros fatores, por políticas de aumento da empregabilidade e do salário real, incremento dos desembolsos do BNDES direcionados para o fomento de empresas nacionais, bem como por uma política externa voltada para incentivar as exportações das grandes empresas brasileiras<sup>149</sup>.

Já os fundamentos para a utilização do prefixo “neo”, discorre o autor, dar-se-á por conta de o neodesenvolvimentismo se configurar como o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal, ou, em outras palavras, o neodesenvolvimentismo foi a política de desenvolvimento possível dentro das demarcações instituídas pelo modelo neoliberal<sup>150</sup>. Esse

---

<sup>147</sup> Sigla em inglês para Transatlantic Trade and Investment Partnership.

<sup>148</sup> SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; Loureiro, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016. p. 44-50.

<sup>149</sup> BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018. p. 105-106.

<sup>150</sup> BOITO JR., Armando. *As bases políticas... op. cit.* p. 106-107.

formato de política econômica se diferencia do *desenvolvimentismo clássico*, segundo Boito Jr., por apresentar um crescimento mais modesto do que aquele notado no período desenvolvimentista (1930-1980); não enfatizar tanto o mercado interno, devido ao legado das medidas instituídas nos governos Collor e FHC; promover a intensa reativação dos setores primário-exportadores; ter menor capacidade de distribuir renda; bem como ter sido capitaneada por uma burguesia que não tem um viés nacionalista ou anti-imperialista<sup>151</sup>.

Em relação à composição de tais segmentações, o autor explicita que a frente neodesenvolimentista agregou segmentos organizados da classe trabalhadora urbana e agrária – como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – e a “massa marginal”, composta, em linhas gerais, pelos desempregados e pela fração da sociedade inserida nos programas de transferência de renda. Entretanto, foi a burguesia interna que capitaneou a frente, sendo ela composta pelos setores do agronegócio, da mineração, da indústria de transformação e dos bancos privados. Segundo Boito, o que unificou essas parcelas distintas da burguesia foram suas reivindicações de favorecimento do Estado contra o capital estrangeiro<sup>152</sup>.

A frente neoliberal ortodoxa, por outro lado, é conduzida pela burguesia internacionalizada. Esta, por sua vez, é composta pelo capital especulativo, pelos grupos estrangeiros fornecedores de matérias e serviços para o Brasil, bem como por empresas com capital majoritariamente nacional que possui estrita relação de dependência com o capital forâneo. Algumas das frações dessa frente podem, a depender da conjuntura, bandear para o lado da burguesia interna<sup>153</sup>. Essa frente capitaneada pela burguesia associada, segundo Boito Jr., era proeminente durante os anos de 1990 e foi marginalizada com a ascensão do PT ao poder<sup>154</sup>.

Neste capítulo, vimos as nuances interpretativas acerca da interação entre Estado e classes dominantes a partir de alguns autores proeminentes neste campo. As próximas partes

---

<sup>151</sup> BOITO JR., Armando. As bases políticas... *op. cit.* p. 106.

<sup>152</sup> BOITO JR., Armando. As bases políticas... *op. cit.* p. 108-111.

<sup>153</sup> BOITO JR., Armando. A crise do neodesenvolvimentismo e do governo Dilma Rousseff. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018. p. 276-277.

<sup>154</sup> BOITO JR., Armando. Por que foi fraca a resistência ao golpe de 2016? In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 292.

deste estudo se concentra em analisar mais detidamente a conformação da burguesia agrária e do agronegócio nas últimas décadas, a fim de instituir um panorama geral acerca do setor no qual a Cosan está alocada.

Foi possível perceber que, embora as interpretações aqui frisadas não tenham abordado o empresariado rural de forma específica, esta fração produtiva pode ser alocada nas distintas perspectivas. As concepções de Sérgio Lazzarini nesta seara levariam em consideração as redes de propriedade dos grupos econômicos, com enfoque na participação dos aglomerados em firmas comuns, bem como em suas interações umas com as outras e com os fundos estatais. Virgínia Fontes, por sua vez, concede centralidade ao processo gradativo de centralização e concentração de capitais sob regência do capital monetário, em um processo em que os APHs possuem forte atuação pedagógica para a construção da hegemonia e que implica em uma marcha progressiva de expropriações. Para André Singer, o agronegócio está alocado na coalizão produtivista, que era, pelo menos até determinado momento, contraposta à coalizão rentista. Por fim, Armando Boito Jr. insere o campo produtivo rural na burguesia interna, sendo esta a dirigente da frente neodesenvolvimentista que, durante as gestões do PT, contrapôs a frente neoliberal ortodoxa, liderada pela burguesia estrangeira/associada.

Ainda que esteja embasada em elementos teóricos bem definidos, como realçado no primeiro capítulo, não seria prudente enquadrar, de antemão, o objeto central desta dissertação a uma das análises teórico-interpretativas elencadas no presente capítulo. Como bem alertou Karl Marx e Friedrich Engels em seus pressupostos sobre o materialismo histórico e dialético, a estrutura social, o Estado e as ideias resultam da forma como as classes atuam, partindo de bases, condições e limites determinados pelas relações de produção<sup>155</sup>. Ou seja, é a própria análise do objeto empírico que definirá em qual aparato interpretativo esse mesmo objeto será enquadrado.

---

<sup>155</sup> Nas palavras dos autores: “Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam [...] para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 83.



Dessa forma, o capítulo seguinte se aterá em definir a estruturação do campo produtivo agrário desde o período da modernização conservadora, a partir de 1965, até a reestruturação da economia do agronegócio, nos anos 2000. Sempre que possível, será explanada a configuração do setor agrário canavieiro nesse processo, de modo a assentar as bases para o tratamento mais detido da Cosan, que será efetuado posteriormente. Na conclusão, serão evidenciadas as principais características da Cosan e do setor agrário brasileiro, que serão conjugadas ao aparato teórico-interpretativo explicitado neste subcapítulo.

### **Capítulo 3 – Agronegócio e o segmento sucroalcooleiro: uma análise da estratégia de acumulação da Cosan Sociedade Anônima (2007-2016)**

Na seção anterior, foram elencadas algumas das abordagens teórico-interpretativas proeminentes acerca da conformação das classes dominantes no Brasil contemporâneo. Esta seção tem o objetivo principal de averiguar a estratégia de acumulação de uma das maiores empresas do ramo sucroalcooleiro do mundo, a Cosan S.A. Através de análise sistemática dos relatórios anuais e documentos oficiais da corporação, visa-se trazer aportes para compreender a dimensão e relevância do capital estrangeiro, da *finança capitalista* e dos recursos estatais para o desenvolvimento do grupo. Por fim, pretende-se, nas considerações finais, analisar qual das abordagens do capítulo anterior mais bem se enquadra à estratégia de acumulação da companhia, de modo a estabelecer, de forma breve, uma espécie de mostragem teórico-interpretativa a partir do estudo de caso em questão.

Na primeira parte, será realizado um panorama geral acerca da evolução do setor agrário brasileiro, concedendo ênfase especial ao segmento sucroalcooleiro. A abordagem abarca desde o período da modernização conservadora, em 1965, até o momento de (re)lançamento do agronegócio no âmago da política econômica, no século XXI.

O último subcapítulo está dividido em três partes e estabelecerá uma análise da trajetória, dinâmica e estratégia de acumulação da Cosan S.A. Em sua primeira parte, será elencado um breve resgate histórico da família Ometto e do surgimento da companhia para, em seguida, realçar o processo de ampliação horizontal da empresa. Junto a isso, será explicitado seu envolvimento com as *finanças* via inserção no mercado financeiro nacional e internacional. A segunda parte abordará a expansão vertical do grupo, enfocando suas principais subsidiárias e lançando luz à importância do capital estrangeiro nesse movimento. Por fim, o capítulo se encerrará evidenciando alguns aspectos que reconhecemos como o preço do crescimento, de modo a averiguar e qualificar o esquema de endividamento da entidade, bem como a intensificação da exploração da força de trabalho em uma de suas unidades, a partir de um breve relato.

### 3.1 – A estrutura de desenvolvimento do setor agrário brasileiro: da modernização conservadora à economia do agronegócio

O patronato rural brasileiro historicamente congrega um expressivo padrão de concentração fundiária, possui acentuada inserção na política institucional, conta com sofisticado grau de organicidade e rege um setor da economia que, em maior ou menor grau, sempre figurou como segmento central no desenvolvimento capitalista do país. Esse campo produtivo foi responsável, em 2008 - e portanto em um ano de crise sistêmica -, por 34% do PIB nacional e 36% do total de exportações<sup>156</sup>; sua bancada no Legislativo Federal – a Frente Parlamentar do Agronegócio, conhecida popularmente como bancada do boi – conta, atualmente, com 243 signatários na Câmara e 39 no Senado, tendo indicado a atual Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. Em termos organizacionais, esse segmento possui uma miríade de organizações e associações em diversas escalas, com destaque para a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Organização Cooperativa Brasileira (OCD), que deu origem à Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Seja qual for o recorte temporal abordado na história republicana do Brasil, o setor rural figurou como forte componente do bloco no poder<sup>157</sup>.

A concepção de agronegócio na qual este estudo se ampara transcende as definições elencadas por seus entusiastas, que a consideram tão somente como a produção e distribuição dos produtos oriundos da agricultura e pecuária, abarcando os insumos, a armazenagem e a distribuição inerentes a esses processos<sup>158</sup>. De forma distinta, considera-se que o agronegócio é eminentemente estruturado a partir da associação entre a grande propriedade fundiária e o capital agroindustrial, sendo sua reprodução e expansão pautadas pela persecução de lucro e

---

<sup>156</sup> Dados do Agrostat – Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <http://twixar.me/GLBT>. Acesso em 15/01/2020

<sup>157</sup> Sobre a categoria de bloco no poder, ver capítulo 1.2.

<sup>158</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 94.

renda da terra<sup>159</sup>. Sua categorização, ademais, deve ser efetuada tendo-se em conta o sentido das relações econômicas e sociais que se dão no interior deste setor, podendo ser apreendido, nas palavras de Ana Maria Soares de Oliveira,

...não somente como um termo usado para definir um modelo de desenvolvimento econômico agroindustrial, mas também como um modelo que possui uma carga ideológica muito forte no sentido de maquiagem a imagem da agricultura capitalista, historicamente exploradora do trabalho do homem e concentradora de terra, renda e capital, à medida que se apresenta como gerador de empregos e proporcionador de desenvolvimento social e econômico das áreas nas quais se territorializa<sup>160</sup>.

Para compreender a conformação recente do agronegócio, Guilherme Delgado<sup>161</sup> identificou três períodos históricos os quais é válido elencar brevemente: a modernização conservadora na agricultura (1965-1985), a economia do agronegócio (1999 até os tempos atuais) e um período de interregno (1985-1999). Embora carreguem características distintivas fundamentais, essas diferentes etapas resguardaram importantes aspectos que balizam as relações no meio rural brasileiro até os tempos hodiernos, quais sejam: a permanência da inviolabilidade da propriedade fundiária, o sufocamento de qualquer movimento real de instituição da reforma agrária, bem como a centralidade da renda da terra para a manutenção e reprodução das relações de poder no campo<sup>162</sup>.

No que tange ao processo de modernização conservadora, uma de suas características elementares está no fato deste período cingir uma inter-relação orgânica entre os segmentos agrários e industriais. Entretanto, para além das alterações econômicas e técnicas da produção, é fundamental realçar que a modernização configurou um novo perfil de relação social no campo. Essa inflexão foi demarcada pela abolição das políticas voltadas à reforma agrária do início da década de 1960, por processos de exploração e despossessão dos trabalhadores, bem

---

<sup>159</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Porto Alegre: UFRGS, 2012.p. 94.

<sup>160</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Unesp, 2009. p. 50.

<sup>161</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura...*op. cit.*

<sup>162</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura...*op. cit.*p. 7.

como pela redefinição do papel do Estado, sendo esta conjugada a um rearranjo das modalidades de representação do patronato rural<sup>163</sup>.

Junto a esse novo encadeamento técnico entre agricultura e indústria houve o aprimoramento do setor processador de produtos rurais, que foi acoplado estrategicamente às demais parcelas produtivas, conformando, então, os *complexos agroindustriais*<sup>164</sup>. A integração entre os segmentos agropecuários, as indústrias de bens de capital e de insumos promovida pela modernização conservadora consistiu em um movimento importante para o desenvolvimento das bases do agronegócio.

No que tange à disposição mais geral dos setores econômicos, o período da ditadura empresarial-militar reificou o “tripé” industrial que tivera sua sedimentação nos governos de Juscelino Kubitschek. O ordenamento produtivo brasileiro era dividido entre o setor de bens de consumo, que ficava na alçada do capital privado nacional, e o segmento de bens de produção, concentrado nas empresas estatais. Já a fabricação de bens de consumo duráveis era um nicho sob domínio das empresas estrangeiras e associadas<sup>165</sup>. Na gestão de Ernesto Geisel (1974-1979), houve a permanência desse *grande pacto estrutural*<sup>166</sup>, porém o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) tentou erigir o capital privado local atuante na indústria de base como segmento proeminente, investida que começou a ruir sobretudo a partir de 1977, com a contraposição da burguesia industrial ao regime e às políticas econômicas daquele momento<sup>167</sup>.

A atuação do Estado foi fundamental na consolidação da modernização. O crédito estatal oriundo do Sistema Nacional para o Crédito Rural (SNCR), a partir de 1965, demarcou o início desse processo e foi fator substancial para sua sustentação, provendo a expansão e interligação técnica e financeira entre os capitais. Todavia, os desembolsos creditícios foram

---

<sup>163</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. O patronato rural brasileiro na atualidade. Anuario del Centro de Estudios Históricos “prof. Carlos S. A. Segreti”, ano 8, n. 8, 2008. p. 139-159.

<sup>164</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura...*op. cit.* p. 16.

<sup>165</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 57-58.

<sup>166</sup> O termo é de Carlos Lessa: LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília: FUNCEP, 1988.

<sup>167</sup> Sobre a conformação da economia, dos setores produtivos e da desagregação da base social de Ernesto Geisel, ver: CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *Estado e Planejamento no Brasil: 1974/1976*. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e. O presente como história: economia e política no Brasil pós-64. Campinas: Unicamp, 1997.

explicitamente seletivos, sendo parte majoritária dos recursos direcionada aos grandes proprietários de terra<sup>168</sup>.

Para a efetivação do fortalecimento do setor agrário, a mobilização dos créditos do SNCR foi articulada ao forte aparato de regulação e fomento setorial/regional por parte de autarquias oriundas da era Vargas. Dessas entidades, pode-se destacar o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Centro do Trigo Nacional – Departamento do Trigo Nacional da Superintendência Nacional do Abastecimento (CTRIN-DTRIG), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Instituiu-se, assim, uma política agrícola geral, amparada por uma ampla rede creditícia vinculada a um planejamento induzido do mercado agropecuário, que tolhia os proprietários dos riscos atinentes ao preço, e os concedia uma série de incentivos e desonerações fiscais<sup>169</sup>.

Para apreendermos a dimensão de tais políticas, é válido notar que os desembolsos oriundos do Crédito Rural no auge de sua expansão, em 1976, totalizou 20 bilhões de dólares, o que equivalia ao PIB da agricultura daquele ano. A intensidade do fomento aos complexos agroindustriais - que, como já realçado, integrava de forma sinérgica os setores agropecuário, de insumos e bens de capitais -, pode ser aferida pelo aumento da frota de tratores adquiridos, que passou de 61.345 unidades em 1960 para 323.113 em 1975<sup>170</sup>.

Um dos principais elementos que alavancou os eixos da modernização conservadora foi o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado em 1975 com o intuito de fomentar o processo de substituição de importações de petróleo e expandir a indústria de bens de capital. A consecução dos objetivos do Programa se deu principalmente através das amplas concessões de empréstimos subsidiados aos setores agroindustriais, dos quais se destacou, naturalmente, o setor sucroalcooleiro<sup>171</sup>. Para além de tais segmentos, as montadoras de automóveis foram alocadas estrategicamente nesse projeto, tendo assinado, inclusive, um

---

<sup>168</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio... op. cit.* p. 61.

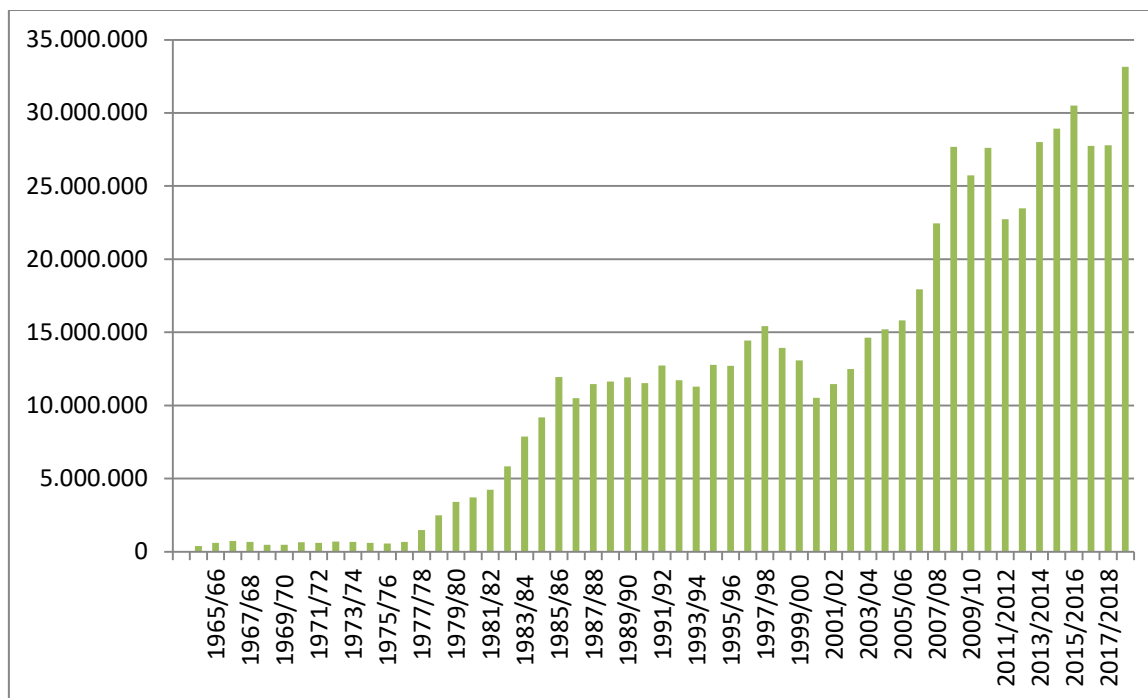
<sup>169</sup> DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura...op. cit.* p. 13-14.

<sup>170</sup> DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura...op. cit.* p. 17.

<sup>171</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio... op. cit.* p. 65.

protocolo de intenções com o governo se comprometendo a produzir veículos movidos a álcool, em 1979<sup>172</sup>.

**Gráfico 1** - Evolução da produção nacional de etanol – 1965-2018 (m<sup>3</sup>)



Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Produção brasileira de cana-de-açúcar, açúcar e etanol*. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: <http://twixar.me/dypT>. Elaboração própria.

Assim, durante a ditadura, as usinas processadoras de cana-de-açúcar passaram a investir na produção de boa parte de sua matéria prima, em detrimento da aquisição por meio de fornecedores. Essa integração vertical se deu devido a tais políticas creditícias e programas específicos direcionados ao setor. Como é possível perceber no gráfico 1, a década de 1970 foi decisiva para o incremento das indústrias sucroalcooleiras, tendo este segmento aumentado sua produção de etanol de 637.150 m<sup>3</sup> na safra de 1970/1971 para 3.706.375 m<sup>3</sup> na safra de 1980/81.

<sup>172</sup> Embora não estivesse no âmago das políticas de incentivo à produção, sobretudo durante o governo de Ernesto Geisel, o setor automotivo permaneceu sendo um dos segmentos mais dinâmicos da economia brasileira. Tendo produzido 416.089 veículos em 1970, esse setor teve aumento gradativo em sua produção, fechando o ano de 1980 com 1.165.174 de veículos fabricados. Ver: LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria automobilística mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002*. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2003. p. 94-129.

Ao observar a quase triplicação da produção de automóveis<sup>173</sup>, nota-se, também, o considerável incremento das indústrias de máquinas e equipamentos<sup>174</sup>, bem como a expansão produtiva da indústria do etanol no mesmo período (1970-1980). Assim, é possível apreender a forma pela qual se desenvolveu a modernização do capitalismo brasileiro à época. Se por um lado houve um incentivo à expansão de parcelas expressivas do capital em um modelo de integração entre distintos eixos produtivos, por outro, pode-se perceber o caráter conservador desse processo através da repressão e perda de direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, em junho de 1964, houve a instituição de um Decreto que praticamente proibia as greves, o que, concomitante à desvalorização salarial, a perda da estabilidade por tempo de serviço e a coibição dos sindicatos incidiu em um aumento da concentração de renda<sup>175</sup>. Junto a isso, é válido ressaltar a retirada da obrigatoriedade dos mínimos constitucionais em gastos sociais da Constituição de 1967, fato que acarretou, entre 1965 e 1975, a queda de 6,2% do Orçamento Geral da União em educação e uma redução de 3,31% do orçamento em saúde entre 1966 e 1974<sup>176</sup>. Afora as perdas dos direitos políticos com o fechamento dos Legislativos estaduais e federal e as políticas de repressão aos movimentos sociais.

O aumento dos juros pelo Federal Reserve (FED) em 1979, que sufocou a economia brasileira devido à elevação da dívida externa, concomitante ao segundo choque do petróleo, comprometeu a sustentação da modernização conservadora. Além da conformação econômica que inseriu os setores primários como pivôs da estratégia de consecução de superávits na balança de pagamentos, também houve o comprometimento do sistema de crédito via SNCR. Sobre esta temática, o período final da ditadura despontou tendências rumo à construção de novas estruturas de financiamento. Pode-se realçar, nesse sentido, (1) uma maior centralidade

---

<sup>173</sup> Ver nota anterior.

<sup>174</sup> Entre 1974-1980 o setor de máquinas e equipamentos absorveu de 35% a 40% da taxa total de investimento. Ver: BALASSIANO, Marcel; TRECE, Juliana C. C. Taxa de investimentos no Brasil: menor nível nos últimos 50 anos. Blog do IBRE/FGV. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em: <http://twixar.me/yYjT>. Acesso em 23/01/2020.

<sup>175</sup> MATTOS, F. A. M; BASTOS, P. P. Z.; BARONE, R. S. O “debate pioneiro” sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). Política Econômica nos Anos de Chumbo. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 23-54.

<sup>176</sup> FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. Campinas: Papyrus, 1993. p. 19; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas”, In: Revistas Transversos, nº 12, p. 335-358, 2018. p. 352.



de formas de autofinanciamento, frente ao encarecimento dos custos financeiros tradicionais. (2) A emergência de clientes preferenciais na demanda por crédito, sendo privilegiados os empresários ligados à indústria, serviços e comércio exterior<sup>177</sup>. E, por fim, (3) a intensificação da integração entre grandes bancos e grupos econômicos através de aplicações na produção agrícola e no mercado de terras, o que ampliou as atividades da rede bancária privada para além do crédito<sup>178</sup>.

Portanto, o setor rural chegou ao início dos anos de 1980 com um nível considerável de integração técnico-produtiva, que compassou a dinâmica de acumulação entre a produção rural e industrial. A despeito da concentração dos recursos, esse fenômeno implicou em uma intensa expansão de capital constante dentre os produtores do campo, dado o avanço na obtenção de máquinas, equipamentos e terra.

Tal organização do setor agrícola brasileiro foi conjugada, sobretudo a partir dos anos de 1980, a outra forma de articulação das estruturas de produção, qual seja, os conglomerados empresariais. Guilherme Delgado<sup>179</sup>, resgatando os preceitos de Marx e Hilferding, ressalta que a intensificação do processo de acumulação de capitais na indústria implica não apenas em uma expressiva elevação da produtividade do trabalho, mas também em uma importante mudança no capital constante, relacionada ao considerável aumento de capital fixo frente ao capital circulante. Essa elevação tende a imobilizar o capital produtivo, comprometendo sua liberdade de circulação e, conseqüentemente, seu papel de nivelador da taxa de lucro<sup>180</sup>.

No entanto, esse entrave foi solucionado a partir da conformação dos conglomerados econômicos. A partir da difusão dessa nova formatação empresarial por meio da integração entre os grupos industriais, os bancos e as instituições financeiras - sob gradativa dominância destes últimos -, os capitalistas passaram a assegurar a mobilização e fluidez dos capitais, transvertendo-os, para isso, em ativos financeiros<sup>181</sup>.

---

<sup>177</sup> Por conta de sua alta lucratividade, esses produtores obtiveram taxas de juros favorecidas junto aos bancos.

<sup>178</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura...*op. cit.* p. 29-31.

<sup>179</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura...*op. cit.*

<sup>180</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura...*op. cit.* p. 35-36.

<sup>181</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura...*op. cit.* p. 36.

A imobilização em capital fixo na indústria tem uma similitude com a imobilização de terras na agricultura brasileira. Embora o padrão de sociedade por ações negociadas em Bolsa de Valores não fosse, à época, a forma institucionalizada de negociação dos títulos de propriedade, o capital financeiro se arraigou no mercado imobiliário já na década de 1980. Os negócios eram efetuados em instituições financeiras como imobiliárias rurais, empresas de colonização privada e até mesmo através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Esse período foi demarcado por um maior envolvimento do mercado fundiário com o capital especulativo, em um paulatino processo de centralidade das finanças via valorização da renda da terra e apartamento entre proprietários e gestores<sup>182</sup>. Essa associação foi marcadamente abalizada pelos grupos econômicos e grandes cooperativas da época, que passaram a integrar o nicho do arrendamento fundiário em seu arcabouço de acumulação.

Através de uma amostra de 41 empresas, Guilherme Delgado identificou os grupos econômicos com forte operação no mercado de terras nos anos 1980 e os classificou de acordo com sua área de atuação. Pode-se notar, então, a presença de grandes cooperativas, como a Cotrijui e a Cotia; das empresas de construção pesada e do capital industrial em geral, como a Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, CENTENCO e Bueno Vidigal; de grandes bancos e empresas de seguro, como Abreu Banco das Nações, Sul América e Sinop S.A; bem como de agências estatais como o Incra, aqui já elencado<sup>183</sup>.

Esses grupos passaram a atuar nessa seara pautados na estratégia de manter a terra em ociosidade com vistas a sua valorização, ou inserindo essas novas frações fundiárias no mercado. Em ambas as estratégias, as empresas se apropriam dos *ganhos de fundador*<sup>184</sup> simplesmente pela obtenção do direito de propriedade. Essa configuração, que na prática conformou verdadeiros conglomerados, intensificou a concentração fundiária em um sistema

---

<sup>182</sup> Para um debate teórico acerca da emergência das finanças como elemento central no capitalismo e seu papel na modificação da estrutura produtiva das empresas, ver capítulo 1.2.

<sup>183</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura... *op. cit.* p. 55-56.

<sup>184</sup> O conceito de ganhos de fundador consiste em uma forma de incentivar o capital fictício no mercado de terras, em um negócio em que as aplicações valorizam de acordo com as expectativas de rendimento provável de inversão. Ver: DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura... *op. cit.* p. 48-53.

agrícola no qual a maior parte dos pequenos proprietários foi excluída do mercado produtivo, lhes restando a submissão de sua força de trabalho aos proprietários de maior porte<sup>185</sup>.

O processo de neoliberalização dos anos de 1990 flexibilizou as bases da modernização conservadora. Uma das principais medidas nesse sentido foi a retirada da atuação do Estado no fomento rural via desmonte dos institutos de incentivo à produção aqui já destacados – IAA, IBC e CTRIN-DTRIG. No que concerne à indústria sucroalcooleira, a extinção do IAA no início da década foi inserida no movimento de desregulamentação da produção de cana-de-açúcar, em um processo que finalizou com a desindexação dos preços deste produto via Portaria nº 275/outubro de 1998. Esse fenômeno, somado ao contexto mais amplo de liberalização econômica e sobrevalorização cambial, desencadeou uma reorganização das formas de atuação do capital agroindustrial canavieiro. Nesse sentido, foram criadas a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), principal entidade de representação do setor, e o Conselho de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo (CONSECANA), criado para intermediar a relação entre as unidades processadoras e os produtores de cana<sup>186</sup>.

Como destacado na seção 1.3, a crise brasileira do final dos anos de 1990 induziu a derrocada da fixação cambial e a busca de fomento aos setores exportadores a fim de angariar saldos positivos do balanço de pagamentos. Essa retomada do fomento aos saldos comerciais foi demarcada pela centralidade do setor primário-exportador na estratégia governamental, e o então autointitulado agronegócio foi mobilizado como um dos eixos principais desse processo. Isso se deu através de uma série de diretrizes estatais que, direta e indiretamente, relançaram o setor como eixo dinâmico da economia, das quais cabe destacar:

- (1) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (3) uma regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não

---

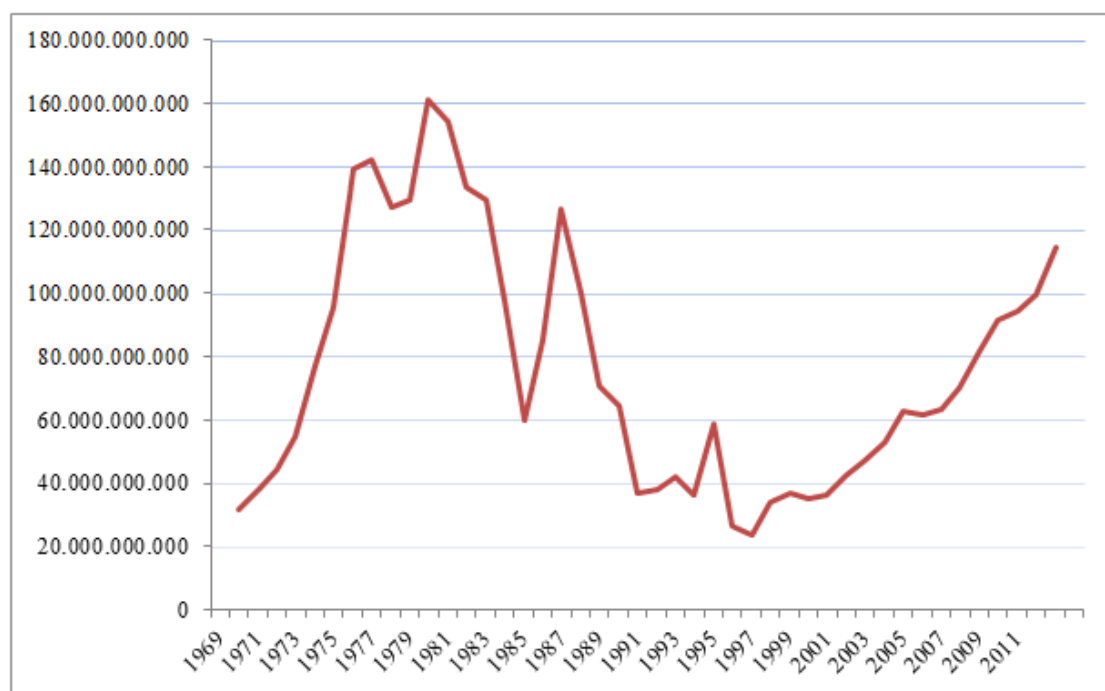
<sup>185</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura... *op. cit.* p. 70.

<sup>186</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio... *op. cit.* p. 81-82.

cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; (4) a mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; (5) reativa-se a provisão do crédito rural nos planos de safra, iniciada com o programa Moderfrota, e retomada com vigor no período 2003/2010<sup>187</sup>.

Essa configuração produtiva, com alocação do agronegócio como componente central da política econômica, se manteve nos anos 2000 e foi reforçada durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse período, o comércio mundial se mostrou deveras receptivo para as *commodities* do ramo da soja, do milho, da cana-de-açúcar, carnes e celulose de madeira, segmentos que capitanearam a pauta de exportações brasileiras no primeiro decênio do século XXI<sup>188</sup>.

**Gráfico 2** - Evolução dos recursos do SNCR – 1969-2011 (valores constantes em reais\*)



\* IGP-DI – Índice médio anual

<sup>187</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura... *op. cit.* p. 94.

<sup>188</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura... *op. cit.* p. 94-95.

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural. Elaboração própria. Disponível em: <http://twixar.me/9CBT>. Acesso em 24/01/2020.

O conjunto de incentivos governamentais que impulsionou o agronegócio a partir dos anos 2000 consistiu na recomposição das dívidas agrárias, retorno da política de garantia de preços e taxa de câmbio favorável, sobretudo entre 1999 e 2004. No entanto, a principal linha de fomento aos setores rurais brasileiros neste período se deu através da concessão de créditos via a reativação do SNCR e incremento dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No que tange ao SNCR, com a decadência das diretrizes da modernização conservadora nos anos finais da década de 1980, os desembolsos entraram em gradual declínio, como indica o gráfico 2. A elevação dos créditos teve um aumento sistematizado a partir da estratégia de relançamento do agronegócio ao centro da política econômica, em 1999, e, sobretudo, a partir dos anos iniciais do século XXI. Passando de um montante despendido de R\$ 36,9 bilhões em 2000, o Sistema chegou em 2011 provendo recursos na ordem de R\$ 99,7 bilhões.

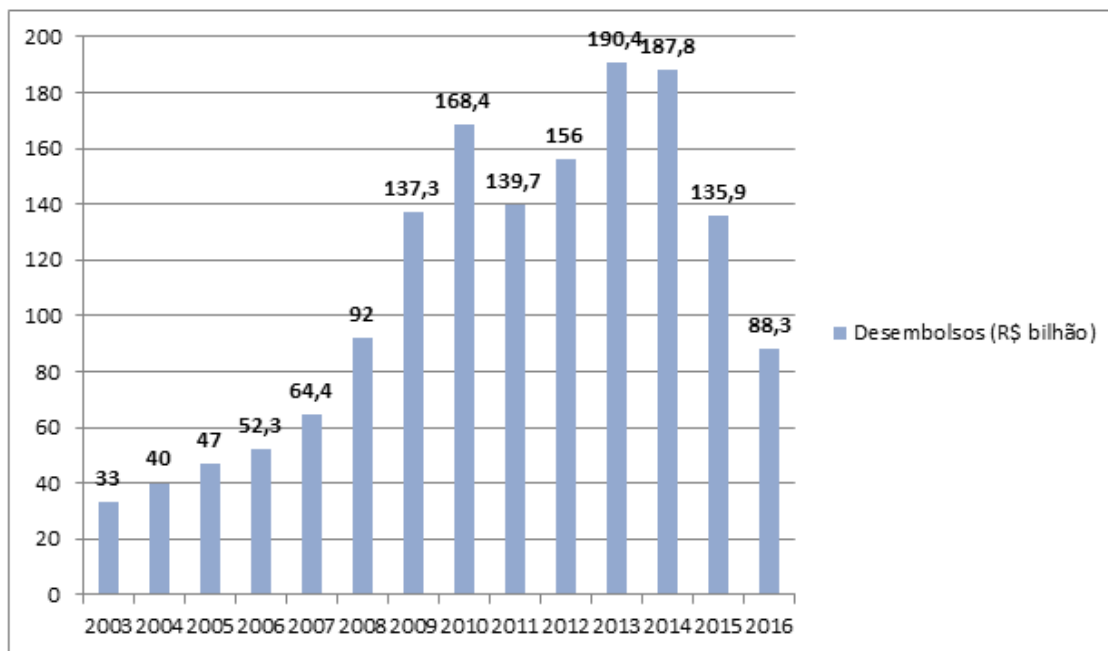
Os desembolsos do BNDES também obtiveram considerável incremento nesse período, contribuindo, inclusive, para o estímulo do agronegócio. Como se pode perceber a partir do gráfico 3, com exceção do ano de 2011, os recursos providos pelo Banco foram gradativos de 2003 a 2013, entrando em acentuado declínio a partir de 2014, devido ao recrudescimento dos fatores endógenos e exógenos da crise e consequente queda do crescimento<sup>189</sup>. Ao efetuar uma análise acerca da reorganização do capitalismo brasileiro tendo como base o desempenho do BNDES entre 2003 e 2009, João Roberto Lopes Pinto *et al.* evidenciam, dentre outros fatores, que os recursos da entidade: tiveram dificuldade de atingir o capital de menor porte, sendo as grandes empresas as mais contempladas; foram marcadamente concentrados em termos regionais, sendo privilegiadas as áreas de maior dinamismo econômico, com destaque para o Sudeste; além de enfatizarem um padrão de

---

<sup>189</sup> Para uma explanação acerca dos aspectos políticos e econômicos da crise brasileira pós 2013, ver: PINTO, Eduardo Costa et al. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 54, set-dez 2019.

indústria intensiva em recursos naturais, sendo parte significativa dos desembolsos encaminhados para esse tipo de intensidade<sup>190</sup>.

**Gráfico 3 - Desembolsos do BNDES – 2003-2016 (valores nominais)**



Fonte: Relatórios anuais do BNDES, disponíveis em: <http://twixar.me/7LpT>. Acesso em 26/01/2020. Elaboração própria.

É válido destacar que fração majoritária do montante desembolsado pelo SNCR e pelo BNDES é oriunda de fontes públicas. Entre 2008 e 2010, das nove fontes basilares do Crédito Rural, apenas uma, relacionada à Caderneta de Poupança Rural, era de origem privada, contribuindo em média com 27,3% dos recursos totais<sup>191</sup>. A procedência do restante da verba, no entanto, era pública, advinda de entidades como o BNDES, Finame e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As fontes do BNDES, por sua vez, foram oriundas predominantemente do FAT, do PIS/PASEP e do Tesouro Nacional. Esses três recursos somados constituíram uma média de

<sup>190</sup> PINTO, João R. L. et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: *Os Anos Lula: um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011. p. 260-267.

<sup>191</sup> DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura... *op. cit.* p. 106.

78,02% do total do fundo do Banco entre 2015 e 2019<sup>192</sup>. Desse modo, o Banco reproduz, desde a ditadura, um padrão de atuação que baliza parte majoritária dos financiamentos a empresas particulares. Nesse processo, a entidade fomentou a concentração e acumulação de frações específicas do capital, direcionando alta gama de recursos públicos à burguesia monopolista<sup>193</sup>.

Esse conjunto de medidas incidiu em uma reprimarização da pauta de exportações brasileiras. Como é possível notar no gráfico 4, a partir de 2010 os produtos básicos voltaram a ter proeminência no comércio exterior, sobrepondo os segmentos de manufaturados e semimanufaturados. Embora essa estratégia de relançamento do agronegócio tenha angariado resultados positivos na balança comercial a partir de 2003, os déficits ocorridos entre 2008 e 2011 vieram para realçar que a vulnerabilidade externa não havia sido solucionada de forma estrutural<sup>194</sup> e que o país tinha reproduzido seu padrão de dependência.

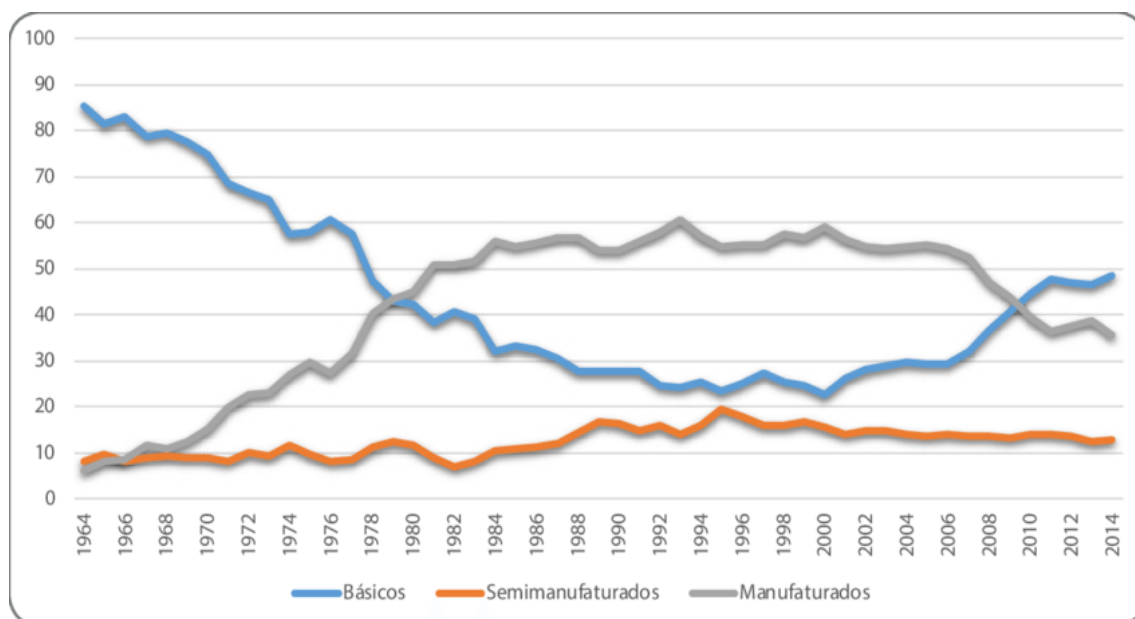
---

<sup>192</sup> Dados presentes no sítio da entidade: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/fontes-de-recursos/>. Acesso em 26/01/2019.

<sup>193</sup> PINTO, João R. L.; MANSOLDO, Felipe F. A Fibria e o “novo” papel do Estado no capitalismo brasileiro: do “Estado-empresário” ao “Estado-empresa”. *Revista Internacional de Direitos Humanos e empresas*, vol. 2, n. 1, 2018.

<sup>194</sup> DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura... op. cit.* p. 97.

**Gráfico 4** - - Evolução das exportações brasileiras por fator agregado – 1964-2014 (participação, %)



Fonte: PINHEIRO, Mauricio P. A urgente necessidade do fortalecimento da competitividade industrial brasileira: reflexão inicial sobre o papel da produtividade e da acumulação de capacidades tecnológicas inovadoras. *EBAP/FGV*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015. p. 53.

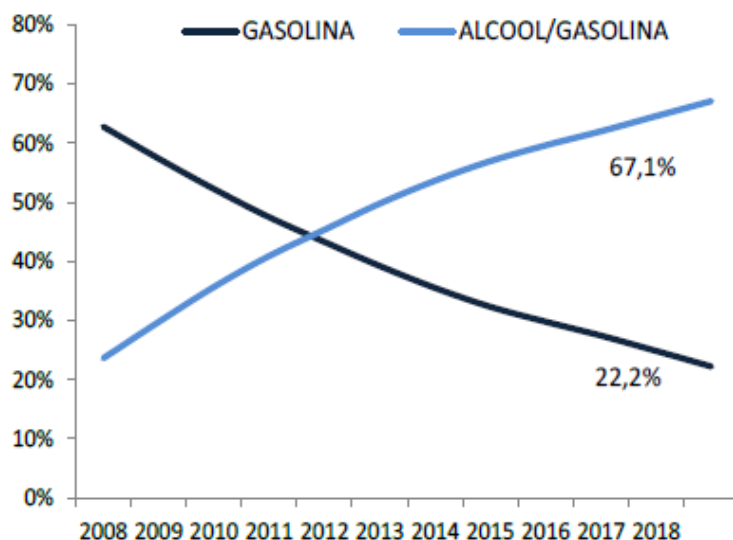
O setor agroindustrial canavieiro figura como um dos principais componentes do agronegócio brasileiro. No período aqui priorizado (2007-2016), o país liderou o ranking de maior produtor de açúcar do mundo, ao passo que figurou em segundo lugar na lista dos que mais produziram etanol, atrás apenas dos Estados Unidos. Como se pode perceber a partir dos dados dispostos na tabela 2, o século XXI demarcou um intenso processo de incremento na produção de cana, açúcar e etanol.

Um quesito elementar para o incremento da indústria sucroalcooleira foi o conjunto de medidas governamentais de incentivo à produção de automóveis *flex-fuel*, alçando os biocombustíveis como eixo importante para a garantia da *sustentabilidade*. No contexto de retomada do agronegócio como eixo basilar da política econômica aqui já realçado, concomitante à desvalorização do real e à alta no preço do petróleo, o presidente Luís Inácio Lula da Silva direcionou gama considerável de recurso público ao setor automotivo a fim de fomentar a produção de veículos bicombustível. Entre 2002 e 2009, a produção brasileira de



etanol cresceu 110% (gráfico 1). A frota de automóveis *flex* vem aumentando gradativamente desde então e chegou a ultrapassar a de veículos a gasolina em 2011 (gráfico 5).

**Gráfico 5** - Proporção da frota de automóveis por combustível (2008-2018)



Fonte: Sindipeças/Abipeças. Relatório da frota circulante. Edição 2019. p. 3.

No que tange às questões trabalhistas no setor, segundo relatório do Centro de Estudos de Economia Aplicada da Esalq/Usp, o segmento sucroenergético é uma exceção dentre os ramos do agronegócio, uma vez que obtém alta taxa de trabalhadores formalizados em seus centros produtivos. A entidade expõe que o segmento empregou formalmente, em 2017, 8% de todos os trabalhadores do agronegócio, sendo que 80% das pessoas ocupadas nas atividades sucroalcooleiras possuíam carteira assinada. Em termos comparativos, nas demais cadeias agroindustriais, essa taxa é de apenas 17%<sup>195</sup>. Esses números não garantiram, no entanto, a abolição de práticas escravistas ou o acirramento da exploração da força de trabalho no setor, como será possível perceber adiante<sup>196</sup>.

<sup>195</sup> BARROS, G. S. C. et al. Especial temático mercado de trabalho do agronegócio: a dinâmica dos empregos formais na agroindústria sucroenergética de 2000 a 2016. Centro de Estudos em Economia Aplicada da ESALQ/USP (CEPEA – ESALQ/USP). Piracicaba: USP, 2018. Disponível em: <http://twixar.me/t5pT>. Acesso em 27/01/2010.

<sup>196</sup> Sobre os casos de violação de direitos humanos e trabalhistas no setor sucroenergético, mais especificamente envolvendo a Cosan S.A, ver a última subseção. Sobre a intensificação da exploração da força de trabalho no

**Tabela 2** - Produção brasileira de cana-de-açúcar, açúcar e etanol (2000-2019)

<b>Safra</b>	<b>Cana-de-açúcar (ton.)</b>	<b>Açúcar (ton.)</b>	<b>Etanol (m<sup>3</sup>)</b>
2000/01	254.921.721	16.020.340	10.517.535
2001/02	292.329.141	18.994.363	11.467.795
2002/03	316.121.750	22.381.336	12.485.426
2003/04	357.110.883	24.944.434	14.639.923
2004/05	381.447.102	26.632.074	15.207.909
2005/06	382.482.002	26.214.391	15.808.184
2006/07	428.816.921	30.735.077	17.939.428
2007/08	495.843.192	31.297.619	22.445.979
2008/09	572.738.489	31.506.859	27.681.239
2009/10	603.056.367	33.033.479	25.738.675
2010/11	624.501.165	38.069.510	27.604.120
2011/2012	560.993.790	35.970.397	22.736.540
2012/2013	589.237.141	38.357.134	23.473.354
2013/2014	658.697.545	37.697.512	28.012.284
2014/2015	637.714.365	35.603.958	28.916.281
2015/2016	666.304.044	33.508.980	30.492.728
2016/2017	657.572.586	38.724.993	27.739.682
2017/2018	624.380.128	37.694.232	27.781.552
2018/2019	620.716.119	29.050.933	33.155.544

Fonte: BRASIL, 2020. Elaboração própria.

Esse alto índice de formalidade decorre, dentre outros fatores, do alto grau de integração vertical desses complexos, que geralmente abarcam em sua estrutura produtiva desde o fornecimento da matéria prima até seu processamento, transporte e distribuição. Entre 2000 e 2008 o número de empregados cresceu gradualmente, passando de 642.848 para 1.283.258. A partir de 2008, no entanto, observou-se uma queda paulatina nesse índice, chegando em 2016 com 794.911 trabalhadores formalizados em todo o Brasil<sup>197</sup>.

---

setor agroindustrial canavieiro, ver: OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio... *op. cit.*

<sup>197</sup> BARROS, G. S. C. et al. Especial temático mercado de trabalho do agronegócio... *op. cit.* p. 5.

Este mesmo ano (2016) representou o recorde de geração de cana-de-açúcar na série histórica, como elenca a tabela 2, com 666.304.044 toneladas produzidas. Ou seja, mesmo com a incidência do declínio nos postos de trabalho, pode-se notar a manutenção do crescimento da produção desse insumo.

Esse descompasso se deu, fundamentalmente, devido a dois fatores distintos, mas congruentes. O primeiro deles está relacionado à concentração das atividades do setor sucroenergético na região Centro-Sul do Brasil, com destaque para São Paulo. A título de exemplo, entre 1994 e 2015 este estado representou mais de 50% da produção de etanol de todo o país, de acordo com os dados da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade<sup>198</sup>. O segundo fator está relacionado à assinatura do protocolo agroambiental entre o governo estadual e a Unica em 2007, visando antecipar o prazo para 2014 da deliberação do decreto nº 2.661 de 1998, que estabelecia a eliminação gradual da queima da cana-de-açúcar no Brasil até 2021. Isso tornou as atividades produtivas deste segmento menos intensivas em trabalho, uma vez que o método das queimadas foi substituído pela mecanização do setor<sup>199</sup>.

Ainda em relação à conformação do setor sucroalcooleiro brasileiro, é importante destacar que este é um segmento marcadamente penetrado pelo capital multinacional. Diversas corporações dos países desenvolvidos têm participação acionária majoritária nas usinas brasileiras. Entre 2007 e 2008 grupos oriundos dos Estados Unidos, da Inglaterra, Noruega, França, China e Japão tinham relevante inserção na estrutura de propriedade das usinas do país, investindo especialmente nos estados do Centro-Sul, região com maior dinamismo nessa área. Um dos grupos agroindustriais canavieiros que mantém maior parceria com o capital estrangeiro é a Cosan S.A., que será tratada com maior profundidade nas etapas seguintes da dissertação.

Esta subseção buscou instituir um panorama geral acerca da estrutura do agronegócio desde o período da modernização conservadora, entre 1965 e 1985, até os tempos atuais. Em

---

<sup>198</sup> Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SP), Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Invest SP). Cana-de-açúcar. São Paulo (SP), s/d. Disponível em: <http://twixar.me/7SpT>. Acesso em 27/01/2020

<sup>199</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio... *op. cit.* p. 77-91.

linhas gerais, pode-se perceber que, desde a ditadura civil-militar, os segmentos produtivos rurais se encontram em estreita relação com a indústria, sendo seus períodos de crescimento fortemente lastreados pela ativa participação do Estado, sobretudo através da concessão de créditos e subsídios. A partir de 1999, foi instituída a estratégia de alçar o agronegócio como pivô do saldo comercial brasileiro, em uma formatação econômica lapidada a fim de manter superavitário o balanço de pagamentos. Ainda que tenha conquistado resultados relevantes neste índice, a alocação dos setores agrário-exportadores como pedra de toque da economia implicou em concentração e centralização de capitais e não resolveu a vulnerabilidade externa de forma estrutural.

As próximas subseções serão dedicadas a analisar a estratégia de acumulação de uma das maiores empresas do ramo agroindustrial canavieiro do país, a Cosan S.A. A partir da análise da composição de seus balanços contábeis e relatórios anuais, procurar-se-á corroborar a hipótese de que o capital monetário, as políticas estatais e o capital estrangeiro não se portaram como elementos secundários ou marginais no decurso de seu desenvolvimento.

### **3.2 – Estratégia de acumulação da Cosan Sociedade Anônima: financeirização e vínculo com o capital estrangeiro**

Esta subseção pretende elencar um panorama geral acerca da estrutura e trajetória da Cosan S.A, uma das maiores empresas do ramo sucroalcooleiro do país e do mundo. O objetivo central é indicar as contradições de sua estratégia de acumulação, de modo a corroborar a hipótese de que os capitais estrangeiro, estatal e a *finança capitalista* foram elementos essenciais no seu processo de expansão.

As principais fontes que embasarão esta subseção serão os relatórios anuais produzidos e disponibilizados pela Cosan<sup>200</sup>, suas demonstrações financeiras, a documentação presente no portal de consulta do BNDES, bem como artigos de revistas e periódicos voltados para os aspectos econômicos e empresariais, como Valor Econômico, Isto é e Exame. 2007 é

---

<sup>200</sup> Todos os relatórios anuais estão disponíveis no sítio da corporação: <http://twixar.me/qS2T>. Acesso em: 17/03/2020.

o início do recorte temporal aqui instituído devido às próprias limitações de acesso a dados do grupo, uma vez que este passou a disponibilizar seus relatórios apenas naquele ano, após sua abertura de capitais na Bolsa de Valores. O término da análise, por sua vez, se dá em 2016, por considerarmos que esse espaço temporal abarque a estratégia de acumulação da corporação em diferentes cenários econômicos. Abordar-se-á, então, a atuação da entidade tanto nos períodos de elevados índices de crescimento e expansão de políticas heterodoxas, quanto em fases de recessão, PIB deprimido e (re)introjeção de políticas de austeridade, como o biênio que antecedeu o golpe que destituiu Dilma Rousseff (2015-2016)<sup>201</sup>. No entanto, dada a própria abrangência dos relatórios e longevidade da empresa, esse recorte temporal não é rígido, pois serão abarcados alguns casos fora desse período a fim de estabelecer uma compreensão mais apurada acerca dos objetivos aqui propostos.

Pelo fato de os relatórios anuais da Cosan não obedecerem a uma estrutura padronizada ao longo de suas edições, o que facilitaria a análise linear do desempenho de seus segmentos, optamos por efetuar uma estruturação amparada nos pressupostos presentes no capítulo 1. Desse modo, a orientação metodológica deste capítulo está em consonância com o aparato teórico delineado naquela na seção inicial, no sentido de averiguar a acumulação em um contexto de centralidade do capital monetário como balizador da produção e reprodução do capitalismo.

A análise da estrutura e estratégia de acumulação da Cosan S.A. foi estruturada em relatórios da seguinte forma:

## **Relatório Cosan (ano)**

### **1. Aquisição, fusões e parcerias:**

- Usinas
- Logística e armazenamento
- Arrendamento de terras
- Cogeração de energia
- Distribuição
- Alimentos (varejo)
- Lubrificantes e especialidades

### **2. Desempenho financeiro e composição societária**

---

<sup>201</sup> Em 2015 e 2016 a taxa de desempenho do PIB foi de -3,5% e -3,3%, respectivamente, os menores índices do século XXI até então. Fonte: <http://twixar.me/4spT>. Acesso em 28/01/2019.

- Estrutura societária e governança corporativa
- Desempenho financeiro
- Campo operacional (quantidade/ inovações na produção e distribuição de cana e etanol)
- Endividamento

### **3. Demais informações**

Como será possível perceber, a primeira parte do relatório, que trata das fusões, aquisições e parcerias, deu origem às duas primeiras partes deste subcapítulo. A primeira delas apresenta um breve histórico da família Ometto para, em seguida, versar sobre o processo de expansão horizontal da Cosan no século XXI, fortemente amparado pelos capitais oriundos do mercado financeiro. A segunda parte desta subseção abordará a expansão das atividades do setor para áreas além de seu *core business*, de modo a examinar a relevância do capital estrangeiro em tais ampliações.

A segunda parte do relatório, por sua vez, embasou a terceira subseção, que tratará principalmente da captação de crédito da corporação e uma breve menção sobre o desempenho dos segmentos da corporação. Esta parte contou também com uma análise acerca dos documentos do BNDES sobre os desembolsos da entidade para as distintas subsidiárias da Cosan. Desse modo, serão evidenciadas as formas pelas quais a companhia centralizou e concentrou seus capitais, nos termos do entendimento das *finanças capitalistas* exposto no capítulo inicial.

Portanto, os capítulos 3.2.1 e 3.2.2 realçarão o processo de fusões e aquisições do grupo, sua inserção no mercado financeiro, bem como suas inter-relações com o capital multinacional via instituição da Raízen e arrendamento fundiário. O capítulo 3.2.3 tratará da análise do desempenho econômico da Cosan, privilegiando seu endividamento e vínculo com os recursos estatais para, por fim, tecer breves considerações sobre a relação das atividades da empresa com o recrudescimento da exploração da força de trabalho.

### 3.2.1 – Consolidação e ampliação da Cosan S.A.: o processo de expansão horizontal lastreado pelas finanças

A partir de uma perspectiva histórica, os organizadores do livro *Os Donos do Capital*<sup>202</sup> retratam alguns traços gerais que afeiçãoaram a burguesia brasileira e que, de alguma forma, permeiam sua estrutura até a atualidade. Destacam-se, nesse sentido, as marcas de uma classe dominante que cresceu e se fortificou em um ambiente social escravista; que se consolidou imersa em uma dinâmica de dependência e subjugação frente aos países centrais; que tradicionalmente é pouco afeita à democracia liberal burguesa – inclusive tendo participado ativamente na conflagração e manutenção dos regimes de exceção; que é demarcada por um alto grau de organicidade e interesse pela política; e se constitui atrelada a um Estado de viés austero, com profícua atuação na economia e na sociedade. Concomitante a esses traços, os autores salientam o elemento condutor dos diferentes estudos presentes na obra, e que também demarca o caráter de parte relevante dos maiores grupos empresariais brasileiros, como a Cosan, qual seja, sua feição familiar.

Antonio Ometto e Caterita di Biasi Ometto chegaram ao Brasil em setembro de 1887. Eles eram lavradores de terra na Itália e, no bojo das políticas de branqueamento populacional brasileiras da época, o casal se instalou em São Paulo, após breve passagem pelo Rio de Janeiro<sup>203</sup>. Naquele estado, passaram a trabalhar em uma fazenda de café na cidade de Amparo. Ao longo da década de 1880, tiveram quatro filhos, Pedro (1893), Jerônimo (1895), João (1897) e Luís (1899), sendo os dois primeiros nascidos na Itália.

Em abril de 1906, Caterine, então já viúva, junto com seus filhos, conseguiram comprar um terreno de seis alqueires<sup>204</sup>, em Água Santa, bairro situado entre as cidades de Limeira (SP) e Piracicaba (SP). A família foi crescendo e os negócios também. No decurso

---

<sup>202</sup> CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. M. (org.). *Os Donos do Capital: A trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 10-19.

<sup>203</sup> As exposições de cunho mais histórico deste tópico sobre a Cosan e sobre os Ometto, da chegada da família ao Brasil até os anos de 1990, se debruça fartamente na pesquisa desenvolvida por Lourenço Passeri Lavrado da Silva Moreira. Ver: MOREIRA, Lourenço L. S. M. *A corporação Cosan e a conquista de um território em torno de sua usina de etanol em Jataí, Goiás (2007-2012)*. Dissertação de mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. pp. 35-86.

<sup>204</sup> Cada alqueire paulista equivale a 2,42 hectares.

dos anos, os Ometto fizeram importantes alianças, como aquela travada entre Pedro Ometto e Mário Dedini, que se transformou em sociedade de negócios; ou, ainda, o casamento entre Luís Ometto e Cecília Cera, em 1924, irmã de um médico que viria exercer mandato de vereador, em Piracicaba.

Em 1935, em sociedade com João Ometto, Mário Dedini e José Basinello, Pedro Ometto comprou a Fazenda Costa e Pinto, em Piracicaba, interior de São Paulo. O patrimônio da fazenda foi dividido em doze partes proporcionais, de acordo com o investimento de cada um no negócio: seis partes para Pedro Ometto, três para Mário Dedini, duas para João Ometto e uma para José Basinello. As terras abrangiam 152 alqueires (372,3 ha) e continham a antiga sede da fazenda, uma serraria, uma coqueira e um engenho de aguardente e açúcar. Mário Dedini forneceu o maquinário e, junto aos demais, fundou a usina matriz Costa e Pinto Ltda., em 1935. Diversos membros das famílias Ometto e Dedini se tornaram sócios no negócio.

Em 1943, a Costa e Pinto comprou a Fazenda Pau d'Alho, em Barra Bonita (SP), ficando ao filho de Pedro Ometto, Orlando, a tarefa de montar uma usina nessa fazenda. Em 1946, em sua primeira safra, a usina produziu 40 mil sacas de açúcar. Em 1950, Celso Silveira de Mello, marido de Isaltina Ometto Silveira Mello – filha de Pedro Ometto – assumiu a direção da Costa e Pinto. Em 1949, Pedro Ometto e seus dois filhos – Orlando e Isaltina – ficaram sócios da Usina da Barra S.A.

Entre 1946 e 1951, a família Ometto possuía oito usinas canavieiras e respondiam por 13,3% de toda a moagem de cana do estado. Entre as safras de 1951/1952 e 1955/1956, os Ometto passaram a ser os maiores moedores de cana de São Paulo, representando um quinto de toda a moagem do estado.

O processo de expansão da família se expandiu para setores alheios ao processamento e moagem de cana-de-açúcar. Em 1966, os Ometto instalaram um projeto para criar, engordar e abater gado bovino, em Barra do Garça (MT), em uma fazenda de extensão astronômica, com 800 mil hectares, um dos maiores latifúndios da América Latina até então. Dentre os demais ramos de atuação dos membros da família, é válido ressaltar, ainda, a aquisição da TÁxi Aéreo Marília (TAM) por Orlando Ometto, em 1967, negócio que passou a ser controlado por Rolim Adolfo Amaro, em 1972, quando assumiu metade das ações.



Os Ometto também estiveram diretamente inseridos na política institucional. Em 1959, Antônio Ometto foi prefeito pela cidade de Iracemápolis (SP), tendo João Ometto como vice. Na gestão seguinte, Antônio assumiu uma cadeira no legislativo municipal. Nota-se, ademais, a relação da família com a ditadura, uma vez que Dovillio Ometto e Orlando Chesinni Ometto estiveram diretamente envolvidos na criação do Proálcool, em 1975<sup>205</sup>.

Na década de 1960 já estavam consolidados clãs na família, e cada um deles assumia um grupo de companhias. Em 1968, o clã Pedro Ometto adquiriu a usina Santa Bárbara, em Santa Bárbara d'Oeste<sup>206</sup> (SP). Em 1970, Pedro Ometto faleceu, sendo suas usinas compartilhadas entre seus dois filhos. Isaltina, mãe de Rubens Ometto, herdou a Costa Pinto e a Santa Bárbara, ao passo que seu irmão, Orlando, ficou com a Usina da Barra. Foi nesta época que foi batizada a *Cosan*, liderada por Isaltina, significando a contração dos nomes das usinas Costa Pinto e Santa Bárbara. A institucionalização formal do grupo com essa nomenclatura, no entanto, só viria ocorrer em 2000.

Em 1978, Rubens Ometto se tornou diretor do grupo Celisa, que controlava as usinas Costa e Pinto e Santa Bárbara. Em 1980, Rubens Ometto tornou-se presidente do conselho administrativo da Costa Pinto e diretor vice-presidente da Pedro Ometto S.A. Administração e Participações.

Como destaca Lourenço Moreira<sup>207</sup>, entre 1975 e 1987 a família Ometto constituía quatro grupos distintos que, por vezes, disputavam entre si. São os seguintes:

- a) Grupo Pedro Ometto, controlador das usinas Costa Pinto, Santa Bárbara e Da Barra;
- b) Grupo João/Luiz Ometto, controlador das usinas São Martinho, Iracema, Santa Cruz e Santana;
- c) Grupo Hermínio Ometto, controlador da usina São João e da usina Santa Terezinha, a partir de 1983;
- d) Grupo Jerônimo Ometto, controlador da usina Santa Lúcia.

---

<sup>205</sup> Sobre o Proálcool e seus efeitos no crescimento da produção de cana e etanol, ver capítulo 3.1.

<sup>206</sup> A companhia mudou de nome em 1980, e passou a ser chamada de Usina Santa Bárbara S.A. – Açúcar e Álcool, chegando a produzir, na safra de 1987/8, 1.125.440 sacas de açúcar e 86.510.382 litros de álcool. Ver: MOREIRA, Lourenço L. S. M. *A corporação Cosan e a conquista...* op. cit. p. 39.

<sup>207</sup> MOREIRA, Lourenço L. S. M. *A corporação Cosan e a conquista...* op. cit. p. 40.

Na safra de 1987/1988, os Ometto já somavam 20,17% da moagem de cana de todo o estado de São Paulo e, entre 1974 e 1988, o Grupo Pedro Ometto (que viria a desencadear na Cosan) concorria com o Grupo Luiz/João Ometto pela maior moagem do estado<sup>208</sup>.

Em 1986, Rubens Ometto adquiriu o controle do grupo Bom Jesus, que incluía as usinas Santa Helena, São Francisco e Ipaussu. Após disputa judicial, em 1996, entre Rubens Ometto, sua mãe (Isaltina) e os irmãos, ocorreu a fusão entre as *holdings* Bom Jesus e Celisa, nascendo a Nova Celisa. O grupo controlado pela Nova Celisa, passou a ser conhecido como Cosan/Bom Jesus, sendo Rubens Ometto detentor de 50% das ações e o restante ficou com a mãe e irmãos. Com o desfecho desse imbróglio, que teve início por conta do intento de Rubens Ometto de profissionalizar a gestão das usinas de seu clã a contragosto de seus familiares, Rubens passou a ser o membro da família com maior poder individual.

Na safra 1997/1998, Orlando Ometto, tio de Rubens, controlava a maior usina produtora de açúcar do mundo, a Da Barra, que viria a ser adquirida pela Cosan em 2002. Em fevereiro de 2000, foi instituída a Cosan S.A. Indústria e Comércio, passando a ser a controladora da Cosan/Bom Jesus. Rubens Ometto assumiu a presidência do conselho administrativo e, também, se tornou diretor presidente da corporação<sup>209</sup>.

A partir do período de realocação do agronegócio no centro da política econômica, no início do século XXI<sup>210</sup>, a Cosan acirrou ainda mais seu processo de expansão. Se tratando apenas de seu rol de usinas, até 1999 o grupo possuía seis unidades, a Costa Pinto, Santa Helena, São Francisco, Ipaussu, Serra e Diamante. Entre o ano 2000 e os dias atuais, a corporação adquiriu 17 usinas e, até o fechamento desta dissertação, contava com 23 centros produtivos (tabela 3).

Um quesito fundamental para a ampliação dos negócios do grupo está relacionado à abertura de seu capital na Bolsa de Valores, em 2005. A Cosan foi a primeira empresa do

---

<sup>208</sup> MOREIRA, Lourenço L. S. M. *A corporação Cosan e a conquista...* op. cit.

<sup>209</sup> A trajetória e especificidades dos negócios dos demais membros/clãs da família Ometto não serão aqui tratadas pelo fato de preferirmos nos deter, com maior ênfase, nas atividades vinculadas à Cosan S.A, objeto central da dissertação. Para uma análise das atuações dos demais membros da família, ver a aqui já referenciada dissertação de Lourenço Moreira: MOREIRA, Lourenço L. S. M. *A corporação Cosan e a conquista...* op. cit.

<sup>210</sup> Ver capítulo 3.1.

ramo sucroalcooleiro a realizar uma Oferta Pública de Ações<sup>211</sup>, operação que acarretou na captação imediata de R\$ 886 milhões<sup>212</sup>. É pertinente lembrar que, conforme exposto na primeira seção, a abertura de capitais de grupos econômicos na Bolsa tende a implicar no acirramento das pressões oriundas dos administradores (acionistas majoritários) em relação à gerência, no intuito de atrair rendimentos em curto prazo.

A quantia angariada pela Cosan com a abertura de seu capital no Novo Mercado<sup>213</sup> auxiliou o alargamento das atividades do grupo, que ampliou sua rede de usinas. A expansão de quase todos os negócios da corporação ocorreu não por meio da construção de novas unidades produtivas, mas pela incorporação de outras empresas do setor, pulverizadas pelo estado.

**Tabela 3** - Usinas de moagem da Cosan – modalidade de produção e capacidade instalada (em ordem de ano de aquisição).

Unidade/localização	Ano de aquisição pela Cosan	Fundação	Capacidade de moagem (mil t/dia)	Capacidade de produção de açúcar (mil scs/dia)	Capacidade de produção de etanol (m <sup>3</sup> /dia)
Costa Pinto (Piracicaba/SP)	Matriz do grupo	1936	24,0	42	1.250
Santa Bárbara (Santa Bárbara d'Oeste/SP) <sup>214</sup>	1968	1877	-	-	-
Santa Helena (Rio das Pedras/SP)	1986	1951	11,0	24	350
São Francisco (Elias Fausto/SP)	1986	1948	8,4	22	Não produz
Ipaussu (Ipaussu/SP)	1986	1982	11,0	14	360
Serra (Ibaté/SP)	1988	1953	10,0	24	340

<sup>211</sup> Oferta Pública de Ações (ou IPO, na sigla em inglês), consiste na primeira oferta pública das ações de uma empresa, negociadas geralmente na Bolsa de Valores.

<sup>212</sup> Relatório anual Cosan S.A, 2007.

<sup>213</sup> “Novo Mercado” foi um segmento criado em 2000 pela Bolsa de Valores para, dentre outros fatores, dirimir o conflito entre os acionistas.

<sup>214</sup> Esta usina foi adquirida pelo clã Pedro Ometto e desativada em 1995. Talvez por conta de sua inexistência no período que se iniciou a confecção dos relatórios anuais da Cosan, não há maiores informações sobre esta usina nestes documentos. Entretanto, a pesquisa de Lourenço Moreira aponta que, na safra de 1987/8, a Santa Bárbara produziu 1.125.440 sacas de açúcar e 86.510.382 litros de álcool. Ver: MOREIRA, Lourenço P. L. S. *A corporação Cosan e a conquista...* op. cit. p. 39.

Diamante (Jaú/SP)	1988	1945	11,0	24	430
Rafard (Rafard/SP)	2000	1883	13,5	27	550
Univalem (Valparaíso/SP)	2001	1976	12,0	19	650
Gasa (Andradina/SP)	2001	1996	16,0	8	1.200
Da Barra (Barra Bonita/SP)	2002	1945	37,0	60	1.800
Dois Córregos (Dois Córregos/SP)	2002	1947	7,5	19	222
Junqueira (Igarapava/SP)	2002	1910	16,0	24	900
Destivale (Araçatuba/SP)	2005	1980	7,5	5	520
Mundial (Mirandópolis/SP)	2005	1979	7,5	11	330
Bom Retiro (Cativari/SP)	2006	1913	7,2	12	350
Bonfim (Guaratiba/SP)	2006	1948	24,0	45	1.100
Tamoio (Araraquara/SP)	2006	1907	7,3	18	Não produz
Benálcool (Bento de Abreu/SP)	2008	1980	6,3	11	235
Maracaí (Maracaí/SP)	2009	1957	16,5	32	600
Parálcool (Paraguaçu Paulista/SP)	2009	1982	6,0	8	300,0
Tarumã (Tarumã/SP)	2009	1944	22,0	35	850
Caarapó - NovAmérica (Caarapó/MS)	2009	2009	9,2	20	450
Jataí (Jataí/GO)	2009 (Greenfield)	2009 (Greenfield)	20,0	Não produz	1.345
			310,9	502	3.780

Fonte: Relatórios anuais Cosan, diversos anos. Elaboração própria.

Como é possível perceber a partir da tabela 3, entre 2005 e 2009 a Cosan adquiriu dez usinas, sendo quase todas bem consolidadas no mercado, com pelo menos trinta anos de funcionamento. Além disso, inaugurou um projeto incipiente (*greenfield*) em 2009, que, junto com a usina de Caarapó, demarcou o início do processo de crescimento da corporação para

outros estados e contou, no mesmo ano, com o desembolso de R\$ 587,78 milhões do BNDES (anexo 1<sup>215</sup>).

Com a maior parte de seus negócios situada no estado de São Paulo, as 23 usinas do grupo obtinham, em 2016, uma capacidade de produção diária de 502 mil sacos de açúcar, 3.780 m<sup>3</sup> de etanol e moagem de 310.900 toneladas de cana-de-açúcar (tabela 3). Desde 2002, com a aquisição de sua usina mais produtiva, o grupo passou a atuar no mercado de varejo através da comercialização do açúcar que levava o nome da usina (Da Barra). Esse nicho foi incrementado em 2009, com a aquisição da NovAmérica, quando passou a distribuir também a marca União. Em 2011, foi instituída como empresa independente a Cosan Alimentos, que no mesmo ano firmou sociedade com a Camil, atuando também no mercado de arroz e pescados. A comercialização no varejo, no entanto, foi abandonada pela Cosan em 2012, quando os negócios atinentes à logística e distribuição de energia foram adquirindo maior centralidade<sup>216</sup>.

Um passo importante para a corporação, no que tange a sua relação com o mercado de ações, foi a criação da Cosan Limited, em agosto de 2007. Com sede nas Bermudas e com ações negociadas na New York Stock Exchange (NYSE), a operação gerou captação de US\$ 1,2 bilhão para a companhia. O objetivo autodeclarado dessa transmutação foi o de “transformar o Grupo COSAN em um player global do setor de etanol e açúcar, com presença nos principais mercados consumidores e produtores do mundo”<sup>217</sup>.

Vinculado a tal procedimento, o grupo abriu Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA), de modo a induzir os acionistas minoritários no Brasil a permutarem seus papéis para a nova entidade, o que rendeu US\$ 1,44 bilhão para a Cosan Limited. Essa transferência, todavia, provocou uma profunda instabilidade na Bovespa, devido a queda abrupta do valor das ações da Cosan S.A. Dado o peso da corporação no mercado de ações brasileiro à época, com faturamento anual de R\$ 3,6 bilhões e figurando como a maior exportadora de açúcar e etanol do mundo, o deslocamento acionário para a Bolsa de Nova York resultou em ameaça

---

<sup>215</sup> Optamos por inserir a tabela que expõe os desembolsos do BNDES para a Raízen em anexo devido a sua extensão.

<sup>216</sup> Relatório Anual Cosan 2012, p. 18.

<sup>217</sup> Relatório Anual Cosan 2008, p. 7-11.

de processo administrativo por parte dos membros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)<sup>218</sup>.

Ao término da consolidação da Cosan Limited, esta passou a obter 62,8% do capital da Cosan S.A., sendo o restante negociado na Bovespa. Embora Rubens Ometto obtenha 51% de participação no grupo de controle, a transferência da propriedade da corporação para uma entidade listada na Bolsa de Nova York revela o quão porosa se torna a influência externa nos negócios do grupo. Os portadores das ações da Cosan Limited têm o direito de participar das assembleias gerais, que, por sua vez, têm o poder de decidir a composição dos nove membros do Conselho de Administração da *holding*. A função dos conselheiros é determinar as políticas e estratégias para a condução dos negócios, bem como monitorar a implementação das diretrizes deliberadas pelos diretores executivos<sup>219</sup>.

Como parte considerável da rentabilidade do setor sucroalcooleiro é oriunda das exportações, a flutuação no preço das *commodities* ocasionada pela crise financeira de 2007 desacelerou esse mercado. Como é possível perceber na tabela 2, presente na seção 3.1, a partir de 2008 iniciou-se um movimento gradativo de desaquecimento no crescimento da produção de cana-de-açúcar, chegando a apresentar o primeiro decréscimo em 11 anos na safra 2011/2012, com a produção de 560.993.790 toneladas, frente a 624.501.165 toneladas da safra anterior.

Mesmo com as instabilidades nos preços das *commodities* e consequente queda na produção de cana-de-açúcar e seus derivados, a Cosan sempre apresentou lucro líquido positivo. Ainda assim, sobretudo a partir de 2008, a companhia intensificou sua expansão para áreas além de seu negócio principal, afeiçoando-se como grande conglomerado.

Como foi possível perceber nesta subseção, a Cosan, que já era consolidada como uma das maiores empresas do Brasil e do mundo no ramo de produção de açúcar e etanol no século XX, intensificou seu processo de expansão durante os anos 2000. O subcapítulo se concentrou em elencar a ampliação horizontal dos negócios da corporação, que se

---

<sup>218</sup> Época Negócios. Por que ele desafiou a Bolsa. Disponível em: <http://twixar.me/24BT>. Acesso em 07/02/2020.

<sup>219</sup> Relatório Anual Cosan 2008, p. 68.

caracterizou, fundamentalmente, pelo escalonamento do número de usinas através da aquisição de unidades de terceiros.

Ademais, foi possível perceber uma das principais fontes de financiamento do grupo, que consistiu na abertura de seus capitais não apenas no mercado de ações brasileiro, mas também no exterior, o que realça a interpenetração de capitais locais na profusão expansiva das atividades da entidade. Essa modalidade de aporte se difere dos créditos, que são movidos, fundamentalmente, pelas necessidades de produção e geração real de riqueza. Esse processo de financeirização, como exposto no primeiro capítulo, afluí seu desempenho através da negociação de títulos já emitidos em mercado secundário. A prioridade desta dinâmica consiste na maximização do valor acionário, que, geralmente, se valoriza em relativo descompasso com a escala produtiva. A próxima subseção tratará, de forma mais detida, do processo de centralização de capitais da Cosan, de modo a evidenciar a relevância dos capitais estrangeiros no decurso de seu crescimento.

### **3.2.2 – Centralização de capitais, mais uma etapa de fortalecimento dos elos com o capital multinacional**

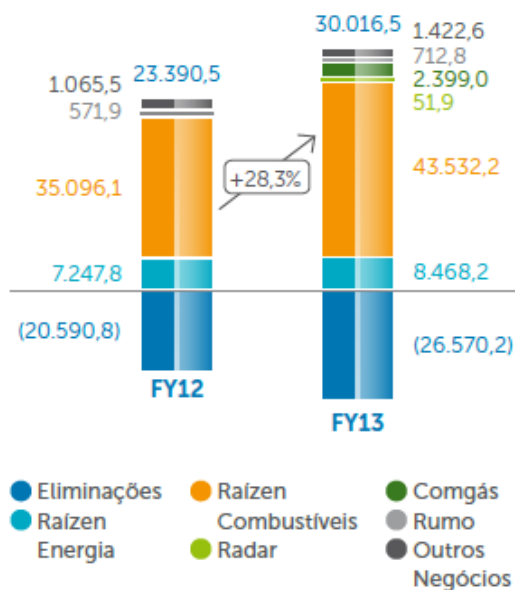
A Cosan Limited, *holding* da Cosan S.A., chegou em 2016 com uma ampla rede de propriedade. Como é possível perceber a partir do organograma de seus acionistas e do grupo econômico (anexo 4), a controladora obtinha participação direta em, pelo menos, 60 empresas. A atuação da corporação abrange, além da produção e distribuição de etanol e açúcar, os setores de logística, arrendamento fundiário, biomassa, bem como produção e distribuição de lubrificantes.

Esta subseção tratará do processo de centralização de capitais do grupo, tendo como marco o início da oferta pública de suas ações no mercado financeiro, em 2005. *Centralização de capitais* é aqui compreendido na chave marxiana, que, em linhas gerais, consiste em um

processo de absorção de uma empresa pela outra, sendo essa ampliação usualmente efetuada para áreas alheias ao negócio principal da corporação<sup>220</sup>.

Dentre as diversas empresas e controladoras subordinadas à Cosan, será concedido centralidade na análise de cinco de suas subsidiárias, quais sejam, a Rumo Logística, a Radar Propriedade, a Comgás, a América Latina Logística/Rumo, Cosan Lubrificantes/Moove e a Raízen (energia e combustíveis). Essa escolha se deu devido ao fato de tais atividades perfazerem mais de 90% da receita líquida da corporação, como se pode notar na figura 1 a seguir, que expõe o resultado líquido das subsidiárias do grupo em 2012 e 2013 e, portanto, no período em que a Cosan já tinha consolidado a parceria com a Shell e expandido seus negócios para os ramos de logística e distribuição de energia.

**Figura 1** - Receita Líquida da Cosan S.A. nos anos fiscais de 2012 e 2013, por ramo de atuação



<sup>220</sup> LOWY, Michael; DUMÉNIL, Gérard; RENAULT, Emmanuel. *100 palavras do marxismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.



Um grande flanco aberto pela Cosan foi no setor de logística. Em 2008, a companhia se articulou com as empresas Rezende Barbosa e o Grupo NovAmérica para criar a Rumo Logística, com capacidade para armazenar e embarcar, respectivamente, 435 mil e 8,5 milhões de toneladas de açúcar e grãos por ano<sup>221</sup>. No decorrer dos anos, a Rumo expandiu seus negócios de modo a oferecer serviços de armazenagem e de transportes multimodais – rodoviário, ferroviário e embarque marítimo. Em 2012, a companhia era a maior operadora mundial para a exportação de açúcar, com capacidade para embarcar 13 milhões de toneladas e armazenar mil toneladas de açúcar e grãos<sup>222</sup>.

No mesmo ano (2012), a Rumo fechou um acordo com a América Latina Logística (ALL), maior companhia ferroviária do país. A subsidiária da Cosan se comprometeu em injetar R\$ 1,2 bilhão para a ALL ampliar a malha ferroviária, incrementando o trecho Itapina (SP) e o topo da Serra do Mar. Em contrapartida, conquistava a possibilidade de transportar seus produtos do interior paulista até os terminais do Porto de Santos por via férrea. Esse acordo, entretanto, se transformou em um dos maiores litígios entre capitais privados do ramo sucroalcooleiro.

Por um lado, a Cosan alegava que havia investido o dinheiro, mas as obras não haviam sido executadas. Por outro, a ALL argumentava que não pode efetivar o empreendimento por conta de problemas com licenças ambientais, devido ao fato de haver reservas indígenas no meio do trajeto da malha férrea pretendida. Em um imbróglcio que envolveu outros agentes do grande empresariado além de Rubens Ometto, como Carlos Alberto Sicupira<sup>223</sup>, Wilson de Lara<sup>224</sup> e o “banqueiro do Abílio [Diniz]”, Pércio de Souza<sup>225</sup>, as fricções judiciais só foram solucionadas através de uma câmara de arbitragem, em outubro de 2013.

---

<sup>221</sup> Relatório Anual Cosan 2007.

<sup>222</sup> Relatório Anual Cosan 2011, p. 13.

<sup>223</sup> Alberto Sicupira é o quinto homem mais rico do Brasil, tendo atuado junto a Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles em negócios como a transformação da Brahma em Ambev, a fundação da GP Investimentos, a alavancagem das Lojas Americanas, dentre outros.

<sup>224</sup> Pércio de Souza é um assessor fundador da empresa Estáter, especialista em fusões e aquisições. Ele ganhou destaque por assessorar Abílio Diniz na expansão do Pão de Açúcar.

<sup>225</sup> Pércio de Souza é um assessor fundador da empresa Estáter, especialista em fusões e aquisições. Ele ganhou destaque por assessorar Abílio Diniz na expansão do Pão de Açúcar.

Depois de diversas tentativas de consenso com nenhuma das partes dispostas a ceder, estas resolveram estabelecer a fusão entre as duas empresas, ficando os acionistas da Rumo (Cosan, Gávea e Texas Pacific Group) com 36,5% das ações e nove dos 17 conselheiros, partilha que foi batizada pelos executivos da Cosan como “presente de natal” para a ALL. Por outro lado, a Cosan assumiu o comando do negócio<sup>226</sup>. Desse modo, a Rumo chegou em 2016 com mais de 12 mil quilômetros de ferrovias nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo<sup>227</sup>.

Ainda em relação à ampliação dos segmentos da Cosan, um quesito fundamental foi a relação do grupo com o capital estrangeiro, fenômeno demarcado pela inserção da corporação em áreas de alta competitividade e já bem consolidadas pelo empresariado multinacional. A combinação entre expansão das atividades para áreas correlatas e vínculo com o capital externo pode ser notada já em 1996, quando foi desenvolvido o terminal de carregamento de açúcar no porto de Santos, em sociedade com o grupo inglês Tate & Lyle. Em 2005, em parceria com os grupos brasileiros Crystalsev e NovAmérica, com o consultor Plínio Nastari<sup>228</sup> e com a norte-americana Cargill (EUA), foi instituído o Terminal de Exportação de Álcool Santos (Teas), o que diminuiu seus custos de operação. No início de 2018, o Teas foi adquirido pelo Terminal Químico do Porto de Santos (Tequimar), pertencente ao grupo Ultra.

Em abril de 2008, a Cosan incorporou os negócios de uma *major*<sup>229</sup> petrolífera através do contrato com a norte-americana ExxonMobil International Holdings para adquirir a Esso Brasileira de Petróleo Ltda. e afiliadas. Com o custo de US\$ 954 milhões, a companhia incorporou as atividades de distribuição (atacado, varejo e abastecimento das companhias de aviação) da Esso, bem como a fabricação e comercialização de lubrificantes. O ramo da distribuição passou a ser o mais importante do grupo em termos de vendas e, a partir desse

---

<sup>226</sup> RYDLEWSKY, Carlos. Os segredos da fusão Rumo-ALL. *Época Negócios*, Rio de Janeiro, 24 ago. 2014. Disponível em: <http://twixar.me/3jBT>. Acesso em: 07/02/2019.

<sup>227</sup> Relatório sustentabilidade Cosan, 2015-2016.

<sup>228</sup> Plínio Nastari é presidente da Datagro Consultoria Ltda., uma das principais empresas de consultoria independente do mundo especializada em mercado agrícola.

<sup>229</sup> *Majors* é como ficaram conhecidas as maiores companhias transnacionais de petróleo, que dominaram esse mercado em boa parte do século XX. São as seguintes: Royal Dutch Shell, British Petroleum, ExxonMobil, Mobil (que se fundiu com a Exxon), Texaco, Standard Oil of California e Gulf Oil.

empreendimento, a Cosan se tornou a primeira corporação do setor sucroalcooleiro a estar verticalmente integrada, atuando em todos os elos da cadeia produtiva, desde o cultivo, colheita e processamento da cana, até a distribuição, transporte e exportação de açúcar e combustíveis<sup>230</sup>.

O campo de produção e distribuição de lubrificantes, ademais, foi demarcado por um movimento de internacionalização de capitais. Desde 2011 a empresa possui o direito de comercialização da marca Mobil na Bolívia, Uruguai e Paraguai, além do Brasil. Em 2012, adquiriu a Comma Oil & Chemicals Limited, que produz e distribui lubrificantes para mais de 40 países da Europa e Ásia. Em 2012, passou a distribuir óleos da marca Ultra-S no Brasil, como resultado de uma parceria com a empresa sul-coreana S-Oil. Chegou em 2013 obtendo a segunda maior participação no mercado de lubrificantes no Brasil, atrás da Petrobras e, no final de 2016, alterou seu nome de Cosan Lubrificantes para Moove, tendo marca própria, a exemplo de seus demais segmentos à época (Comgás, Raízen, Rumo e Radar)<sup>231</sup>.

O maior incremento de seu ramo distributivo, no entanto, ocorreu em 2010, através da conformação do maior negócio do grupo. Neste ano, a Cosan anunciou a criação de uma *joint venture*<sup>232</sup> com a anglo-holandesa Shell International Petroleum Company. A parceria implicou na criação da subsidiária Raízen, a partir da junção entre as atividades no ramo sucroalcooleiro por parte da empresa brasileira e de distribuição por parte do grupo estrangeiro, com controle dividido igualmente, conforme os termos da tabela 4.

**Tabela 4** - Proposta de *Joint Venture* entre Cosan e Shell, em agosto de 2010

<b>Contribuição da Cosan</b>	<b>Contribuição da Shell</b>
Todas as usinas de Açúcar e Álcool	Segmento de distribuição e varejo de combustíveis no Brasil, inclusive de combustíveis de aviação
Todos os projetos de cogeração	Participação nas ações de duas companhias (Iogen e Codexis), que atuam em P&D de etanol de
Segmento de distribuição e varejo de combustíveis	

<sup>230</sup> Relatório anual Cosan S.A, 2008.

<sup>231</sup> Relatório Sustentabilidade Cosan 2012-2013; 2015-2016.

<sup>232</sup> Joint venture é uma expressão de origem inglesa, que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum.

Dívida líquida de US\$ 2,524 bilhões	segunda geração.
Dívida com o BNDES de R\$ 500 milhões	Aporte de US\$ 1,6 bilhão

Fonte: MOREIRA, Lourenço L. S. M. *A corporação Cosan e a conquista de um território em torno de sua usina de etanol em Jataí, Goiás (2007-2012)*. Dissertação de mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 53.

Subordinada à Raízen, foram criadas duas empresas, a Raízen Energia - responsável por todas as usinas e, portanto, por toda a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia<sup>233</sup> -, e a Raízen Combustíveis, que ficaram a cargo de gerir o sistema de distribuição de combustíveis, ambas com 50% de participação de cada uma das partes. Com o firmamento da parceria, o grupo passou a ser o segundo maior distribuidor do país, com uma rede de postos com mais de 4,5 mil unidades, além das 23 usinas com capacidade de moagem de 60 milhões de toneladas de cana e produção de 1 milhão de toneladas de açúcar<sup>234</sup>.

Um fator emblemático nessa cooperação foram os termos do Acordo Vinculante para criação da *joint venture*, que garantiu à Shell a possibilidade de compra da participação da Cosan no negócio em 2020, ainda que o contrário possa ocorrer em 2025, caso a corporação estadunidense abdique de seu direito de comprar a integralidade das ações. Esses termos, como destaca Artur Cardoso<sup>235</sup>, realçam o padrão especulativo da Cosan, uma vez que o acordo mais pareceu com uma operação de aquisição do que com uma *joint venture*, como ressaltou o analista da Bloomberg, Salim Morsy<sup>236</sup>.

A Cosan possuía, em 2007, 300 mil hectares de terras sob sua propriedade, o que equivale a quase o dobro da área da cidade de São Paulo (152.100 ha). Nesse mesmo ano, o grupo constituiu a Radar Propriedades Agrícolas S.A., subsidiária responsável por efetuar especulação imobiliária. Embora a Cosan fosse incumbida pela administração do negócio, parcela majoritária das ações (81,1%) era do fundo de pensão dos Estados Unidos

<sup>233</sup> Cogeração de energia é a geração de energia elétrica a partir da água aquecida a partir da queima do bagaço da cana-de-açúcar.

<sup>234</sup> Relatório Anual Cosan S.A., 2011.

<sup>235</sup> CARDOSO, Artur M. *Burguesia brasileira nos anos 2000: um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados*. Dissertação de mestrado em Ciências Econômicas. Campinas: Unicamp, 2014. p. 80-81.

<sup>236</sup> apud CARDOSO, *op. cit.* p. 80.

denominado Teachers Insurance Annuity Association – College Retirement Equities Fund (TIAA-CREF), corporificados na *holding* Marsilla Participações<sup>237</sup>.

A nova companhia era incumbida de identificar e adquirir áreas com potencial de valorização para arrendá-las ou vendê-las. Seu objetivo principal era construir uma carteira variada, com ênfase em terras destinadas ao cultivo de culturas como cana-de-açúcar, soja, algodão, milho e eucalipto<sup>238</sup>. Ou seja, os recursos inseridos neste empreendimento funcionam como capital a juros, que são remunerados conforme a valorização lastreada na variação do preço da propriedade, independentemente dos negócios que a empresa venha a realizar na mesma, caráter proeminente na era da finança capitalista, como destacado no primeiro capítulo.

No relatório de 2008, a Cosan utiliza como justificativa para a sua inserção no mercado de terras a questão energética e alimentícia em escala mundial:

A Cosan tem observado a tendência de valorização das propriedades no mundo todo, devido ao aumento da demanda por alimentos e biocombustíveis. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa de Políticas Agrícolas e de Alimentos dos Estados Unidos (FAPRI US), para *suprir a necessidade alimentícia da população mundial* haverá a necessidade de se ampliar a produção agrícola em 153 milhões de hectares até 2015. O Brasil possui 9,4% das áreas agricultáveis disponíveis no planeta<sup>239</sup>.

Acontece que, no decorrer da explanação, a corporação expõe como meta a construção de um portfólio concentrado em terras voltadas para o cultivo da cana-de-açúcar, soja, algodão, milho, eucalipto, dentre outras. Ou seja, destoando de sua justificativa, a prioridade da corporação no mercado de terras é auferir renda através do cultivo de insumos baseados na monocultura e que, portanto, não exercem função elementar na cadeia alimentícia. No parágrafo seguinte, porém, o Grupo trata com maior sinceridade seu intuito de atuar nesse nicho especulativo, realçando que pretende se beneficiar da valorização fundiária

---

<sup>237</sup> Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015. p. 7.

<sup>238</sup> Relatório Anual Cosan 2008, p. 13.

<sup>239</sup> Relatório Anual Cosan 2008, p. 28, grifo nosso.

decorrente da expansão de suas novas unidades produtivas, como a apreciação de 36% das propriedades situadas em torno das usinas que estavam para ser construídas, em Goiás<sup>240</sup>.

Em 2009, a Radar havia investido R\$ 400 milhões, tendo sobre sua gerência 62 mil hectares de terras, distribuídas em 34 propriedades. No final de 2012, a corporação possuía 392 fazendas, que totalizavam uma área de 151.468 hectares, distribuídas nos estados de São Paulo, Maranhão, Bahia, Mato Grosso e Goiás, propriedades que equivalem R\$ 2,35 bilhões<sup>241</sup>. É notório o efeito inflacionário desse processo quando se verifica a elevação média do preço do mercado de terras de 56% entre 2011 e 2012, e 117% entre 2011 e 2012<sup>242</sup>.

A TIAA-CREFF, acionista majoritária da companhia, é um fundo de pensão vinculado aos professores universitários dos Estados Unidos que, em 2015, possuía cerca de US\$ 866 bilhões para aplicar em diversas modalidades de negócio. A legislação brasileira define que, no máximo, 25% da extensão de um município podem ficar sob propriedade de capitais estrangeiros<sup>243</sup>. Todavia, dada a estrutura de propriedade da Radar aqui já elencada, que imputou à Cosan a administração da empresa, a concentração de terras sob julgo da entidade estadunidense fica escondida, configurando o que é reconhecido nos meios jurídicos como “avariamento legal”, que consiste na utilização de instrumentos não reconhecidos para descumprir a legislação em vigor<sup>244</sup>.

No segundo semestre de 2016, pelo custo de R\$ 1,1 bilhão, a TIAA-CREF passou a deter a integralidade das ações preferenciais<sup>245</sup> da Radar, passando a obter 97% da

---

<sup>240</sup> *op. cit.* p. 28.

<sup>241</sup> 241 Relatórios anuais Cosan 2009 e 2011.

<sup>242</sup> Rede Social de Justiça e Direitos Humanos... *op. cit.* p. 9.

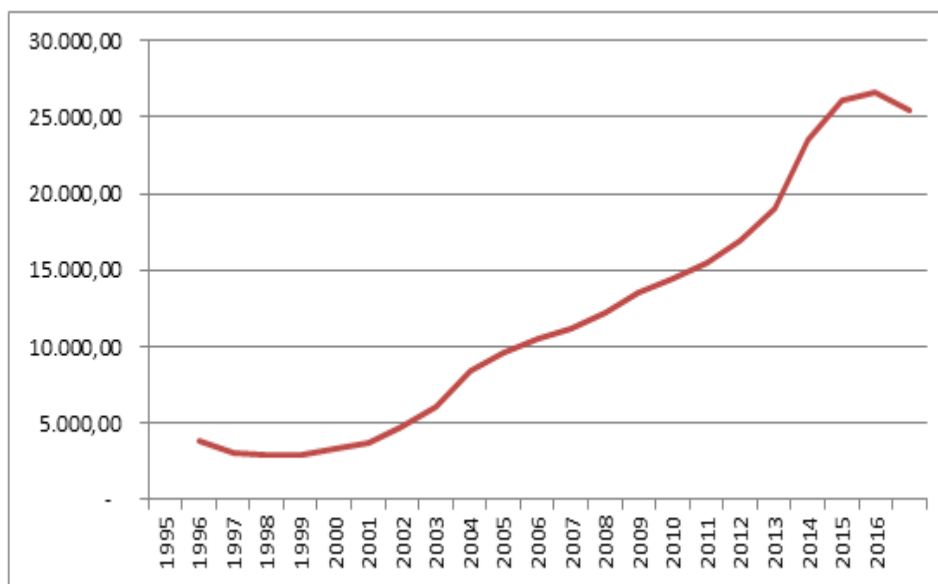
<sup>243</sup> Como dispõe o Artigo 6º do capítulo III da Instrução Normativa nº 94, de 17 de dezembro de 2018: “A soma das áreas pertencentes ou arrendadas a pessoa estrangeira, natural ou jurídicas, ou a pessoas jurídicas brasileiras equiparadas à pessoa jurídica estrangeira, não poderão ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) da superfície territorial do Município de localização do imóvel pretendido, devendo ser tal limite percentual comprovado por certidão do Registro de Imóveis, com base no Livro Auxiliar de que trata o art. 15, do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974”. In: BRASIL. *Instrução Normativa n. 94, de 17 de dezembro de 2018*. Brasília, 17 dez. 2018. Seção 1. Disponível em: <http://twixar.me/yRBT>.

<sup>244</sup> Rede Social de Justiça e Direitos Humanos... *op. cit.* p. 21.

<sup>245</sup> Os detentores das ações preferenciais têm prioridade na recepção dos dividendos, tendo, segundo a Lei de Sociedades Anônimas, uma das seguintes vantagens: (1) dividendo mínimo como percentual do lucro, patrimônio ou valor fixo ou (2) direito a dividendo pelo menos 10% do que for pago aos detentores das ações ordinárias. AGUILLAR, Beatriz. *Ações preferenciais*. Clear Corretora. 09 dez. 2017. Disponível em: <http://twixar.me/WPBT>. Acesso em 08/02/2020.

participação econômica. Apesar disso, o controle permaneceu com a Cosan<sup>246</sup>. Esta não explanou a justificativa da cessão de sua parte no capital da empresa, realçando apenas que “o desinvestimento foi uma decisão acertada da companhia”, mas optaram por manter a participação na empresa por conta da “expertise” que acumularam nesse negócio<sup>247</sup>.

**Gráfico 6 - Valor médio da terra nua\* no estado de São Paulo (R\$/ha)\*\***



\*Considerado apenas a terra de cultura de primeira<sup>248</sup>

\*\*Mês de levantamento: novembro

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (Instituto de Economia Agrícola). Elaboração própria. Disponível em: <http://twixar.me/5YBT>. Acesso em: 08/02/2020.

Entretanto, embora não haja indícios suficientes para instituir uma relação causal entre o valor fundiário e o desinteresse da Cosan na Radar, havemos de considerar a queda histórica no valor médio do preço da terra nua<sup>249</sup> no estado de São Paulo. Quebrando a

<sup>246</sup> MANDI, Carolina; ADACHI, Vanessa. Estrangeiras acham saída para investir em terras. Valor Econômico.

<sup>247</sup> Relatório sustentabilidade Cosan 2015-2016. p. 6.

<sup>248</sup> Terras de cultura de primeira são aquelas potencialmente aptas para culturas anuais, perenes e outros usos, que suporta manejo intensivo de práticas culturais, preparo de solo, etc. É terra de produtividade média e alta, mecanizável, plana ou ligeiramente declivosa, sendo as que usualmente são utilizadas para o cultivo de cana-de-açúcar, soja e milho.

<sup>249</sup> Uma outra ressalva é que o valor da terra irá variar conforme a localização do imóvel, tamanho da propriedade, condições do solo, etc., quesitos desconsiderados na mensuração do preço da terra nua.

trajetória de crescimento que ocorria desde 1997, o valor médio da terra paulista passou de 26.656,18 R\$/ha em 2015 para 25.464,2 R\$/ha em 2016 (gráfico 6).

O último grande setor para o qual a Cosan centralizou seus capitais foi no serviço público de fornecimento de gás natural. Em 2012, a corporação adquiriu do grupo britânico BG Group 60,1% do capital da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) por R\$ 3,4 bilhões. Até então, a empresa era a maior distribuidora de gás natural do país. Com uma rede consolidada de 10.938 quilômetros, ela atendia 71 cidades nas regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba.

Conformando mais uma aquisição de empresa com expressiva consolidação, esse ramo de atuação implicou em um significativo incremento na rentabilidade da Cosan. Logo no primeiro trimestre do ano fiscal de sua aquisição (2012-2013), os proventos oriundos da Comgás, concomitante à venda da Cosan Alimentos ocorrida na mesma época, angariaram um aumento de 264,4% no lucro líquido do grupo, quando comparado ao primeiro trimestre do período anterior (2011-2012)<sup>250</sup>. Desse modo, a Cosan S.A. chegou em 2016 com os capitais concentrados em quatro grandes subsidiárias, atuando nos setores de cogeração de energia elétrica, produção e distribuição de açúcar e combustíveis (Raízen); logística por meio de transportes multimodais (Rumo Logística); fabricação e comercialização de lubrificantes (Moove); bem como a distribuição pública de gás natural (Comgás). A esses empreendimentos, soma-se as atividades da Radar Propriedades, que, em termos relativos, não contribui de forma fundamental nas receitas do grupo (tabela 5), mas aufere sua rentabilidade sem lastro na produção e fornece contributos para a reprodução interna do capital multinacional.

Esta subseção buscou elencar a forma pela qual se deu o processo de centralização de capitais do grupo, realçando seus principais eixos de atuação e algumas de suas contradições. Foi possível perceber uma corporação marcadamente embrenhada com as finanças não apenas pela sua inserção na Bolsa de Valores, exposto na subseção anterior, mas também via especulação fundiária por meio de sua subsidiária, Radar Propriedades. Além disso, notou-se uma relação orgânica entre a companhia e o capital multinacional. Com todos os seus ramos

---

<sup>250</sup> Relatório Anual Cosan 2012. p. 18.



de atuação consolidados pelo empresariado estrangeiro, a Cosan S.A. divide a participação acionária com a anglo-holandesa Shell em sua principal subsidiária (Raízen), e os capitais de sua *holding* são negociados na Bolsa de Nova York, sendo seus acionistas aptos a participarem de suas assembleias gerais.

O próximo subitem será dedicado a tecer algumas notas acerca do endividamento da Cosan, seu vínculo com os créditos estatais e a exploração da força de trabalho em seus campos produtivos. Tais elementos são aqui considerados como os nós górdios de sua estratégia de acumulação. Desse modo, procurar-se-á evidenciar que a concentração dos proventos da corporação é eminentemente contraditória, alicerçada sob os auspícios das finanças, bem como dos capitais estatal e estrangeiro, sendo o preço dessa antinomia arcado pelas frações mais vulneráveis da sociedade.

### **3.2.3 – Notas sobre endividamento, crédito estatal e exploração da força de trabalho: o preço do crescimento**

Como foi possível perceber na subseção anterior, desde a abertura de seus capitais na Bolsa de Valores (2005) a Cosan adentrou em um intenso processo de expansão vertical e horizontal de seus negócios. Em menos de dez anos (2006-2016), o grupo, que atuava principalmente nos setores de produção de açúcar, etanol e cogeração de energia, passou a abarcar em seu portfólio os setores de distribuição de combustíveis, produção de lubrificantes, logística a partir de diversos modais, serviço público de gás natural e arrendamento fundiário.

Embora os setores de produção e de distribuição de energia atuem de forma compassada, a partir de 2010 este último segmento adquiriu proeminência quando comparado aos demais. Como aqui já elencado, os postos de distribuição já eram um setor bem consolidado pelo capital multinacional corporificado na Shell, que instituiu *joint venture* com a Cosan naquele ano.

Como é possível perceber com base nos dados da tabela 5, a receita operacional líquida do segmento de combustíveis é muitas vezes superior a de qualquer outro setor, chegando a somar, em 2016, mais de R\$ 68 bilhões, resultado sete vezes superior ao segundo

ramo de maior rentabilidade (açúcar, etanol e cogeração). Essa alta rentabilidade também esteve fortemente atrelada à expansão da produção de veículos bicombustíveis<sup>251</sup>.

Pelo menos desde 2001, a Cosan figura na lista dos 200 maiores grupos do Brasil, pelo ranking elaborado pelo Valor Econômico, ocupando, naquele ano, o 138º lugar. Após a parceria com a Shell e do incremento de suas subsidiárias a corporação chegou em 2011 no 22º lugar<sup>252</sup>. Em 2016, a Raízen atingiu o 6º lugar na lista das 200 maiores, formulada pela Exame<sup>253</sup>.

**Tabela 5** - Receita Operacional Líquida Raízen (Energia e Combustíveis), Rumo Logística, Cosan Lubrificantes (Moove), Comgás e Radar Propriedades (R\$ milhões)

	2012-2013	2013	2014	2015	2016
Raízen Energia	8.500,00	7.075,30	6.622,40	11.080,80	9.267,50
Raízen Combustível	43.500,00	35.462,80	41.029,60	61.412,90	68.143,00
Rumo Logística	5.300,00	917,70	4.132,80	4.037,90	5.015,00
Cosan Lubrificantes (Moove)	1.400,00	1.542,90	1.632,60	1.751,70	1.883,60
Comgás	718,80	6.300,00	4.777,50	8.349,20	7.541,80
Radar Propriedades	86,90	70,10	126,00	102,70	-
Total	79.860,70	51.368,80	58.320,90	86.735,20	91.850,90

\* Dados de janeiro a setembro

\*\*Safra de abril a dezembro 2016/2017

Fonte: Relatórios anuais e Demonstrações Financeiras Cosan S.A., diversos anos. Elaboração própria.

A conquista de tais resultados e a conformação desse conglomerado, todavia, não se deram de forma linear, tampouco foi resultado unicamente da *expertise* empreendedora de seus executivos. De forma distinta, o decurso de sua expansão foi demarcado por contradições que não são exclusividades da Cosan, até mesmo por estarem atreladas ao caráter mais geral da estrutura do capitalismo brasileiro, e se conformaram a partir de três eixos basilares. O primeiro deles consiste na interpenetração da corporação nas dinâmicas atinentes à financeirização, o segundo compreende o estrito vínculo da corporação com o capital estrangeiro e, por fim, pode-se destacar a forte dependência do Estado para o incremento de

<sup>251</sup> Ver seção 3.1.

<sup>252</sup> CARDOSO, Artur M. Burguesia brasileira nos anos 2000: um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados. Dissertação de mestrado em Ciências Econômicas. Campinas: Unicamp, 2014. p. 74.

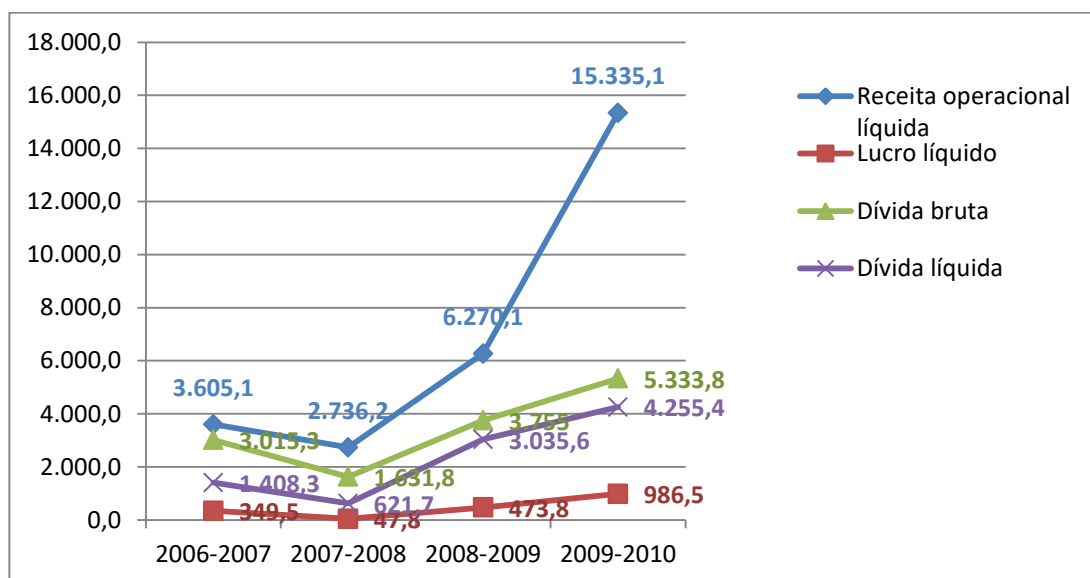
<sup>253</sup> Disponível em: <http://twixar.me/JKRT>. Acesso 09/02/2020.

seu desempenho. Esses quesitos se desenvolvem de forma complexa e embrenhada e estão calcados, por sua vez, na intensificação da exploração da força de trabalho.

No que concerne ao elo dos negócios do grupo com as finanças, compreendendo tanto a esfera do mercado financeiro quanto as distintas modalidades de contração de crédito, o subcapítulo anterior já realçou algumas considerações acerca da abertura de capitais da corporação na Bovespa e na Bolsa de Nova York. Porém, a substância da galvanização dos capitais da Cosan também ocorreu através de um processo concomitante de endividamento.

Como é possível perceber a partir dos indicadores do gráfico 7, em todo o período abarcado (2006-2010)<sup>254</sup> as dívidas da corporação estiveram sempre acima de seu lucro líquido. Sua dívida bruta aumentou gradativamente a partir do exercício social de 2008, passando de R\$ 1,6 bilhão neste ano para pouco mais de R\$ 3 bilhões em 2009, chegando em 2010 em R\$ 5,3 bilhões.

**Gráfico 5** - Receita operacional líquida, lucro líquido, dívida bruta e dívida líquida da Cosan S.A. entre 2007 e 2010 (em R\$ milhões)



Fonte: relatórios anuais Cosan S.A., diversos anos. Elaboração própria.

<sup>254</sup> Não foi possível estender o período do gráfico até 2016, pois, a partir de 2011, a Cosan passou a suprimir de seus relatórios anuais, pelo menos de forma direta, os valores de suas dívidas líquida e bruta.

Um fator que é pertinente frisar é o resultado sempre positivo de sua dívida líquida, que quase setuplicou entre 2008 e 2010 (R\$ 621,7 milhões e R\$ 4,2 bilhões, respectivamente). A dívida líquida representa o montante da dívida bruta descontando-se o caixa líquido (disponibilidades) da corporação. Portanto, uma dívida líquida positiva significa que o grupo não possui caixa suficiente para arcar com todas as suas obrigações financeiras, caso todas elas forem executadas<sup>255</sup>. Essa nuance realça outra faceta da financeirização da Cosan, que retroalimenta sua estratégia de desenvolvimento subordinada a uma esfera cuja remuneração dos credores se dá à revelia do desempenho operacional da corporação.

A tabela 6 expõe os empréstimos e financiamentos da Cosan S.A. realizados entre 2007 e 2016. Ao observar-se o montante total de crédito captado por ano, pode-se perceber o aumento expressivo desse número a partir de 2010, ultrapassando a casa dos R\$ 5 bilhões. Esse foi o período em que a corporação firmou, além da Raízen, a expansão para os ramos de distribuição de gás e a parceria com a América Latina Logística. Como realça o próprio Rubens Ometto em matéria da revista Exame, a expansão das atividades do grupo ocorreu fundamentalmente através do endividamento<sup>256</sup>.

**Tabela 6** - Empréstimos e financiamentos Cosan S.A. – 2007-2016 (em R\$ milhares)

Descrição	Indexador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Senior Notes Due 2009	Dólar (US)	416.337	60.415	86.456	-	-	-	-	-	-	-
Senior Notes Due 2014	Dólar (US)	828.430	686.559	936.704	631.246	576.814	322.654	-	-	-	-
Senior Notes Due 2017	Dólar (US)	-	-	936.704	720.573	658.954	368.601	-	-	-	-
Senior Notes Due 2018	Pré-fixado	-	-	-	-	-	-	873.589	853.583	875.376	168.163

<sup>255</sup> REIS, Tiago. Dívida bruta: fator importante para a saúde financeira de um negócio. Suno Research, 28 jul. 2018.

<sup>256</sup> “Sempre disseram que eu estava endividado. A verdade é que eu sempre soube fazer minhas contas.”, expôs o empresário em entrevista para a Exame. Ver: Isto é Dinheiro. Rubens Ometto. 15/12/2010. Disponível em: <http://twixar.me/MMBT>. Acesso em 08/02/2020.

Senior Notes Due 2023	Dólar (US)	-	-	-	-	-	-	1.086.716	1.212.136	2.009.296	322.062
Senior Notes Due 2027	Dólar (US)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.304.384
Bônus perpétuos	Dólar (US)	933.630	774.154	-	810.896	1.236.209	930.094	1.186.221	1.241.142	1.976.673	1.650.089
IFC	Dólar (US)	137.649	99.020	-	-	-	-	-	-	-	-
Resolução 2471	IGP-M	501.902	551.828	-	603.504	674.392	316.108	-	-	-	-
Resolução 2472	Varição do preço do milho	1.394	725	-	-	-	-	-	-	-	-
Resolução 2473	Pré-fixado	-	-	-	121	144	53	-	-	-	-
Notas promissórias comerciais	DI - Depósitos Interbancários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	URTJLP	-	-	-	1.057.775	1.308.034	683.586	-	-	-	-
BNDES	Pré-fixado	-	-	-	-	242.508	185.568	-	-	-	-
BNDES	UMBND	-	-	-	-	38.947	18.365	-	-	-	-
BNDES	Dólar (US)	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-
BNDES	TJLP	-	-	-	-	-	-	526.716	349.231	176.900	137.130
BNDES	Selic	-	-	-	-	-	-	159.894	238.366	298.258	313.395
BNDES	TJ462	-	-	-	-	-	-	525.636	736.511	834.565	651.371
Cédula de crédito bancário	CDI	-	-	-	61.444	31.378	-	-	-	-	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)	Dólar (US)	-	-	-	296.375	228.229	138.369	-	-	-	-
Pré-pagamentos	Dólar (US) + Libor	-	-	-	980.553	736.472	507.454	-	-	-	55.641
Nota de crédito	123,4% CDI	-	-	-	378.748	-	-	-	-	-	-
Nota de crédito	110% CDI	-	-	-	-	303.719	341.226	393.646	-	-	-
Nota de crédito	Dólar (US)	-	-	-	182.831	314.105	52.891	-	-	-	-
Nota de crédito	Pré-fixado	-	-	-	-	10.142	-	-	-	-	-
Finame	Pré-fixado	-	-	-	106.225	705.178	397.515	277.298	2120	164	105
Finame	URTJLP (taxa de juros)	-	-	-	94.775	187.336	337.091	-	7.999	-	-

	6,66%)										
Finame	URTJLP (taxa de juros 6,94%)	-	-	-	-	-	-	428.916	454.892	-	-
Finame	Dólar (US)	-	-	-	84	-	-	-	-	-	-
Finame	UMBND					-	16	-	-	-	-
Crédito Rural	Pré-fixado	-	-	-	-	92.352	20.460	-	-	-	-
Capital de giro	Libor, IGP-M, Pré Fixado, Dólar (US) + Libor (todas as modalidades somadas)	-	-	-	-	-	415.422	-	-	35.147	9.988
Arrendamento	CDI	-	-	-	-	-	-	1.068	141		-
Empréstimos no exterior		-	-	-	-	-	-	209.340	217.349	-	-
EIB	Dólar (US) + Libor	-	-	-	-	-	-	633.223	665.794	-	612.961
Resolução 4131	Dólar (US)	-	-	-	-	-	-	-	26.990	161.796	133.957
Resolução 4131	Dólar (US) + Libor (diversas modalidades de juros somadas)	-	-	-	-	-	-	413.477	432.548	877.393	440.104
Finep	Pré-fixado	-	-	-	-	-	-	89.104	83.174	137.133	-
Conta Garantida	118% do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-	17.763	22.604
Outros	Diversos	40.084	46.800	25.333	56.286	62.294	-	-	7.559	-	-
Total por ano		2.859.426	2.219.501	1.985.197	5.981.436	7.407.207	5.035.484	6.804.844	6.529.535	7.400.464	6.821.954
Montante geral (2007-2016)	53.045.048										

Fonte: Demonstrações Financeiras Cosan S.A, diversos anos. Elaboração própria.

Ao efetuar uma qualificação das modalidades de tomada de crédito pela empresa, pode-se perceber algo que não confere novidade em sua estratégia de acumulação. Nos anos de 2008, 2009 e 2010, a parcela da dívida em moeda estrangeira foi de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 2,3

bilhões e R\$ 3,6 bilhões, respectivamente<sup>257</sup>, conformando parte majoritária do total das dívidas.

A tabela 7, baseada nos dados da tabela 6, elenca a natureza das principais modalidades de crédito captadas pela corporação, sendo a maior parte delas advindas do exterior (R\$ 27,9 bilhões). A maior fatia desse valor é oriunda das Senior Notes, que são títulos da dívida captados no estrangeiro, com juros baixos, e com alto grau de segurança para seus detentores, uma vez que têm remuneração preferencial em caso de liquidação da empresa<sup>258</sup>. As demais fatias do exterior advieram de bônus perpétuos (R\$ 10,7 bilhões) e, em menor grau, da International Finance Corporation (IFC), do Grupo Banco Mundial (R\$ 236,6 milhões).

**Tabela 7** - Principais modalidades de crédito direcionadas à Cosan S.A. entre 2007 e 2016 – crédito externo/crédito estatal (R\$ milhares)

Tomada de crédito com entidades estatais	BNDES	Finame	Crédito Rural	Finep	Resoluções BACEN	Total
	8.482.767	2.999.714	112.812	309.411	2.650.171	14.554.875
Tomada de crédito no exterior	Senior notes	Bônus perpétuos	IFC			
	16.935.752	10.739.108	236.669			27.911.529
Outros	ACC	Pré-pagamentos	Conta Garantida	Cédula de crédito bancário	Nota de crédito	
	662.973	2.280.120	40.367	92.822	1.977.308	5.053.590

Fonte: Demonstrações financeiras Cosan S.A, diversos anos. Elaboração própria.

Após os aportes estrangeiros, o BNDES se conformou como o principal instrumento de financiamento da empresa. Com base na tabela 7, pode-se perceber que o Banco e a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), sua subsidiária responsável por

<sup>257</sup> Relatório anual Cosan S.A, 2010. p. 46.

<sup>258</sup> CHEN, James. Senior Notes. Investopedia, 13/07/2019. Disponível em: <http://twixar.me/CMBT>. Acesso em 08/02/2020.

direcionar recursos às empresas para a compra de máquinas e equipamentos, emprestaram um total de R\$ 11,48 bilhões à corporação entre 2007 e 2016.

Embora o Crédito Rural exerça, historicamente, papel elementar para o desenvolvimento do capital agrário no Brasil, como exposto na primeira parte deste capítulo, ele não foi uma fonte de crédito expressiva para a trajetória da Cosan S.A., perfazendo o total de R\$ 112,8 milhões entre 2007 e 2016. Gama tímida também foi os desembolsos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério da Ciência e Tecnologia, que direcionou um total de R\$ 309,4 milhões no período escrutinado, sendo os recursos concentrados na pequena subsidiária do grupo chamada Cosan Biomassa, criada em 2016 para fabricar *pallets* com base na cana-de-açúcar para produzir energia elétrica através de sua queima<sup>259</sup>.

Até o fim do exercício social de 2010, o Banco havia aprovado R\$ 1,5 bilhão para inovações nas subsidiárias do grupo do ramo de cogeração de energia (Cosan Bioenergia e Barra Bioenergia)<sup>260</sup>. Somou-se a isso, a aprovação de R\$ 986 milhões para a expansão dos projetos da Rumo Logística no mesmo ano<sup>261</sup>.

No entanto, foi no eixo mais dinâmico do grupo em que foi desembolsada a maior parcela dos recursos. Entre 2005 e 2016, foram absorvidos R\$ 3,19 bilhões do Banco para a área de produção de açúcar, etanol, cogeração de energia e distribuição de combustíveis (tabela 8).

**Tabela 8** - Valor total contratado e valor desembolsado pelo BNDES na Raízen, Rumo e Comgás (R\$)

<b>Subsidiária</b>	<b>Valor contratado</b>	<b>Valor desembolsado</b>
Raízen (Energia e Combustíveis)	3.694.099.564	3.196.812.354
Rumo Logística	2.543.742.361	1.848.918.029
Comgás	3.440.351.192	3.138.815.705

<sup>259</sup> Relatório Anual Cosan 2015-2016. p. 36.

<sup>260</sup> Relatório anual Cosan S.A, 2010. p. 18.

<sup>261</sup> Relatório anual Cosan S.A, 2010. p. 7.



Fonte: Portal de consulta a operações do BNDES. Elaboração própria. Disponível em: <http://twixar.me/rlBT>

Até aqui, notamos que o paradigma de desenvolvimento da Cosan S.A. é profundamente demarcado por um vínculo estrito com o capital estrangeiro. Por um lado, essa conjunção se dá através da operação da principal subsidiária do grupo, a Raízen, baseada em uma estrutura acionária em que os ativos são fracionados igualmente, mas a geração de valor ocorre através da espoliação local dos fatores de produção.

Por outro lado, no que concerne às fontes dos recursos para além do mercado financeiro, verificamos que os capitais da corporação são fundamentalmente impulsionados pelo endividamento. Estes, por sua vez, advêm do Estado e principalmente da emissão de papéis em escala internacional, fator que fortalece uma dinâmica de valorização com relativa autonomia frente à produção.

Em entrevista à revista Isto é, em dezembro de 2010, Rubens Ometto, ao ser questionado sobre a imersão de sua companhia em dívidas respondeu: “Diziam que eu ia quebrar, que estava endividado, mas eles não calcularam o quanto meus custos caíram”<sup>262</sup>. Como já foi possível perceber, a queda desses custos não se deram pelo declínio do endividamento do grupo, de forma contrária, o ano que estava para começar (2011) foi demarcado pela maior concentração absoluta no número de dívidas, que chegou na casa dos R\$ 7,4 bilhões (tabela 6).

Ainda que careça de maiores investigações, é possível se inferir a hipótese de que a contração dos custos da Cosan se deu pelo acirramento da exploração da força de trabalho. Embora esta temática fuja dos intentos principais desta dissertação, é válido despender alguns breves parágrafos sobre o assunto. Como já exposto no capítulo 3.1, em 2007 a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) deliberou por antecipar para 2014 o prazo da deliberação nº 2.661 de 1998, que estabelecia a redução das queimadas nas áreas de cultivo de cana-de-açúcar.

---

<sup>262</sup> Isto é Dinheiro. Rubens Ometto. 15/12/2010. Disponível em: <http://twixar.me/MMBT>. Acesso em 08/02/2020.

A Cosan é uma das empresas com maior protagonismo na Unica. Dos vinte e três conselheiros deliberativos, a corporação, por meio da Raízen, é a que possui o maior número de assentos na União, com cinco representantes, incluindo Rubens Ometto<sup>263</sup>.

Em 2009, a Cosan já havia mecanizado 60% de sua colheita de cana-de-açúcar e, em 2013, chegou ao percentual de 92%, com vistas a alcançar a mecanização da integralidade de sua produção nos anos subsequentes<sup>264</sup>. A partir, sobretudo, dos anos de 1990, o salário por produção para os cortadores de cana foi uma modalidade de pagamento profundamente arraigada no Brasil. A tese de doutorado de Juliana Biondi Guainais<sup>265</sup> expõe seu trabalho de campo realizado na usina-matriz da Cosan, a Costa Pinto (Piracicaba/SP), no biênio em que a corporação estava aprofundando sua produção por conta da criação da Raízen, 2011 e 2012.

Nesta usina, o colhimento da cana-de-açúcar era realizado por trabalho terceirizado não formal, através de um esquema de negociação com pessoas encarregadas de captar mão de obra no estado da Paraíba. Diferentemente do ano anterior, em 2012 a Cosan demandou a *contratação* de apenas uma das três turmas que geralmente eram chamadas. Essa redução no contingente estava diretamente atrelada à mecanização daquela unidade de produção, que reduziu o número de coletores, e o grupo de empregados não foi incorporado como cortadores, mas como “turma de serviços gerais”<sup>266</sup>.

A “turma de serviços gerais” é incumbida por todas as atividades na unidade produtiva que não seja a colheita e plantação de cana-de-açúcar. Eles são responsáveis pela *bituca* (coleta dos restos da cana que sobram após a passagem das máquinas), pelo recolhimento do lixo do campo, incluindo as marmitas deixadas no chão após as refeições, pela retirada de pedras no meio do caminho, dentre outros afazeres. Pelo fato de suas atividades serem consideradas secundárias e menos importante, com remuneração mais precária, muitas empresas optam por contratar mulheres para realizá-las<sup>267</sup>.

---

<sup>263</sup> Dados disponíveis no sítio da entidade: <http://twixar.me/9QBT>.

<sup>264</sup> Relatório Anual Cosan, 2013. p. 48.

<sup>265</sup> GUAINAIS, Juliana Biondi. Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira. Tese de doutorado em Sociologia. Campinas: Unicamp, 2016.

<sup>266</sup> GUAINAIS, Juliana Biondi. Pagamento por produção... *op. cit.* p. 143-144.

<sup>267</sup> GUAINAIS, Juliana Biondi. Pagamento por produção... *op. cit.* p. 144.

Os trabalhadores entrevistados pela pesquisadora relataram que, diferentemente da aparência, o trabalho no *setor de serviços gerais* é mais massivo, devido ao fato de os fiscais designarem novas tarefas sem as anteriores terem sido terminadas. Diferentemente dos cortadores, sua remuneração era fixa, sendo o valor de R\$ 23,50 a diária paga naquela usina, conhecida como *diária seca*.

No entanto, os trabalhadores poderiam ganhar uma diária de até R\$ 40, caso fizessem as tarefas adicionais que os fiscais demandavam. Quem estipulava o batimento das atividades que eram exigidas, porém, eram os próprios fiscais, o que acentuava suas exigências.

Além disso, outra diferença em relação aos cortadores de cana era que a remuneração se efetuava após o término da atividade *do grupo*, ao passo que os coletores recebiam de forma individual. Isso gerava recorrentes conflitos, pois sempre havia alguém da turma que era acusado de fazer *corpo mole* enquanto os demais trabalhavam.

Assim, os trabalhadores entrevistados se queixavam da piora das condições de trabalho quando comparada às atividades relacionadas ao corte e plantio. Isso fica evidente na fala de um dos camponeses, identificado como Antonio:

Na diária anda demais, cansa muito as pernas, é fiscal demais no pé, mandando em você, aí é ruim por isso. Na produção a gente é liberto, soltou o eito e a gente já vai trabalhar, a gente tá sabendo o que vai fazer. Na diária todo dia é a mesma coisa [mesmo valor], tem usina que até paga bem a diária – paga até R\$ 30, R\$ 30 e poucos – mas tem outras que só paga R\$ 23, R\$ 25, aí fica fraco demais. O ruim dos serviços gerais é que você não pode se sentar um pouco, tem que ficar em pé direto, trabalhando, se mexendo, porque é só se mexendo mesmo, na diária é assim. Eles não deixam o trabalhador se sentar, se agachar, nem se apoiar na enxada, tem que estar se movimentando, devargazinho, mas tem que estar se movimentando<sup>268</sup>.

A nova forma de relação trabalhista nas grandes unidades de colheita e plantio de cana-de-açúcar está, portanto, cada vez mais fundamentada na contratação do trabalhador de serviços gerais, que tem pior remuneração que outrora. O pagamento fixo, que parecia vantagem frente ao cortador de cana, que recebe por quantidade produzida, se conformou em

---

<sup>268</sup> GUAINAIS, Juliana Biondi. Pagamento por produção... *op. cit.* p. 150.

um mecanismo complexo de intensificação da força de trabalho e desestabilização de possíveis formas de união e ação coletiva por parte dos trabalhadores.

Mas o acirramento da exploração não para por aí. Episódios que envolvem trabalho escravo e quebra de direitos trabalhistas embasaram a história do grupo e de suas subsidiárias nos últimos tempos. Pode-se sublinhar a demissão de 400 trabalhadores da usina Gasa, em Andraína, em 2008, que estavam em greve por melhores condições de trabalho<sup>269</sup>. A omissão do pagamento referente ao percurso dos trabalhadores da usina NovAmérica, que prestava serviço para a Cosan<sup>270</sup>. O caso da Usina Junqueira, que fornecia cana para o grupo, acusada de manter trabalho escravo, que desembocou em um julgamento controverso pelo qual a corporação foi absolvida através de uma *justificativa* que vem se tornando comum na sociedade do trabalho precarizado, a de que a contratante não tem nada a ver com as relações de trabalho de seus terceirizados<sup>271</sup>. Ou, ainda, o processo contra a Raízen instituído devido a manutenção de uma “lista suja” pela empresa, com nomes de funcionários impedidos de serem contratados em novas safras por terem acionado a justiça ou apresentado problema de saúde<sup>272</sup>. Como alertaram os autores abordados no primeiro capítulo, o desenvolvimento do capitalismo ancorado na finança capitalista incrementou a concentração de capitais através de *investimentos institucionais* com remuneração de baixa solidez, em um processo gradativo de dilatação da exploração da força de trabalho.

O objetivo deste capítulo foi elencar a estratégia de acumulação da Cosan S.A., de forma a trazer aportes para corroborar a hipótese central da dissertação, que consiste na afirmativa de que o capital estrangeiro, os recursos estatais e as *finanças capitalistas* não exerceram papel marginal nesse processo. De forma distinta, foi possível perceber uma corporação organicamente embrenhada com o capital externo, seja através da *joint venture* que se conformou como seu principal negócio, seja através do arrendamento de terras e

---

<sup>269</sup> Nessa ocasião, os trabalhadores, situados em alojamentos de qualidade precária, ganhavam em média R\$ 28,90 para dar conta de 9,3 toneladas de cana por dia. Ver: CARVALHO, Luiz. Greve na Cosan: Usina dá as costas a direitos trabalhistas. Central Única dos Trabalhadores, 14 out. 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2e2fgg4>. Acesso em 21/08/2019.

<sup>270</sup> CPT. Trabalhadores reclamam por horas não pagas por usina que presta serviços ao grupo Cosan. 31 ago. 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/y5unuh9j>. Acesso em 21/08/2019.

<sup>271</sup> Ver: HASHIZUME, Maurício. Crime amargo: causa e consequência. Rede Brasil Atual, 04 abr. 2013.

<sup>272</sup> REPÓRTER BRASIL. Raízen pode ser condenada em R\$ 10 milhões por discriminação. 19 mar. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2cpzeo6>. Acesso em: 21/08/2019.

contração de dívidas internacionais. Esse paradigma de desenvolvimento, contudo, esteve calcado no acirramento da exploração da força de trabalho sendo, inclusive, financiado, contraditoriamente, pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, que corporifica praticamente todo o desembolso dos recursos do BNDES.

## Considerações finais

Esta dissertação teve como objetivo principal a análise da estratégia de acumulação da Cosan S.A., uma das maiores empresas do país, tradicionalmente sedimentada no ramo do agronegócio. Através da averiguação de suas demonstrações financeiras e relatórios anuais, buscou-se fornecer subsídios para corroborar a conjectura de que o capital estrangeiro, as finanças capitalistas e os recursos estatais se conformaram enquanto elementos vitais no desenvolvimento da corporação.

Na primeira seção, foram elencados os pressupostos históricos e teóricos do estudo. Após uma breve história do neoliberalismo nos países centrais e na América Latina, foram realçadas as concepções de Michel Husson, François Chesnais, Gérard Duménil e Dominique Lévy acerca do entendimento de *finança capitalista*. Buscou-se, assim, alocar as classes sociais e as relações de produção no âmago da compreensão sobre o capital fictício na contemporaneidade. Junto a essa abordagem, foram efetuados breves comentários acerca do entendimento de Estado na matriz marxista-gramsciana. Por fim, o capítulo termina realçando o processo de neoliberalização brasileiro, efetuando um sucinto panorama das privatizações e da instituição do Plano Real brasileiro.

O segundo capítulo explicitou algumas das interpretações proeminentes acerca da caracterização do empresariado brasileiro. No primeiro subitem, foram destacadas algumas das análises clássicas acerca da temática, de modo a realçar a defesa nacional desenvolvimentista de Nelson Werneck Sodré, a inviabilidade de se pensar o Brasil em termos de uma burguesia anti-imperialista de Caio Prado Jr., a tese da falta de ascendência política do empresariado industrial de Fernando Henrique Cardoso, a politização da burguesia através de seus think tanks e suas entidades organizativas em René Dreifuss e Sebastião Velasco e Cruz, dentre outros.

No capítulo final foi estabelecido, em uma primeira parte, a estruturação do agronegócio, desde a modernização conservadora da ditadura até a realocação deste segmento no cerne das políticas econômicas no século XXI. Em seguida, foi efetuada a análise da estratégia de acumulação da Cosan S.A. Foi possível perceber que tal estratégia foi

sedimentada a partir de três eixos, quais sejam, (I) relação estrita com o capital estrangeiro, (II) dependência de recursos estatais (III) e lastro fundamental nas *finanças capitalistas*.

No tocante ao primeiro eixo, foi possível identificar uma profunda inserção do capital multinacional em, pelo menos, duas frentes. A primeira delas está relacionada à sua expansão vertical através do processo de fusões e aquisições. A relação entre a corporação e as empresas estrangeiras teve seus primórdios já nos anos 1990, através do desenvolvimento de um terminal de carregamento de açúcar no porto de Santos, em sociedade com o grupo inglês Tate & Lyle.

Entretanto, foi a partir de 2010 que a Cosan realizou a sua principal parceria, criando a subsidiária Raízen em *joint venture* com a anglo-holandesa Shell. As atividades incorporadas da fração estrangeira se transformaram na principal fonte de receita da corporação, que passou a figurar no rol dos maiores grupos do Brasil. O firmamento dessa combinação entre capitais consistiu num processo em que o capital acionário foi dividido de forma igualitária (50%/50%), mas a espoliação dos fatores produtivos está situada em escala local. Além dessa colaboração inter-capitais, a Cosan também se relacionou com o capital estrangeiro fazendo especulação imobiliária, em um negócio com capital acionário majoritário do fundo de pensão dos Estados Unidos denominado Teachers Insurance Annuity Association – College Retirement Equities Fund (TIAA-CREF).

A segunda frente de vínculo com o capital estrangeiro foi através da tomada de empréstimos e financiamentos. Como exposto na seção 2.2, parte majoritária das modalidades da dívida da empresa é tomada com *investidores* e fundos internacionais.

Além disso, no que concerne aos outros dois eixos, foi identificada uma forte dependência estatal via desembolso do BNDES para expansão das atividades do grupo. Em relação à finança capitalista, além da tomada de crédito externo aqui já realçada, a abertura de capitais do grupo na Bolsa de Valores brasileira e de Nova York evidencia um processo de separação entre gerência e administração, com proeminência desta sobre aquela. Como proposto no segundo capítulo, tecerei breves comentários acerca das abordagens teórico-interpretativas lá abordadas e seus possíveis acoplamentos ao caso da Cosan.

Armando Boito Jr.<sup>273</sup> realça que, a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, foi instituída uma frente neodesenvolvimentista. Esta, por sua vez, embora não seja anti-imperialista, reivindica a proteção do Estado contra o capital multinacional. Sua constituição é composta por diversas frações de classe, como os movimentos sociais, sindicais, de luta por moradia e estudantis, mas é capitaneado pela burguesia interna. Esta fração da classe dominante abarca, em linhas gerais, os setores da mineração, da indústria de transformação, dos bancos privados e também do agronegócio. Portanto, a Cosan estaria inserida nessa frente.

A principal contradição no período dos governos do PT se deu, segundo Boito<sup>274</sup>, entre essa frente neodesenvolvimentista e a frente neoliberal ortodoxa. A composição desta última abrange as frações da classe dominante vinculadas ao capital financeiro internacional. Ainda que o autor exponha uma série de ressalvas, como aquela que afirma que, a depender da conjuntura, algumas frações podem mudar de frente, é atribuído o exercício de acoplar os segmentos da classe dominante dentro dos moldes rígidos de seu fracionamento. Como aqui destacado, a Cosan, por exemplo, de um lado tinha vínculo orgânico com o capital estrangeiro no principal negócio do grupo e também na tomada de financiamento e, por outro, reivindicava os recursos do Estado, sobretudo os referentes ao crédito subsidiado do BNDES. Armando Boito Jr. parece não levar tanto em consideração a porosidade entre os distintos segmentos da burguesia por ele segmentada. O apartamento feito *a priori* e de forma estanque de sua análise por vezes pode gerar atritos com as averiguações concretas da acumulação e atuação do empresariado, como foi o caso do estudo aqui despendido, acerca da estratégia de acumulação da Cosan.

André Singer, de forma distinta, ressalta que a principal contradição dos governos do Partido dos Trabalhadores se deu entre duas coalizões: a produtivista e a financeira. Nos

---

<sup>273</sup> BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018.; \_\_\_\_\_. A crise do neodesenvolvimentismo e do governo Dilma Rousseff. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018.

<sup>274</sup> BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018; BOITO JR., Armando. A crise do neodesenvolvimentismo e do governo Dilma Rousseff. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil... *op. cit.*, 2018.



mandatos de Lula da Silva, o Estado serviu de mediador e equilibrou os interesses desses dois blocos. Já o governo Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, buscou favorecer a coalizão produtivista em detrimento da financeira. Uma de suas hipóteses sobre o esfacelamento do apoio do empresariado industrial é que este está financeirizado e, quando a Dilma diminuiu os juros e os spreads bancários, esse segmento passou a combater o governo. Tais concepções podem ser enquadradas de forma relativa à estratégia de acumulação da Cosan, uma vez que possui forte vínculo com as finanças, como realçado, com capital na Bolsa de Valores. Mas a afirmativa segundo a qual a influência de uma baixa da Selic afeta seus rendimentos de forma fundamental carece de análises empíricas.

Sérgio Lazzarini<sup>275</sup> lança luz ao vínculo entre diversos proprietários e pelas correspondentes conexões projetadas entre donos que compartilham do capital de empresas comuns. Evidenciando os pontos nodais entre as diferentes firmas, as redes de propriedade brasileiras, segundo o autor, têm como principais *atores de ligação* entidades vinculadas às instituições estatais, como Banco do Brasil Participações e fundos de pensão vinculados às empresas estatais, como a Previ (BB), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal), dentre outros.

S. Lazzarini efetuou um movimento importante no sentido de realçar a importância de analisar a estrutura de propriedade dos grupos econômicos e suas inter-relações com agentes e entidades públicos e privados. A análise mais detida da estrutura de propriedade da Cosan, aliás, é algo em que não foi aqui efetuado por falta de fôlego, ficando tal abordagem limitada a breves menções à estrutura presente no anexo 4.

Porém, Lazzarini realça e enaltece algumas características que destoam da abordagem aqui instituída. A primeira delas consiste, naturalmente, em seu apoio à propriedade privada, uma vez que o autor expõe que o Estado não deve ter maior inserção nos grupos domésticos e aglomerados privados, uma vez que já é expressiva a presença do setor público na economia<sup>276</sup>. As contradições incididas pela Cosan frente ao erário público e em

---

<sup>275</sup> LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões*. São Paulo: Elsevier Editora, 2011.

<sup>276</sup> LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de Laços op. cit.* p. 111-114.

relação à intensificação da exploração da força de trabalho dispensa maiores comentários em relação à divergência entre tal ponto e as análises dispostas nesta dissertação.

O segundo desacordo está em sua defesa de que o capital estrangeiro parte em desvantagem frente ao capital local, por conta deste desconhecer as regras e ambientes de negócio brasileiros<sup>277</sup>. O autor parece desconsiderar a profunda ascendência política e ideológica característica da burguesia dos países centrais, que se articulam de forma direta e indireta, através de aparelhos de hegemonia locais e transnacionais, para manter e expandir a proeminência de seus capitais frente aos demais<sup>278</sup>. Relacionado ao estudo de caso aqui abordado, é incoerente conferir desvantagem em sua parceria com a Cosan, uma vez que a corporação anglo-holandesa se consolidou no Brasil em 1913, quando já era uma gigante do ramo da energia.

Outro ponto de divergência entre os pressupostos de Lazzarini e os dispostos nesta dissertação diz respeito a sua análise que aparta, organicamente, as instituições específicas do Estado e as empresas e grupos econômicos. Os proprietários e atores de conexão, segundo o autor, conseguem apenas enlaçar relações de *influência* ou *alianças* com os agentes e entidades governamentais. Embora este estudo não tenha se disposto em analisar a atuação política da Cosan, é indispensável, sobre essa temática, realçar que Rubens Ometto e outros agentes atuantes na Cosan se organiza em entidades que, manifestamente, contribuem para a definição das políticas governamentais. A Cosan é uma das empresas com maior protagonismo na União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), obtendo a maior proporcionalidade de membros conselho deliberativo<sup>279</sup>. Além disso, a Raízen faz parte de um dos principais aparelhos privados de hegemonia da burguesia, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A partir da abordagem do Estado ampliado, conforme disposto no capítulo inicial, é incoerente não considerar a relação orgânica entre tais entidades e a definição das políticas do Estado restrito.

---

<sup>277</sup> LAZZARINI, Sérgio. Capitalismo de Laços *op. cit.* p. 90.

<sup>278</sup> Sobre a articulação do empresariado dos países centrais em entidades transnacionais, ver: DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: Estratégias de desenvolvimento e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

<sup>279</sup> Dados disponíveis no sítio da entidade: <http://twixar.me/9QBT>.

Por fim, Virgínia Fontes institui a categoria de capital-imperialismo para caracterizar as relações capitalistas do pós-II Guerra Mundial. Essa concepção, de modo geral, é demarcada pela centralidade do capital monetário, fazendo com que o capitalismo atinja todos os níveis da vida societal e se reproduza pautado por novas e permanentes formas de expansão via expropriação de direitos, terras e do meio ambiente<sup>280</sup>. Tais perspectivas podem ser enquadradas à estratégia de acumulação da Cosan, uma vez que esta age tendo o capital monetário como *leitmotiv*, participando diretamente nas práticas de despossessão via arrendamento de terras, como realça estudo efetuado pela rede social de justiça e direitos humanos<sup>281</sup>.

A partir de uma análise de caso específica, esta dissertação buscou servir como um contributo para compreender a configuração e reprodução do capitalismo brasileiro em escala mais geral. Assimilar a estratégia de acumulação, as formas organizativas, posicionamentos político, vínculo com o capital monetário e com o capital multinacional, são elementos fundamentais para a classe trabalhadora saber os nichos exatos os quais deve atacar. Isto porque os resultados do estudo de caso aqui instituído parecem não se restringir à Cosan. Marco Antonio Martins da Rocha<sup>282</sup>, por exemplo, analisou 20 grupos econômicos brasileiros durante os governos do Partido dos Trabalhadores. A partir de suas estruturas societárias, o autor verificou a inserção internacional periférica desses capitais, concomitante ao reforço dos aspectos da financeirização do capitalismo no Brasil, em resultados semelhantes aos aqui encontrados.

Como continuidade desta pesquisa, há a pretensão de analisar, de forma mais detida, os desdobramentos da atuação da Cosan em relação aos trabalhadores que a companhia emprega direta ou indiretamente. Além disso, visa-se também, a partir da dinâmica de acumulação da Cosan e outras parcelas do empresariado rural, verificar a forma como se dá sua organização para inserção de seus interesses nas políticas estatais. As pesquisas que se

---

<sup>280</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. p. 145-204.

<sup>281</sup> Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

<sup>282</sup> ROCHA, Marco Antonio Martins da. Grupos Econômicos e Capital Financeiro: Uma História Recente do Grande Capital Brasileiro. Tese de doutorado em Ciências Econômicas. Campinas: Unicamp, 2013.

concentram nesta temática através de análise das entidades de representação da burguesia usualmente enfocam seus arranjos e posicionamentos em termos estritamente políticos, analisando, para isso, seus relatórios, documentos oficiais e pronunciamentos nos veículos midiáticos<sup>283</sup>. Entretanto, nota-se certa escassez em averiguar as especificidades econômicas que fundamentam a estratégia de acumulação das grandes empresas por trás das entidades que as representam.

Ainda que haja controvérsias em torno das abordagens teórico-interpretativas em relação à caracterização das contradições envolvendo a classe dominante no período, há uma antinomia que continua mais presente do que nunca. A conjugação de fatores que compõem a estratégia de acumulação da Cosan, como realçado no capítulo final, ainda que de forma lateral, vem para demonstrar que a reprodução do capitalismo permanece lastreada por um processo permanente de expropriação e acentuação da exploração da força de trabalho<sup>284</sup>. Qualquer enquadramento acerca desta temática que desconsidere este fator, necessariamente incorrerá em desacerto.

---

<sup>283</sup> PERRIN, Fernanda F. O voo do pato: a atuação política da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016). VII Seminário de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, mai. 2018; ABONIZIO, Gustavo Pereira. Burguesia interna e Estado burguês no Brasil: a atuação da CNI na formulação de políticas públicas à dinamização do mercado de trabalho (2006-2010). Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Londrina: UEL, 2015; FARIA, Cristina Elsner de. O papel da Confederação Nacional da Indústria na Política Industrial Brasileira (1938-2014). Tese de doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Brasília: UNB, 2016.

<sup>284</sup> FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

## Anexos

### Anexo 1 – Valores contratados e valores desembolsados do BNDES para a Raízen - 2005-2016 (R\$)

Nome do Cliente	Estado	Município	Contrato	Data da Contratação	Valor Contratado	Valor Desembolsado
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	MARACAI	5208081	21/09/2005	50.025.500,00	50.651.695,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	MARACAI	5208081	10/10/2005	12.021.419,00	12.097.000,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	MARACAI	5208081	10/10/2005	2.221.886,00	2.080.446,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	MARACAI	5208081	10/10/2005	5.280.871,00	5.383.079,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	MARACAI	5208081	10/10/2005	831.584,00	753.767,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	ARARAQUARA	6211981	14/02/2007	6.170.000,00	6.174.471,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	ARARAQUARA	6211981	14/02/2007	686.000,00	654.511,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	ARARAQUARA	6211981	14/02/2007	8.482.000,00	8.488.147,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	ARARAQUARA	6211981	14/02/2007	942.000,00	898.692,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	TARUMA	6210181	16/08/2007	22.567.100,00	22.577.689,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	TARUMA	6210181	16/08/2007	3.123.900,00	2.603.335,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	TARUMA	6210181	16/08/2007	5.548.000,00	5.552.845,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	GUARIBA	8203351	10/07/2008	124.427.600,00	124.690.015,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	GUARIBA	8203351	10/07/2008	16.967.400,00	17.007.272,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	GUARIBA	8203351	10/07/2008	2.340.000,00	2.345.499,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	TARUMA	8207501	07/11/2008	2.458.000,00	3.838.714,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	TARUMA	8207501	07/11/2008	7.152.000,00	7.153.604,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	TARUMA	8207501	07/11/2008	9.829.000,00	9.831.204,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	1.400.000,00	1.149.303,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	150.003.100,00	150.024.835,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	18.963.000,00	18.965.748,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	211.070.100,00	211.100.684,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	23.577.700,00	23.581.116,00

RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	25.114.700,00	25.118.339,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	2.793.000,00	2.741.303,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	29.694.100,00	29.698.403,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	36.539.400,00	30.017.193,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	48.829.100,00	4.021.624,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	JATAI	9204031	09/06/2009	91.348.800,00	91.362.036,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	9210591	19/11/2009	12.072.000,00	12.208.175,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	9210591	19/11/2009	179.584.000,00	154.470.246,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	9210591	19/11/2009	18.108.000,00	18.108.000,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	9210591	19/11/2009	30.180.000,00	30.179.998,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	9210591	19/11/2009	36.056.000,00	36.056.000,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SAO PAULO	11205481	01/09/2011	21.563.108,00	15.409.499,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	2 ou mais estados	Sem Município	11200791	30/05/2012	180.000,00	169.500,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	MT	ALTO TAQUARI	11200791	30/05/2012	11.659.000,00	11.702.867,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	SP	OURINHOS	11200791	30/05/2012	11.160.000,00	11.208.584,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	SP	OURINHOS	11200791	30/05/2012	4.840.000,00	4.866.740,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	11.508.600,00	11.508.600,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	149.120.371,00	121.343.313,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	185.314.728,00	129.725.960,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	2.795.160,00	2.795.161,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	3.139.262,00	2.274.095,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	3.183.324,00	3.185.976,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	3.438.470,00	3.438.471,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	36.972.078,00	8.603.716,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	39.983.832,00	18.891.770,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	4.192.740,00	4.192.740,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	42.158.232,00	19.803.026,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	4.603.440,00	4.603.326,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	4.774.986,00	4.774.986,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	5.157.706,00	5.157.706,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	6.905.160,00	6.905.159,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012		

					6.987.900,00	6.987.900,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	7.958.310,00	7.958.310,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214451	28/12/2012	8.596.176,00	8.596.176,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	1.275.598,00	1.276.066,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	1.335.861,00	1.335.861,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	1.913.396,00	1.913.396,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	20.976.543,00	20.976.543,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	25.390.161,00	25.390.161,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	266.400,00	287.261,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	3.188.994,00	3.188.994,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	399.600,00	399.600,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12214461	28/12/2012	666.000,00	666.000,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12212171	14/01/2013	124.408.676,00	108.199.945,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12212171	14/01/2013	37.322.603,00	32.459.984,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	12212171	14/01/2013	87.086.073,00	75.739.962,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12212171	14/01/2013	2.911.300,00	2.911.300,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12212171	14/01/2013	6.793.034,00	6.793.034,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	12212171	14/01/2013	9.704.334,00	9.704.334,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	1.250.700,00	1.250.742,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	1.301.646,00	1.301.646,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	210.210,00	-
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	27.559.182,00	13.621.171,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	500.280,00	501.496,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	520.658,00	521.198,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	6.877.217,00	4.470.191,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	750.420,00	750.445,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	SP	SEM MUNICÍPIO	12214471	16/01/2013	780.988,00	780.988,00
RAIZEN ENERGIA S.A	SP	SAO PAULO	13210291	03/10/2013	10.630.067,00	-

RAIZEN ENERGIA S.A	SP	SAO PAULO	13210291	03/10/2013	34.119.961,00	-
RAIZEN ENERGIA S.A	SP	SAO PAULO	13210291	03/10/2013	61.047.074,00	-
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	PIRACICABA	13208961	29/10/2013	1.034.000,00	1.036.261,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	PIRACICABA	13208961	29/10/2013	206.728.000,00	188.485.460,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	13209461	07/11/2013	13.539.630,00	6.315.936,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	13209461	07/11/2013	1.555.574,00	1.066.324,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	13209461	07/11/2013	20.309.445,00	9.467.681,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	13209461	07/11/2013	33.849.075,00	15.779.469,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	13209461	07/11/2013	41.762.899,00	25.383.595,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	13209461	07/11/2013	63.151.093,00	57.965.957,00
RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA	MS	CAARAPO	13209461	07/11/2013	71.907.870,00	61.290.000,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	13213891	19/02/2014	132.577.675,00	132.577.675,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	13213891	19/02/2014	132.577.675,00	132.577.675,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	13213891	19/02/2014	738.003,00	-
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	13213891	19/02/2014	738.003,00	-
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	13213901	19/02/2014	10.690.522,00	10.690.522,00
RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	SP	SEM MUNICÍPIO	13213901	19/02/2014	10.690.522,00	10.690.522,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	SEM MUNICÍPIO	13213881	19/02/2014	4.332.364,00	4.256.360,00
RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	GO	SEM MUNICÍPIO	13213881	19/02/2014	4.332.364,00	4.256.360,00
RAIZEN PARAGUACU S/A	SP	PARAGUACU PAULISTA	14200421	26/02/2014	100.778.103,00	96.650.056,00
RAIZEN PARAGUACU S/A	SP	PARAGUACU PAULISTA	14200421	26/02/2014	15.582.600,00	17.408.603,00
RAIZEN PARAGUACU S/A	SP	PARAGUACU PAULISTA	14200421	26/02/2014	23.373.899,00	23.373.899,00
RAIZEN PARAGUACU S/A	SP	PARAGUACU PAULISTA	14200421	26/02/2014	38.956.499,00	38.956.499,00
RAIZEN PARAGUACU S/A	SP	PARAGUACU PAULISTA	14200421	26/02/2014	893.455,00	899.396,00
RAIZEN TARUMA LTDA.	SP	TARUMA	14203841	27/06/2014	14.306.475,00	14.306.475,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	TO	PORTO NACIONAL	14203951	25/08/2014	18.976.000,00	16.049.428,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	14208771	24/09/2014	300.000.000,00	300.000.000,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	14208781	24/09/2014	100.000.000,00	100.000.000,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	MG	SEM MUNICÍPIO	14206681	02/10/2014	12.452.000,00	12.480.429,00



RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	MG	SEM MUNICÍPIO	14206681	02/10/2014	1.779.000,00	1.788.803,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	MG	SEM MUNICÍPIO	14206681	02/10/2014	488.000,00	488.000,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	MT	RONDONOPOLIS	14206681	02/10/2014	25.782.000,00	18.005.453,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	MT	RONDONOPOLIS	14206681	02/10/2014	274.000,00	282.929,00
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	MT	RONDONOPOLIS	14206681	02/10/2014	3.683.000,00	2.192.160,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	BARRA BONITA	14100161	22/12/2014	1.277.250,00	-
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	BARRA BONITA	14100161	22/12/2014	2.688.465,00	1.740.000,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	BARRA BONITA	14100161	22/12/2014	507.285,00	71.000,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	15200921	31/03/2015	15.000.000,00	15.001.976,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	15200921	31/03/2015	5.000.000,00	5.000.659,00
RAIZEN ENERGIA S.A.	SP	SEM MUNICÍPIO	16203281	29/07/2016	20.000.000,00	20.147.905,00
<b>Total</b>					3.694.099.564,00	3.196.812.354,00

Fonte: Portal de consulta a operações do BNDES. Elaboração própria. Disponível em: <http://twixar.me/rIBT>

## Anexo 2 – Valores contratados e valores desembolsados do BNDES para a Rumo Logística -2005-2016 (R\$)

Nome do Cliente	Estado	Município	Contrato	Data da Contratacao	Valor Contratado	Valor Desembolsado
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	SEM MUNICÍPIO	09203301	06/08/2009	117.839.700	85.071.442
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	SEM MUNICÍPIO	09203301	06/08/2009	122.787.000	120.464.974
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	SEM MUNICÍPIO	09203301	06/08/2009	176.090.400	167.014.052
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	SEM MUNICÍPIO	09203311	06/08/2009	22.788.000	14.917.861
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	SEM MUNICÍPIO	09203311	06/08/2009	5.450.400	3.984.210
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	SEM MUNICÍPIO	09203311	06/08/2009	73.855.800	56.562.134
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	SEM MUNICÍPIO	09203311	06/08/2009	91.960.200	80.000.000
RUMO MALHA PAULISTA S.A.	SP	SAO PAULO	09203321	10/08/2009	10.495.285	10.495.285
RUMO MALHA PAULISTA S.A.	SP	SAO PAULO	09203321	10/08/2009	172.000.000	172.000.000
RUMO MALHA PAULISTA S.A.	SP	SAO PAULO	09203321	10/08/2009	28.324.704	13.502.638
RUMO MALHA PAULISTA S.A.	SP	SAO PAULO	09203321	10/08/2009	290.204.028	174.747.353
RUMO MALHA OESTE S.A.	MS	SEM MUNICÍPIO	09203331	10/08/2009	121.331.651	35.173.001
RUMO MALHA OESTE S.A.	MS	SEM MUNICÍPIO	09203331	10/08/2009	13.406.993	33.418
RUMO MALHA OESTE S.A.	MS	SEM MUNICÍPIO	09203331	10/08/2009	52.653.000	52.653.000
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	CUIABA	09203331	11/09/2009	34.223.070	34.223.070
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	CUIABA	09204051	11/09/2009	42.466.622	42.466.622
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	CUIABA	09204051	11/09/2009	4.860.820	4.860.815
RUMO MALHA NORTE S.A.	MT	CUIABA	09204051	11/09/2009	5.875.036	5.875.036

RUMO MALHA SUL S.A	PR	CURITIBA	09204051	06/11/2009	150.636.865	17.876.358
RUMO MALHA SUL S.A	PR	CURITIBA	09204051	06/11/2009	2.302.650	2.302.645
RUMO MALHA SUL S.A	PR	CURITIBA	09204051	06/11/2009	256.389.000	256.389.000
RUMO MALHA SUL S.A	PR	CURITIBA	09204051	06/11/2009	593.462.137	344.734.115
RUMO MALHA NORTE S.A	MT	SEM MUNICÍPIO	17201921	06/07/2017	153.571.000	153.571.000
RUMO MALHA NORTE S.A	MT	SEM MUNICÍPIO	17201921	06/07/2017	768.000	0
				<b>Total</b>	2.543.742.361	1.848.918.029

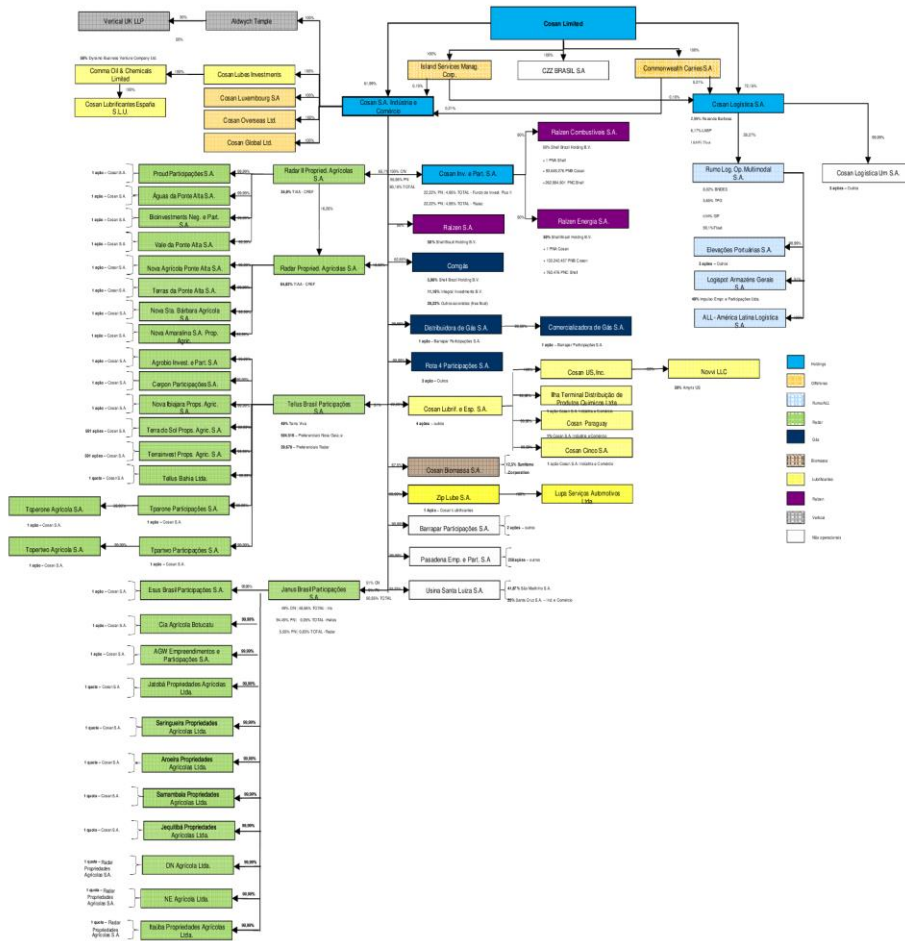
Fonte: Portal de consulta a operações do BNDES. Elaboração própria. Disponível em: <http://twixar.me/rIBT>

### Anexo 3 – Valores contratados e valores desembolsados do BNDES para Comgás -2005-2016 (R\$)

Nome do Cliente	Estado	Município	Contrato	Data da Contratação	Valor Contratado
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SÃO PAULO	4210301	17/02/2005	12.839.578
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SÃO PAULO	4210301	17/02/2005	12.839.578
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SÃO PAULO	4210301	17/02/2005	83.480.422
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SÃO PAULO	4210301	17/02/2005	83.480.422
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SÃO PAULO	4210291	17/02/2005	203.986.213
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SÃO PAULO	4210291	17/02/2005	31.373.787
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	6209201	17/11/2006	253.000.000
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	6209211	24/11/2006	432.685.541
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	6209211	24/11/2006	44.654.317
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	6209211	24/11/2006	98.431.182
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	9202311	09/06/2009	106.695.214
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	9202311	09/06/2009	117.511.315
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	9202311	09/06/2009	129.544.787
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	9202311	09/06/2009	130.989.895
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	9202311	09/06/2009	31.634.892
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	9202311	09/06/2009	33.709.486
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	9202311	09/06/2009	45.466.632
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	9202311	09/06/2009	69.370.924
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	12208751	02/10/2012	227.942.719
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	12208751	02/10/2012	28.578.957
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	12208751	02/10/2012	5.647.696

COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	12208751	02/10/2012	775.755.141
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	12208751	02/10/2012	97.262.474
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	RJ	RIO DE JANEIRO	13210281	25/09/2013	12.819.000
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	15204101	04/09/2015	122.935.662
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	15204101	04/09/2015	153.669.577
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	15204101	04/09/2015	1.844.035
COMPANHIA DE GAS DE SÃO PAULO COMGAS	SP	SEM MUNICÍPIO	15204101	04/09/2015	92.201.746
<b>Total</b>					<b>3.440.351.192</b>

Fonte: Portal de consulta a operações do BNDES. Elaboração própria. Disponível em: <http://twixar.me/r1BT>  
**Anexo 4 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico (2016)**



PÁGINA: 344 de 407

Fonte: COSAN S.A. *Formulário de referência* – 2016. p. 44. Disponível em: <http://twixar.me/vz2T>. Acesso em: 17/02/2020

## Referências bibliográficas

ABONIZIO, Gustavo Pereira. *Burguesia interna e Estado burguês no Brasil: a atuação da CNI na formulação de políticas públicas à dinamização do mercado de trabalho (2006-2010)*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Londrina: UEL, 2015.

ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFF, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALASSIANO, Marcel; TRECE, Juliana C. C. Taxa de investimentos no Brasil: menor nível nos últimos 50 anos. *Blog do IBRE/FGV*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

BARROS G. S. C. et al. Especial temático mercado de trabalho do agronegócio: a dinâmica dos empregos formais na agroindústria sucroenergética de 2000 a 2016. *Centro de Estudos em Economia Aplicada da ESALQ/USP (CEPEA – ESALQ/USP)*. Piracicaba: USP, 2018. Disponível em: <http://twixar.me/t5pT>.

BARUCO, Grasiela. *Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington*. Dissertação de mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2005.

BERRINGER, Tatiana. *Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula*. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, 2013.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018.

\_\_\_\_\_. A crise do neodesenvolvimentismo e do governo Dilma Rousseff. In: BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018.

\_\_\_\_\_. Por que foi fraca a resistência ao golpe de 2016? In: BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BRAGA, Ruy. A economia política da contestação [prefácio à edição brasileira]. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)*. Tese de doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Anuário estatístico da agroenergia*. Brasília: MAPA/ACS, 2012. Disponível em: <http://twixar.me/vRjT>.

BRASIL. *Instrução Normativa n. 94, de 17 de dezembro de 2018*. Brasília, 17 dez. 2018. Seção 1. Disponível em: <http://twixar.me/yRBT>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Produção brasileira de cana-de-açúcar, açúcar e etanol*. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: <http://twixar.me/dypT>.

BUGIATO, Caio. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2016.

CÂMARA dos Deputados. Câmara desobriga Petrobras de operação exclusiva do pré-sal. 09/11/2020. Disponível em: <http://twixar.me/VCBT>.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas”. *Revista Transversos*, nº 12, p. 335-358, 2018.

CARDOSO, Artur M. *Burguesia brasileira nos anos 2000: um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados*. Dissertação de mestrado em Ciências Econômicas. Campinas: Unicamp, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, Luiz. Greve na Cosan: Usina dá as costas a direitos trabalhistas. Central Única dos Trabalhadores, 14 out. 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2e2fgg4>.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Fapesp, 1995.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Estado e Planejamento no Brasil: 1974/1976. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: Estratégias de desenvolvimento e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

ESTADÃO. Petrobras seleciona empresas para a 2º fase do processo de venda de refinarias. 29/11/2020. Disponível em: <http://twixar.me/sCBT>.

ÉPOCA Negócios. Por que ele desafiou a bolsa. Disponível em: <http://twixar.me/24BT>.

Forbes Brasil. Lista Forbes bilionários brasileiros. Edição 71, 2019.

FARIA, Cristina Elsner de. *O papel da Confederação Nacional da Indústria na Política Industrial Brasileira (1938-2014)*. Tese de doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Brasília: UNB, 2016.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, Maria Luíza. BNDES capta R\$ 22 bi com venda de ações da Petrobras. Valor Econômico, 06/02/2020. Disponível em: <http://twixar.me/XCBT>.

FIRMIANO, Frederico Daia. *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Araraquara: UNESP, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus, 1993

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Forbes Brasil. Lista Forbes bilionários brasileiros. Edição 71, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- GUAINAIS, Juliana Biondi. *Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira*. Tese de doutorado em Sociologia. Campinas: Unicamp, 2016.
- GUIOT, André. *Estado e sociedade civil no Conselho Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. Tese de doutorado em história. Niterói: UFF, 2015.
- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2011.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOEVELER, Rejane Carolina. Imperialismo e neoliberalismo nas Américas: o caso do Council of the Americas. In: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*. v. 1. p. 1-17.
- HUSSON, Michel. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- ISTO é Dinheiro. Rubens Ometto. 15/12/2010. Disponível em: <http://twixar.me/MMBT>.
- JURUÁ, Ceci; ARRUDA, Marcos. Desfazendo mentiras sobre a Vale. In: *Massa Crítica (PACS)*, Rio de Janeiro, n. 27, 2007.
- LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões*. São Paulo: Elsevier Editora, 2011.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: UNICAMP, 2011.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília: FUNCEP, 1988.
- LOWY, Michael; DUMÉNIL, Gérard; RENAULT, Emmanuel. *100 palavras do marxismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria automobilística mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002*. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2003.



- MANCUSO, Wagner. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 28, p. 131-146, jun. 2007.
- MANDI, Carolina; ADACHI, Vanessa. Estrangeiras acham saída para investir em terras. *Valor Econômico*.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. Crítica Marxista*, n. 47, 2018.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MATTOS, F. A. M; BASTOS, P. P. Z.; BARONE, R. S. O “debate pioneiro” sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e Marxismo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jan-jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. O patronato rural brasileiro na atualidade. *Anuario del Centro de Estudios Históricos “prof. Carlos S. A. Segreti”*, ano 8, n. 8, 2008.
- MONTEIRO, José C. B. “As principais diferenças entre LTDA e S.A”. Portal Contábeis, 29 set., 2014.
- MOREIRA, Lourenço L. S. M. *A corporação Cosan e a conquista de um território em torno de sua usina de etanol em Jataí, Goiás (2007-2012)*. Dissertação de mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- NOVELLI, José Marcos Nayme. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 227-240, jun. 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Unesp, 2009.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2009.

PERRIN, Fernanda F. O voo do pato: a atuação política da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016). *VII Seminário de Pós-Graduação em Ciência Política da USP*, mai. 2018.

PINTO, Eduardo Costa *et al.* A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 54, set-dez 2019.

PINTO, João R. L. et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: *Os Anos Lula: um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.

PINTO, João R. L.; MANSOLDO, Felipe F. A Fibria e o “novo” papel do Estado no capitalismo brasileiro: do “Estado-empresário” ao “Estado-empresa”. *Revista Internacional de Direitos Humanos e empresas*, vol. 2, n. 1, 2018.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POULANTZAS, Nicos. *O poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SECRETARIA de Desenvolvimento Econômico (SP), Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP). Cana-de-açúcar. São Paulo (SP), s/d. Disponível em: <http://twixar.me/7SpT>.

SYMONIAK, Jason D. The Washington Consensus. *New Voices in public policy*, vol. V, 2011.

RAMOS, Camila Souza. “Bolsonaro é uma pessoa pragmática”, diz Rubens Ometto. *Valor Econômico*, 30/10/2018. Disponível em: <http://twixar.me/0KHT>.

REDE Social de Justiça e Direitos Humanos. A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, maio-agosto 2012.

RYDLEWSKY, Carlos. Os segredos da fusão Rumo-ALL. *Época Negócios*, Rio de Janeiro, 24 ago. 2014. Disponível em: <http://twixar.me/3jBT>.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, M. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; Loureiro, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CEBRAP*, Rio de Janeiro, ed. 102, jul. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

SWEEZY, P. The triumph of financial capital. *Monthly Review*, Nova York, v. 46, n. 2, jun. 1994.

VARASCHIN, Jorge A. A. Ideologia em estado puro: juros e inflação para além da aparência neoclássica. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 38, n. 1 (150), jan-mar. 2018.

VALOR Econômico. As 1000 maiores empresas brasileiras de 2018. Disponível em: <http://twixar.me/n2BT>.

VALOR Econômico. As 1000 maiores empresas brasileiras de 2019. Disponível em: <http://twixar.me/n2BT>.

WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.